

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - BACHARELADO**

**NIKOLAS STEYER KOSTRHUN**

**A TEORIA DO VALOR DE MARX EM *O CAPITAL*: MOTOR DA CRÍTICA DA  
ECONOMIA POLÍTICA**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**NIKOLAS STEYER KOSTRHUN**

**A TEORIA DO VALOR DE MARX EM *O CAPITAL*: MOTOR DA CRÍTICA DA  
ECONOMIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Crissiuma.

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**NIKOLAS STEYER KOSTRHUN**

**A TEORIA DO VALOR DE MARX EM *O CAPITAL*: MOTOR DA CRÍTICA DA  
ECONOMIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Aprovado em: Porto Alegre, 28 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup>. Glauca Campregher (UFRGS)

---

Prof. Dr. Emmanuel Nakamura

## **Agradecimentos**

Antes de mais nada, devo agradecer a confiança e o apoio inabalável que desde o começo da minha trajetória acadêmica tenho encontrado na figura dos meus pais, Suzete e Alexandre. Se pude dispor de um ambiente propício aos estudos e à perseguição de empreitadas intelectuais durante a escrita deste trabalho, devo esse privilégio aos seus esforços incansáveis e abnegados. Considero uma excepcional vantagem ter crescido numa família que atribui valor genuíno ao conhecimento, e que vê na curiosidade – a fonte primeira de toda filosofia – uma virtude a ser cultivada.

Não menos importante foi a contribuição de Eddie, o meu fiel companheiro quadrúpede, que, ao longo dos últimos doze anos, tem irradiado o mais puro e incondicional amor.

Possuo motivos de sobra pelos quais agradecer à minha namorada, Nicole, que dispôs-se a estar ao meu lado durante as longas madrugadas em que passei envolvido com as exigentes tarefas de leitura e escrita. Ela não apenas me forneceu incentivos e encorajamento em momentos de dúvida, como também discutiu comigo os pormenores do meu trabalho, apresentando sugestões que ajudaram a dar forma ao texto e a consolidar o meu entendimento sobre a temática.

Agradeço aos acadêmicos que participaram da banca de defesa deste trabalho, profa. Glaucia Campregher e prof. Emmanuel Nakamura, por terem aceitado ler e discutir um texto de extensão considerável numa janela de tempo bastante curta. As críticas e os comentários de ambos foram certos, e mostraram-se de valor inestimável no que diz respeito aos rumos futuros da minha pesquisa.

Por fim, deixo registrados os meus agradecimentos à competência com que o prof. Ricardo Crissiuma desempenhou o papel de orientador deste trabalho. Desde o princípio, fui guiado com maestria pelos tortuosos caminhos da pesquisa em Humanidades, de modo que, se consegui atingir alguma qualidade no argumento que desenvolvo nas páginas que seguem, grande parte do mérito repousa com ele. Além disso, a sua ajuda foi imprescindível para que eu pudesse navegar a vasta literatura marxiana com alguma desenvoltura; menciono também a forma como outorgou-me liberdade criativa plena, sem nunca ter deixado de prezar pelo máximo rigor no encadeamento das ideias.

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar a teoria do valor apresentada por Karl Marx em *O Capital*, amparando-se na hipótese de que tanto a ruptura epistemológica entre Marx e os economistas clássicos como a especificidade social e histórica das categorias marxianas tem como condição de inteligibilidade o sofisticado argumento avançado pelo filósofo alemão na “análise da forma do valor”, momento tradicionalmente negligenciado do primeiro capítulo da obra. Nessa medida, poder-se-ia encontrar no projeto marxiano de crítica da economia política, concretizado em *O Capital*, não somente uma refutação pontual das teses esposadas pelos representantes mais ilustres deste paradigma teórico, Smith e Ricardo, mas acima de tudo as bases para uma compreensão revolucionária das formas e estruturas sociais capitalistas, compreensão essa que borra as fronteiras costumeiramente rígidas entre economia, teoria sociológica e história. O primeiro capítulo do trabalho procura tanto expor os argumentos empregados por Marx com vista a fundamentar a sua teoria do valor-trabalho, como definir com precisão o significado (frequentemente inédito) que Marx confere às suas categorias centrais. Neste processo, são esclarecidas disputas metodológicas e interpretativas comuns na literatura. No segundo capítulo, explora-se a corrente tradicional de leitura da teoria do valor marxiana, de início com a sua origem em Engels, e depois passando às formulações propostas por Sweezy e Dobb. Chegando ao terceiro capítulo, o trabalho dirige o seu foco à apresentação de interpretações que enfatizam a importância da análise da forma do valor à assimilação rigorosa da teoria do valor de Marx. Esta tarefa efetua-se sobretudo por meio da avaliação crítica da leitura proposta por Isaak Rubin, a qual propõe-se a explicar a teoria do valor à luz do fetichismo de mercadorias e da forma do valor. Por fim, diagnostica-se, com o auxílio de um artigo de Saad-Filho, uma inconsistência no conjunto de teses avançado por Rubin.

**Palavras-chave:** Karl Marx; O Capital; Teoria do valor de Marx; Teoria do valor-trabalho; Forma do valor; Isaak Illich Rubin.

## **Abstract**

This work pursues the objective of investigating the theory of value put forward by Karl Marx in *Das Kapital*, having as its main hypothesis that both, on one hand, the epistemological break between Marx and the classical economists, as, on the other, the social and historical specificity of the Marxian categories, can only be properly understood in connection with the sophisticated argument that is advanced by the German philosopher in the “Value-form analysis”, a traditionally neglected section of *Kapital*’s first chapter. Such a comprehension of the Marxian project would imply that Marx’s critique of political economy, far from being a mere refutation of some of the thesis and presuppositions present in Ricardo’s and Smith’s work, should instead be taken as establishing the basis for a groundbreaking critical understanding of the capitalist structures and social forms, that is, an understanding which goes far beyond the traditionally well-defined borders between history, economics and sociology. The opening chapter of this work seeks to first explain the arguments presented by Marx in his attempt to give his theory of value a firm grounding, to then explore the peculiar (and frequently unprecedented) meaning which Marx confers to his central categories. On the second chapter, the traditional interpretation of the Marxian theory of value is put under investigation, starting from its birth in Engels’ follow-up articles to the third volume of *Kapital*, and advancing to the readings of Dobb and Sweezy. The third and final chapter has as its aim to present alternative interpretations of the Marxian theory of value which correctly emphasize the centrality of the value-form analysis to Marx’s theoretical program. This task is carried out through a critical exposition of Isaak Rubin’s reading of the Marxian theory of value, a heterodox Marxist who seeks to explain the theory of value under the light of commodity fetishism and the value-form analysis. At last, an inconsistency in the set of theses advanced by Rubin is pointed out, with help from an article by Saad-Filho.

**Key words:** Karl Marx; *Das Kapital*; Marxian theory of value; Labour-theory of value; Value-form; Isaak Illich Rubin.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 – A anatomia do 1º capítulo de <i>O Capital</i></b>	<b>12</b>
1. O básico da teoria do valor de Marx	13
2. A análise da forma do valor	31
<b>Capítulo 2 – A interpretação tradicional da teoria do valor de Marx</b>	<b>39</b>
1. O conturbado histórico de nascimento e publicação d’ <i>O Capital</i>	40
2. Fonte da controvérsia: a transformação dos valores em preços de produção	41
3. Engels: método “lógico-histórico” de Marx e produção simples de mercadorias	47
4. Apogeu do marxismo tradicional: Sweezy e Dobb	54
4.1 Produção simples de mercadorias: um retorno a Adam Smith	55
4.2 Maurice Dobb e a centralidade da exploração aos intérpretes tradicionais	59
4.3 A concepção fisiológica do trabalho abstrato	63
<b>Capítulo 3 - A interpretação de Rubin da teoria do valor de Marx e a análise da forma do valor</b>	<b>65</b>
1. A leitura rubiniana do fetichismo de mercadorias	65
2. A interpretação de Rubin da teoria do valor de Marx	74
2.1 Magnitude do valor: distribuição social do trabalho na economia de mercado	74
2.2 Forma do valor, dinheiro, trabalho abstrato e processo de troca	77
2.3 A crítica de Saad-Filho à leitura de Rubin	85
<b>Considerações Finais</b>	<b>90</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>93</b>

## Introdução

*O Capital* é a *magnum opus* de Marx, o resultado concreto de mais de duas décadas de rigorosas pesquisas interdisciplinares. Nele, a principal ferramenta empregada pelo autor com vista a “desvelar a lei econômica de movimento da sociedade moderna”<sup>1</sup> é a teoria do valor-trabalho, reformulada de uma maneira bastante singular. Como um olhar breve sobre a bibliografia relevante pode atestar, o histórico de interpretação da teoria do valor de Marx comporta uma multiplicidade assombrosa de leituras distintas, sendo estas com frequência incompatíveis entre si. Este cenário algo caótico resulta tanto da dificuldade inerente em se acessar uma trama conceitual tão sofisticada e inovadora como aquela apresentada por Marx nos seus escritos tardios, a qual representa uma ruptura decisiva com todas as formas pregressas de pensamento, sejam elas filosóficas, econômico-políticas ou historiográficas, como da natureza politicamente carregada da metodologia de investigação do autor, que, ao condicionar indissociavelmente a análise do “modo de produção capitalista e [de] suas correspondentes relações de produção e de circulação”<sup>2</sup> à crítica arrebatadora da sociedade burguesa, acabou por despertar a ira indignada de pensadores e ideólogos que dedicaram o trabalho de suas vidas à defesa da legitimidade de tal formação social. Mesmo entre aqueles que vislumbraram um robusto potencial analítico nas investigações de *O Capital*, ou que encontraram nas páginas do livro um reflexo teórico das suas experiências pessoais de subjugação exploratória por parte da classe capitalista, as condições para se entender o teor pleno dos argumentos de Marx não se mostravam as mais favoráveis, porquanto pesava a falta de familiaridade com o complexo pano de fundo filosófico e econômico que servia-lhes de base, assim como o estranhamento em relação ao método dialético - diferente tanto de qualquer espécie de idealismo, como das vertentes empirista e positivista do materialismo - que serve de guia à exposição marxiana das categorias constituintes do sistema capitalista.

Instigado pelo desacordo que reina na literatura crítica sobre Marx, este trabalho destina-se ao propósito de explorar a estrutura conceitual da teoria do valor marxiana, tendo como fio condutor a hipótese de que é somente através da assimilação das teses avançadas pelo filósofo alemão na seção popularmente conhecida como análise da forma do valor, momento decisivo do primeiro capítulo de *O Capital*, que se pode

---

<sup>1</sup> Marx, 2013, p.79.

<sup>2</sup> *ibid*, p.78.

alcançar uma compreensão meticulosa e exaustiva da lógica ou arquitetura interna da teoria do valor de Marx. Nessa medida, a análise marxiana da forma do valor exerce o papel de princípio estruturante da investigação aqui empreendida, pois, como argumentar-se-á no que segue, trata-se do que permite distinguir entre, por um lado, as leituras de cunho tradicional ou ortodoxo, comprometidas com o postulado de uma continuidade fundamental entre as teorias do valor de Marx e de David Ricardo, e, pelo outro, uma linha de interpretação mais recente que, ao enfatizar a centralidade de aspectos outrora negligenciados do texto de *O Capital*, aproxima-se de um entendimento muito mais rico deste paradigma teórico, sendo capaz de melhor captar as suas nuances - sobretudo no que diz respeito à especificidade histórica e sociológica das suas categorias e à articulação entre valor, trabalho abstrato e valor de troca.

Com o intuito de cumprir com os objetivos delineados, o texto a ser tomado como base deste estudo será o primeiro capítulo da segunda edição de *O Capital*, intitulado “A Mercadoria”, no qual estão contidas as últimas revisões feitas por Marx à apresentação da teoria do valor. Restringir o escopo da análise a um texto em particular dentro da extensa produção madura do autor traz consigo certas limitações, uma vez que, como sustenta Backhaus, “Marx não deixou para trás nenhuma versão finalizada da teoria do valor-trabalho.”<sup>3</sup> Entra aí a necessidade de se operar com o axioma - esposado com convicção pelo autor do presente trabalho - de que o mais qualificado comentador de *O Capital* é o próprio Marx; de que, portanto, em se tratando de aclarar os argumentos do primeiro capítulo do livro e de preencher as suas lacunas, não há procedimento mais pertinente do que analisar outras passagens do *corpus* marxiano em que o filósofo germânico tenha desenvolvido tais ideias com maior aprofundamento. Isso significa que remissões a outros textos de maturidade ocorrerão com certa frequência, sobretudo a *Teorias da Mais-Valia, Contribuição* e a capítulos ou livros posteriores do próprio *Capital*. Torna-se assim possível não apenas compreender melhor as sutilezas do raciocínio de Marx, mas também divisar, ainda que superficialmente, quais são os interlocutores e as escolas de pensamento com que se está travando diálogo - muitas vezes implícito - nos seus escritos.

Convém tecer algumas palavras preliminares sobre a configuração estrutural do trabalho. O primeiro capítulo procura apresentar um quadro geral da teoria do valor

---

<sup>3</sup> Backhaus, 1980, p.100.

marxiana, mediante a reconstituição detalhada do movimento argumentativo empreendido por Marx em “A mercadoria”, texto central deste estudo. Trata-se, fundamentalmente, de tornar inteligíveis as operações levadas a cabo no primeiro capítulo de *O Capital*, quais sejam, a determinação da necessidade metodológica do conceito de valor à luz da multiplicidade dos valores de troca, a identificação do trabalho com a substância do valor e, por fim, a análise da forma do valor; esta tarefa vem acompanhada de um esforço em destacar o significado original que Marx atribui a muitas das suas categorias centrais, algo importante dado que essa mudança no sentido dos termos, sintomática de uma ampla revolução epistemológica, pode facilmente passar despercebida e desta maneira comprometer a apreensão do raciocínio relatado. Os principais comentadores mobilizados ao longo do capítulo são Diane Elson, Rubin e Ruy Fausto - embora recorra-se a outros nalguns pontos.

Finalizada a exposição introdutória das categorias-chave da problemática marxiana do valor - e tendo no processo desmentido alguns dos equívocos interpretativos mais recorrentes na literatura -, o trabalho procede ao exame das origens e dos princípios centrais daquilo que, amparando-se em diagnósticos assemelhados que comentadores como Postone, Heinrich, Elson e Saad-Filho propuseram, se define como interpretação tradicional da teoria do valor. Esta empreitada é colocada em prática no segundo capítulo, começando pela exposição do procedimento marxiano de transformação dos valores em preços de produção, o qual, lido por Engels como a descrição teórica da gênese efetiva do modo de produção capitalista, culminou - ainda que indiretamente, devido a uma leitura incorreta - no estabelecimento da corrente ortodoxa de interpretação da teoria do valor. A partir daí, as concepções definidoras dessa última, tais como a ideia de “produção simples de mercadorias” e o conceito meramente fisiológico de trabalho abstrato, são apresentadas, tanto por meio da sua matriz engelsiana como na figura de seus expoentes mais sofisticados, Maurice Dobb e Paul Sweezy.

Chega então o momento de contrastar os consensos da interpretação tradicional da teoria do valor de Marx, que foram avaliados criticamente no segundo capítulo, com um novo tipo de leitura, sensível à enorme importância da análise da forma do valor ao projeto marxiano de crítica da economia política. Esta tarefa realiza-se no terceiro e último capítulo, através de uma exposição compreensiva da leitura avançada por Isaak Illich Rubin, marxista soviético heterodoxo, em sua obra de 1924, *A Teoria Marxista do*

*Valor*. Tal exposição será entrecortada por aproximações com o trabalho de teóricos posteriores, visando tanto auxiliar na assimilação da posição do próprio Rubin - que, devido ao seu pioneirismo, exhibe certos traços ainda um pouco rudimentares -, como também proporcionar um vislumbre da maneira como os potenciais críticos da teoria marxiana do valor expandem-se quando a problemática da forma do valor é incorporada ao seu quadro, fato evidenciado pelo trabalho dos autores associados à *Neue-Marx-Lektüre* e de outros marxistas talentosos. Como encerramento, discute-se a objeção dirigida por Saad-Filho à concepção rubiniana de trabalho abstrato e as suas consequências para a leitura do economista soviético.

Cabe, antes de passar ao texto, explicar o sistema utilizado para as traduções. Sempre que a edição da obra que está sendo objeto de citação estiver em língua estrangeira – o inglês, no geral –, as traduções são feitas pelo punho do autor deste trabalho. Obviamente, essa consideração não se aplica às obras que já foram vertidas ao português por tradutores profissionais.

## Capítulo 1 – A anatomia do 1º capítulo de *O Capital*

Produzir um estudo sobre a teoria do valor de Marx implica em necessariamente estabelecer diálogo com uma vasta e heterogênea tradição interpretativa, tradição essa na qual a única certeza é o dissenso entre os interlocutores envolvidos. No prefácio à sua grande obra, *O Capital*, o próprio Marx reconhece que “a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior.”<sup>4</sup> O presente capítulo, em consonância com a posição introdutória que ocupa na estrutura geral do trabalho, persegue o objetivo de reconstruir os argumentos avançados por Marx no primeiro capítulo de *O Capital*, com vista a estabelecer um conjunto geral de teses e de conhecimentos que servirá tanto à função preparatória de possibilitar aos leitores e às leitoras apreender as peculiaridades que as principais correntes de leitura da teoria do valor apresentam, como de critério com base no qual avaliar a plausibilidade de tais interpretações e assim determinar o seu grau de concordância com o texto de Marx.

O roteiro a ser seguido no decorrer das próximas páginas espelha-se na estrutura do texto sob estudo e atém-se com rigor às suas divisões internas. Em sua formulação paradigmática, contida na segunda edição da obra, o primeiro capítulo de *O Capital* engloba quatro itens distintos, que encadeiam-se de uma maneira bastante singular e por vezes surpreendente. Para que se possa compreender o motivo para Marx ter optado por articulá-los da forma que o fez, convém atentar ao seu método dialético de investigação e ao emprego específico que o autor faz deste na análise da mercadoria e do valor.<sup>5</sup> Investigar uma coisa servindo-se do método dialético (ou genético) significa, em termos muito vagos, submetê-la tanto a uma *redução analítica* capaz de revelar a natureza do seu conteúdo, como, uma vez realizada essa etapa preliminar, justificar o fato de que os elementos primários em que se decompôs a coisa - em outras palavras, o seu conteúdo - assumam, quando *sintetizadas* em um todo, a forma da coisa em questão e não outra. Análise e síntese apresentam-se, portanto, como etapas complementares do método dialético e, no plano do primeiro capítulo de *O Capital*, correspondem, respectivamente, aos seus dois primeiros e dois últimos itens.

---

<sup>4</sup> Marx, 2013, p.77.

<sup>5</sup> Este esquema de divisão do primeiro capítulo de *O Capital*, orientado pela aplicação do método dialético à categoria de valor, inspira-se em Elson (1979) e Rubin (1987).

Assim sendo, o atual capítulo prosseguirá de acordo com o seguinte plano. No que toca à etapa da análise, expor-se-á sucessivamente: a definição da forma-mercadoria como ponto de partida da investigação e o seu desdobramento em valor de uso e valor de troca; o argumento em favor da redução dos muitos valores de troca à unidade valor, e a subsequente demonstração de que o conteúdo ou substância do valor deve ser identificada com o trabalho abstrato; em tal momento, realiza-se um breve excuro com o intuito de aclarar o emprego marxiano das categorias de abstração e de substância, desvio esse que acaba por adiantar certos aspectos do fetichismo da mercadoria, relativos ao quarto item; retornando ao itinerário original, investiga-se, por fim, os conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato. Chega-se então à etapa de síntese, e com isso a exposição dirige o seu foco ao exame do sofisticado argumento apresentado no terceiro item do capítulo, relativo à análise da forma do valor, através da qual Marx pretende tematizar os vínculos entre substância e forma do valor - trabalho abstrato e dinheiro.

## 1. O básico da teoria do valor de Marx

O projeto empreendido por Marx em *O Capital* visa, através da reformulação do quadro teórico da economia política clássica e da ressignificação de suas categorias básicas, elaborar uma análise crítica da sociedade burguesa que possa tanto descortinar as estruturas econômicas fundamentais do modo de produção capitalista como pôr em destaque as tendências (auto)destrutivas inscritas em sua natureza. Em conformidade com as pretensões citadas, a exposição de *O Capital* toma como ponto de partida o exame “da forma social mais simples na qual o produto do trabalho se apresenta na sociedade atual”<sup>6</sup>, a mercadoria. Sendo “o *concretum* econômico mais simples”<sup>7</sup>, a partícula elementar da formação social capitalista, a mercadoria é inicialmente apreendida<sup>8</sup> por Marx como uma entidade em que coexistem duas determinações ou aspectos contraditórios: ela é, por um lado, valor de uso, e, pelo outro, possuidora de valor de troca.

---

<sup>6</sup> Marx, 2020, p.60.

<sup>7</sup> *ibid*, p.61.

<sup>8</sup> O método com que Marx aborda a mercadoria tem mais em comum com o proceder da tradição fenomenológico-husserliana, que procura investigar a coisa a partir da forma imediata em que ela se mostra à consciência, do que com o positivismo que caracteriza a teoria econômica ortodoxa em suas variadas formulações; ousa-se dizer que Marx dá início a *O Capital* praticando fenomenologia econômica, no sentido de que investiga a mercadoria tal como esta aparece ao indivíduo situado na modernidade capitalista, e a partir daí desenvolve a sua investigação.

No que toca ao seu primeiro aspecto, a mercadoria apresenta-se como um objeto material qualquer - ou mesmo um serviço - que, por meio das suas propriedades, “satisfaz necessidades humanas [reais ou imaginadas, Marx acrescenta na sequência]”<sup>9</sup>, ou seja, que é algo útil. Assim, por exemplo, uma cadeira apresenta uma certa forma, uma cor qualquer, uma organização entre suas diversas partes, é composta por determinados materiais, como plástico ou metal. Esta conjunção de propriedades que faz do objeto uma cadeira possibilita que pessoas venham a empregá-la para se sentar, assim satisfazendo os seus desejos de repousar confortavelmente.<sup>10</sup> Aproveitando-se de uma terminologia que se pode encontrar já nos economistas clássicos, Marx denomina a mercadoria, considerada segundo a sua forma material útil, um valor de uso.

Além de seu caráter útil, vinculado às suas propriedades materiais, as mercadorias abrigam um segundo aspecto, que encontra expressão na circunstância de serem elas permutáveis, de poderem ser trocadas umas pelas outras em proporções quantitativamente definidas. Enquanto coisas permutáveis - objetos que podem figurar em relações de troca com outros objetos - as mercadorias são caracterizadas por Marx como valores de troca: “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo (...)”<sup>11</sup> Sendo assim, cada mercadoria possui naturalmente uma infinidade de valores de troca distintos.

A determinação do produto do trabalho como valor de uso aparenta ser válida para qualquer período histórico ou formação social, carecendo assim de relevância para os propósitos marxianos de destrinchar a dinâmica do sistema capitalista. Inversamente, o valor de troca, sendo uma propriedade da mercadoria que denota certo tipo de relação social entre os sujeitos específica à economia de mercado, é o aspecto sobre o qual Marx decide concentrar a investigação. Por trás da multiplicidade à primeira vista aleatória e desregrada dos valores de troca, o autor localiza, através do argumento que será exposto na sequência, o valor, ou seja, atributo unitário que tanto explica como determina as proporções em que as mercadorias são trocadas.

---

<sup>9</sup> Marx, 2013, p.113.

<sup>10</sup> Como diz Sweezy, 1962, p.26, “O valor de uso expressa uma certa relação entre o consumidor e o objeto consumido.”

<sup>11</sup> Marx, 2013, p.114.

Convém, antes de passar ao argumento que fundamenta a redução dos valores de troca ao valor, esclarecer um equívoco de interpretação disseminado na literatura. Seguindo uma linha de crítica cujo pioneiro e mais ilustre expoente foi o economista austríaco Eugen Böhm-Bawerk, certos autores defendem a ideia de que Marx haveria deduzido, do fato de que o ato de troca estabelece uma relação de igualdade entre os objetos trocados, a necessidade de existir um elemento comum ao qual poder-se-ia reduzir ambos. Sendo assim, a simples circunstância de que A e B são trocados – em isolamento dos demais fatores sociais ou históricos que possam influir no resultado obtido – seria tudo o que se precisa para determinar a comensurabilidade de A e B, e, por consequência, para justificar que se trate a relação de troca entre A e B como uma relação na qual vigora a equivalência entre os elementos nela envolvidos: esta equivalência, ora, indicaria que a possibilidade de trocar A e B funda-se na presença de uma qualidade em comum que a troca faz emergir, qual seja, o valor. Trata-se, como fica claro, de uma leitura que retrata o procedimento de Marx como sendo de caráter essencialmente analítico: partindo de uma concepção abstrata do ato de troca – isto é, de uma concepção na qual a troca encontrar-se-ia reduzida às suas características mais indispensáveis, gerais, e, por conseguinte, transhistóricas – o autor haveria tentado “provar a necessidade do conceito de valor através do raciocínio puramente abstrato.”<sup>12</sup> Que dois produtos fossem postos em relação de troca implicaria, pois, em sua necessária equivalência. Está-se acusando Marx, para valer-se de uma expressão kantiana, de haver sustentado que o conceito de equivalência estaria analiticamente contido no conceito de troca; que, portanto, o ato de troca – quais sejam as condições em que ele se dê – seria impensável no caso de haver assimetria qualitativa ou quantitativa entre os objetos trocados.

Como Rubin e Elson bem apontam, a leitura acima exposta origina-se de uma apreensão deficitária do caminho percorrido por Marx ao longo das páginas iniciais de *O Capital*. Configura grave equívoco considerar que a passagem do valor de troca ao valor toma como pressuposto uma concepção abstrata do ato de troca individual.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Rubin, 1987, p.123.

<sup>13</sup> Em repetidos momentos de *O Capital*, Marx submete a duras críticas a pretensão de se fazer inferências acerca da configuração estrutural do modo de produção capitalista a partir de concepções abstratas, as quais obscureceriam as diferenças que separam tal modo de produção de formações sociais anteriores. Na passagem a seguir, o autor julga ser inválido, de uma perspectiva metodológica, partir das características da troca (ou mesmo da circulação) enquanto conceito ahistórico: “Dois pontos são aqui característicos da apologética econômica. Em primeiro lugar, a identificação da circulação de mercadorias com a troca imediata de produtos mediante a simples abstração de suas diferenças. Em segundo lugar, a tentativa de

Embora certos trechos do texto, quando lidos afastados do seu contexto original - em especial o parágrafo em que Marx empreende a análise da troca entre ferro e trigo - possam à primeira vista corroborar tal ideia, não resta dúvida de que o argumento está voltado desde o princípio ao estudo da troca tal como a mesma apresenta-se num contexto sóciohistórico muito particular, qual seja, a troca capitalista de mercadorias, já portadora de todas as determinações que o modo de produção capitalista lhe imprime. Como Marx mesmo diz, “A circulação de mercadorias distingue-se da troca direta de produtos não só formalmente, mas também essencialmente.”<sup>14</sup> Pois bem, em que consiste esta diferença e qual a sua significância para o desenrolar do argumento? Primeiramente, deve-se atentar ao fato de que a troca capitalista assume a forma da compra e venda de mercadorias, sendo uma atividade mediada necessariamente pelo dinheiro. Portanto, foge do escopo da análise de Marx atos de troca que sejam de gêneros diversos, como o escambo, a troca de presentes, entre outros. Em segundo lugar, tem-se o aspecto ao qual Marx aludiu na passagem à pouco citada. Ocorre, em simultâneo ao desenvolvimento histórico das relações e das formas sociais capitalistas, uma alteração no conjunto de propriedades com as quais poder-se-ia caracterizar a troca. É o capitalismo que, ao fazer da troca atividade sobre a qual recai de modo exclusivo a função de mediar o metabolismo social, converte-a num processo social geral, em circulação de mercadorias.<sup>15</sup> A partir de então, as mercadorias disponíveis no mercado – em sua multiplicidade quantitativa e qualitativa - passam a ser efetivamente intercambiáveis entre si, não havendo qualquer influência do caráter útil do produto sobre a sua capacidade de ser trocado. Não se trata, pois, de uma possibilidade meramente formal de troca, mas de sua ocorrência concreta e sistemática no cotidiano capitalista.

Sob tais condições, um ato individual de troca não se permite analisar senão como parte de um todo que é constituído pela circulação capitalista de mercadorias. Esta última apresenta-se como uma estrutura que, conquanto formada por atos individuais de troca, exerce um profundo efeito condicionante sobre os mesmos. Como coloca Elson:

---

negar as contradições do processo capitalista de produção dissolvendo as relações de seus agentes de produção nas relações simples que surgem da circulação de mercadorias.” (Marx, 2013, p.187)

<sup>14</sup> Marx, 2013, p.185.

<sup>15</sup> “O ciclo percorrido pela série de metamorfoses de uma mercadoria se entrelaça inextricavelmente com os ciclos de outras mercadorias. O processo inteiro se apresenta como circulação de mercadorias.” (Marx, 2013, p.185)

“Esta permutabilidade generalizada não depende simplesmente das características individuais dos possuidores dos produtos, ou dos próprios produtos, pois as proporções em que os produtos são trocados em qualquer transação particular dependem não apenas dos participantes de tais transações, mas de todas as outras trocas que acontecem simultaneamente.”<sup>16</sup> (p.153)

É, por consequência, somente à luz das determinações peculiares que a troca adquire no capitalismo que Marx pôde, no capítulo primeiro de *O Capital*, associar a troca à equivalência entre os produtos do trabalho. Tal equivalência está fundada não na atribuição de uma faculdade intrínseca à troca concebida abstratamente, mas resulta antes “da permutabilidade geral, através do mercado, de toda mercadoria com toda mercadoria”<sup>17</sup>. Conclui-se que o conceito de troca que subjaz o argumento da passagem dos valores de troca ao valor é o da troca capitalista – o qual só pode ser devidamente compreendido a partir da categoria de circulação de mercadorias.

Que seja essa a concepção – histórica e socialmente determinada – que Marx tem em mente percebe-se de maneira inquestionável numa passagem de *Teorias da Mais-Valia* a que Elson chama atenção:

“Porém, não obstante a mercadoria possua mil valores [de troca] distintos, ou mil preços diferentes, ou seja, tantos tipos de valor [de troca] quanto existam mercadorias, todas essas milhares de expressões expressam sempre o mesmo valor. A melhor prova disso é que todas essas expressões distintas são equivalentes, que não apenas podem substituir umas às outras no interior da expressão, mas que substituem-se efetivamente no processo de troca.”<sup>18</sup>

Embora esse ponto não seja formulado com tanta nitidez em *O Capital*, uma leitura atenta do primeiro capítulo demonstra que as teses alcançadas por Marx através da análise do ato de troca entre o ferro e o trigo – passagem sobre a qual concentram-se as interpretações formalistas e abstratas do argumento – são tributárias do que se estabeleceu no parágrafo anterior, a saber, a equivalência realmente existente entre mercadorias no modo de produção capitalista:

“Certa mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, é trocada por  $x$  de graxa de sapatos ou por  $y$  de seda ou  $z$  de ouro etc., em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único. Mas sendo  $x$  de graxa de sapatos, assim como  $y$  de seda e  $z$  de ouro etc. o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, então  $x$  de graxa de sapatos,  $y$  de seda e  $z$  de ouro etc. tem de ser valores de troca permutáveis entre si ou valores de troca da mesma grandeza.”<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Elson, 1979, p.153.

<sup>17</sup> Ibid, p.152.

<sup>18</sup> Marx, 1971, p.147.

<sup>19</sup> Marx, 2013, p.115.

Para que, a partir da troca entre 1 *quarter* de trigo e *a* quintais de ferro, possa-se depreender a redutibilidade de ambas as mercadorias a “uma terceira [coisa], que, em si mesma, não é uma nem outra”,<sup>20</sup> impõe-se a necessidade de considerar tal ato de troca como um ato particular dentre inúmeros outros que juntos compõem a circulação capitalista de mercadorias. Sendo assim, ele encontra-se situado num contexto em que as relações sociais capitalistas o impregnam de certos atributos oriundos da troca enquanto processo social generalizado e abrangente – de maior relevância aqui é a equivalência concreta entre os produtos do trabalho –, fenômeno esse que, como se viu, só adquire facticidade com o estabelecimento histórico da economia de mercado. Eis o quadro em que se insere a afirmação de que “algo comum e de mesma grandeza [ou seja, o valor] existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e em *a* quintais de ferro.”<sup>21</sup>

Elson considera que os pontos acima discutidos bastam para fundamentar a passagem marxiana dos valores de troca ao valor. Rubin discorda.<sup>22</sup> Não obstante tenha-se examinado “a estrutura concreta da economia mercantil” e dela inferido “o fato de que [no capitalismo] todas as mercadorias podem ser igualadas umas às outras”, ele julga haver oculto no argumento de Marx um pressuposto adicional. A presença deste pressuposto justifica-se pela necessidade de montar uma defesa da pertinência do conceito de valor face os ataques céticos que Samuel Bailey<sup>23</sup> havia lhe dirigido. Bailey, filósofo e economista britânico inspirado pela tradição empirista, propunha que a Economia Política deveria prescindir do conceito de valor *qua* algo distinto dos valores de troca da mercadoria. Isso significa afirmar que as proporções em que as mercadorias são trocadas – os seus valores de troca ou valores relativos – não poderiam ser explicadas por qualquer fator que fosse externo ao próprio ato de troca ou às considerações subjetivas<sup>24</sup> dos agentes que dele participam. Seria, pois, ilegítimo tentar

---

<sup>20</sup> Marx, 2013, p.115.

<sup>21</sup> Ibid, p.115.

<sup>22</sup> Mesmo que a regularidade entre os atos de troca individuais apareça como traço constitutivo da concepção capitalista de troca - sendo possivelmente supérfluo tratá-la em separado-, escolhe-se por reforçar tal ponto a fim de clarificar possíveis confusões sobre a teoria de Marx.

<sup>23</sup> Conquanto Marx mencione-o apenas de modo passageiro em *O Capital*, Bailey tem as suas reflexões sobre o conceito de valor submetidas a uma avaliação abrangente em *Teorias da Mais-Valia*.

<sup>24</sup> “Ao invés de explicar o que ele próprio entende por valor (ou causa de valor), Bailey nos diz que trata-se de algo que os compradores e os vendedores imaginam no ato de troca.” (Marx, 1971, p.163). Eis como o próprio Bailey formula o seu ponto: “Quaisquer circunstâncias que ajam com influência verificável, seja de modo mediado ou imediato, sobre a *mente* no intercâmbio de mercadorias, podem ser consideradas como causas do valor.” (Bailey, 1825, p.182 – 183)

estabelecer qualquer correlação entre os aspectos qualitativo e quantitativo do ato de troca individual – seja a equivalência ou a grandeza do valor de troca – e as condições que caracterizam os processos de circulação ou produção de mercadorias; “o valor é a relação de troca entre mercadorias e, por consequência, nada distinto dessa relação.”<sup>25</sup>

Contra o relativismo nominalista<sup>26</sup> de Bailey, Marx opera desde o princípio com o pressuposto de que o processo capitalista de troca encontra-se sujeito a incontestáveis regularidades. Em primeiro lugar, os valores de troca exibidos por mercadorias de um mesmo tipo padronizam-se de tal maneira que “A mercadoria individual vale (...) somente como exemplar médio de sua espécie.”<sup>27</sup> Tal regularidade estende-se também à temporalidade dos atos de troca: salvo mudanças súbitas e de longo alcance na estrutura do sistema produtivo, parece muito implausível que, por exemplo, uma camiseta de linho seja trocada hoje por 10kgs de café e amanhã por 20kgs; os valores de troca de uma dada mercadoria mantêm-se relativamente estáveis ao longo do tempo. Não só isso, mas os desvios nos preços de mercado costumam compensar-se no longo prazo, tornando possível que se fale de um patamar médio ou natural de preços. Por último, o valor de troca da mercadoria afigura-se como propriedade transitiva: se uma quantidade  $x$  de mercadoria A troca-se por  $y$  de mercadoria B e  $y$  de mercadoria B troca-se por  $z$  de mercadoria C, então segue-se que  $x$  de mercadoria A deve naturalmente poder ser trocada por  $z$  de mercadoria C.<sup>28</sup>

O enfoque subjetivista de Bailey – comprometido com a imanência do valor ao ato de troca particular – esbarra em graves dificuldades ao tentar dar conta dos atributos da troca capitalista que foram descritos acima. Afinal, não está disponível a ele a possibilidade de explicar os padrões quantitativos que mostram-se recorrentes no processo de troca com base no nexos entre esse último e o processo de produção. Ademais, a limitação da concepção subjetiva de valor manifesta-se na circunstância de que “embora a formação dos valores de troca seja necessariamente o resultado das ações dos possuidores de mercadorias, a cada possuidor de mercadoria que adentra o mercado

---

<sup>25</sup> Marx, 1971, p. 140.

<sup>26</sup> Marx acusa Bailey de conceber “a existência independente do valor como uma invenção escolástica dos economistas.” (Marx, 1971, p.137)

<sup>27</sup> Marx, 2013, p.117.

<sup>28</sup> Cabe reforçar que se está aqui discutindo a troca capitalista de mercadorias - o objeto de estudos do primeiro capítulo de *O Capital* e da teoria do valor - e não a troca direta de produtos; para que os valores de troca sejam transitivos ou permutáveis entre si, faz-se necessária a presença do equivalente universal como mediador do processo de troca.

as proporções em que as mercadorias devem ser trocadas já aparecem como algo pré-definido [*are already given*]]”<sup>29</sup>

Marx, por sua vez, sustenta ser apenas através da redução dos muitos valores de troca da mercadoria a uma unidade subjacente, representada pelo conceito de valor, que o problema da regularidade do processo de troca torna-se teoricamente tratável. Desta maneira, “o valor da troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ (*Erscheinungsform*) de um conteúdo que dele pode ser distinguido.”<sup>30</sup> Os vários valores de troca da mesma mercadoria não são, portanto, “algo acidental e puramente relativo”<sup>31</sup>, arbitrariamente estabelecido pelos agentes no momento da troca; eles todos exprimem univocamente o mesmo elemento, o valor da mercadoria, e só podem ter a sua determinidade quantitativa compreendida à luz deste último. O contraste com Bailey fica claro. Se o economista britânico defendia haver identidade irrestrita entre valor e valor de troca, Marx distingue com todo cuidado entre, por um lado, o valor da mercadoria, e, pelo outro, a sua expressão relativa no valor de troca:

“(…) a proporção/taxa [*rate*] em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras enquanto valores de uso, embora seja uma *expressão* dos seus valores, ou seja, o seu valor *realizado*, não é o seu valor em si [*their value itself*], já que a mesma parcela de valor pode ser representada por quantidades muito distintas de valores de uso.”<sup>32</sup>

Para que o valor da mercadoria possa ser quantitativamente expresso ou representado numa relação de troca é, pois, imprescindível que ele preceda ontologicamente o ato em questão. Caso contrário, como seria a troca capaz de expressar algo que não está lá na coisa? Como os objetos haveriam de ser equiparados se não por meio da referência a uma qualidade ou forma social comum, responsável por convertê-los em objetos comensuráveis?

Tendo sido demonstrada a necessidade teórica do conceito de valor, resta então investigar a natureza daquilo que o constitui – e é isso o que Marx põe-se a fazer na sequência da exposição em *O Capital*. Já de início rejeita-se que o aspecto da mercadoria a conferir-lhe a condição de equivalente possa ser o seu valor de uso, uma vez que a relação das mercadorias enquanto valores de uso caracteriza-se por serem elas entidades qualitativamente distintas. Na troca deve, muito pelo contrário, imperar a

<sup>29</sup> Elson, 1979, p.156.

<sup>30</sup> Marx, 2013, p.115.

<sup>31</sup> Ibid, p.114.

<sup>32</sup> Marx, 1971, p.127.

identidade entre os termos relacionados, afinal, “um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada.”<sup>33</sup> Embora Marx não aprofunde os motivos que o levam a descartar a utilidade do objeto como fundamento a explicar o seu valor, Elson sugere que ele o faz por considerar falsa a tese – pressuposto que subjaz à teoria da utilidade marginal, na medida em que só assim pode-se falar de equivalência - de que todas as variedades particulares de desejos e carências humanas devem poder ser reduzidas a uma concepção última e genérica de utilidade ou prazer. De resto, Paul Sweezy destaca outro ponto no pensamento de Marx que há de tê-lo influenciado neste raciocínio: a ideia de que os desejos dos sujeitos, assim como as suas decisões individuais de consumo, determinam-se pela configuração do sistema produtivo, e não o contrário.<sup>34</sup>

Se o valor de uso não pode responder pela equivalência entre mercadorias, tampouco poderia-se botar tal fenômeno na conta das propriedades que concernem sua forma material, posto que essas “importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias.”<sup>35</sup> Por valor não se deve entender, portanto, uma mera relação entre mercadorias ou mesmo entre as mercadorias e os seus possuidores, mas antes algo que resulta justamente da abstração “dos componentes (*Bestandteilen*) e das formas corpóreas que fazem dele [o produto do trabalho] um valor de uso.” Nesse sentido, Marx condiciona a existência da mercadoria como valor – a sua comensurabilidade ou equivalência - a um processo de abstração das suas características particularizantes, restando, findado o procedimento, apenas “o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano.”<sup>36</sup> Como diz o autor noutra obra – e já salientando a dimensão social das concepções de valor e trabalho envolvidas: “Elas [as mercadorias enquanto valores] aparecem como expressões de quantidades definidas de tempo de trabalho social.”<sup>37</sup> Se após a abstração de suas propriedades concretas a mercadoria passa a ser considerada como valor – isto é, como pura e simples objetificação de trabalho –, tem-se também de submeter o trabalho que a produziu a um procedimento análogo:

---

<sup>33</sup> Marx, 2013, p.115.

<sup>34</sup> Trata-se de algo que fica claro na *Introdução de 1857*: “Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos.” (Marx, 2011, p.66)

<sup>35</sup> Marx, 2013, p.115.

<sup>36</sup> *Ibid*, p.116.

<sup>37</sup> Marx, 1971, p.135.

“Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.”<sup>38</sup>

O trabalho que encontra expressão no valor da mercadoria não coincide, pois, com qualquer forma determinada de trabalho – não é o trabalho do operário, do mecânico, da costureira, do advogado, etc.; como tal, não pode ser associado à confecção de valores de uso específicos –, definindo-se, ao invés disso, por sua generalidade abstrata.

A procura de Marx pela natureza do conceito de valor chega assim a um término: o autor argumenta que aquilo que torna possível a equiparação de valores de uso qualitativamente distintos no processo capitalista de troca é a circunstância de que tais produtos partilham de uma origem em comum; são todos, em última análise, fruto do trabalho, ou seja, resultado da atividade produtiva humana. O aspecto de valor das mercadorias denota, portanto, que dependeu-se nelas:

“(…) tempo de trabalho, trabalho social, tal como apresenta-se especificamente na produção de mercadorias. Uma quantidade de trabalho não tem valor, não é uma mercadoria, mas é antes o que transforma as mercadorias em valores, é a sua substância comum; como manifestações disso, as mercadorias são *qualitativamente iguais* e apenas *quantitativamente diferentes*.”<sup>39</sup>

Elaborando o mesmo ponto a partir de uma perspectiva sutilmente diversa, Marx classifica o trabalho abstrato – em sua forma social capitalista – como causa ou medida imanente do valor, por oposição ao dinheiro como sua medida externa. As mercadorias podem ter a magnitude do seu valor expressa em quantidades determinadas de dinheiro porque – e somente porque – elas próprias, enquanto portadoras ou representantes de uma substância-trabalho qualitativamente homogênea e indistinta, apresentam propriedades (socialmente condicionadas) que conformam-se à mensuração quantitativa em termos de unidades discretas.<sup>40</sup> Não se deve perder de vista, entretanto, que o trabalho abstrato, embora exerça a função de medida imanente do valor, de modo algum pode ser considerado a medida externa deste último, isto é, o seu padrão efetivo de medida. Marx deixa muito claro que, de acordo com a sua teoria, o dinheiro serve como

---

<sup>38</sup> Marx, 2013, p.116.

<sup>39</sup> Marx, 1971, p.135.

<sup>40</sup> O uso peculiar que Marx faz dos conceitos de medida imanente e medida externa é abordado de forma competente por Elson. Segundo a autora: “A medida imanente refere-se às características que fazem com que algo possa ser medido como pura quantidade; a medida externa refere-se ao meio em que as medidas dessa quantidade são realmente feitas, como a escala usada, etc.” (Elson, 1979, p.137)

a forma necessária e exclusiva de manifestação do valor<sup>41</sup> no plano do real: “A mercadoria individual enquanto tal não pode expressar tempo de trabalho geral, ou melhor, pode apenas expressá-lo ao ser igualada à mercadoria que constitui o dinheiro, em seu preço monetário.”<sup>42</sup>

Através do argumento contido nas duas seções iniciais de *O Capital* – etapa essa que compreende a análise do conceito de valor – Marx obteve importantes resultados: primeiramente, a redução da pluralidade dos valores de troca da mercadoria a uma unidade substancial que os explica; em segundo lugar, a demonstração de que repousa no caráter social do trabalho humano a natureza de tal substância. Cabe agora elucidar certas questões que, não obstante incidam diretamente sobre a legitimidade do raciocínio desenvolvido pelo autor, permanecem sem resposta – ao menos explícita – no texto sob estudo.

Julga-se apropriado começar pela especificação do significado com que Marx emprega o conceito de abstração ao caracterizar o trabalho abstrato e o valor. Trata-se de um ponto que naturalmente suscita dúvidas, dado que, nas primeiras páginas de *O Capital*, Marx limita-se a definir o papel funcional da abstração no interior do seu quadro teórico, sem, entretanto, melhor especificar as suas condições de existência ou determinar as suas propriedades em um sentido claro: as considerações do autor indicam apenas que a abstração deve ser pensada como uma atividade em estreita ligação com a troca capitalista de mercadorias, sem a qual as formas concretas de trabalho não poderiam transformar-se em trabalho abstrato e tampouco o valor seria capaz de entrar em cena. Devido à perceptível e incômoda lacuna que assim assoma na ordem expositiva do livro, impõe-se a necessidade de transitar por outras passagens do corpus marxiano, com vista a aclarar tudo aquilo que encontra-se em disputa com a ideia marxiana de abstração – e não se pode subestimar a relevância metodológica e interpretativa da questão.

O primeiro destino a se visitar é *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Conquanto seja uma obra em muitos aspectos menos polida que *O Capital*, onde as distinções teóricas mais sutis ainda não haviam sido plenamente traçadas,

---

<sup>41</sup> O que não significa que Marx esteja aglutinando as categorias de valor e de dinheiro. Que o trabalho abstrato só possa ser observado na sua expressão reificada como preço da mercadoria não diminui a sua importância teórica, indicando antes uma consequência inescapável da dinâmica do capitalismo: a reificação das relações sociais.

<sup>42</sup> Marx, 1971, p.139.

localiza-se ali uma passagem em que a abstração do trabalho é conceituada nos termos de um acontecimento ou de um fenômeno objetivo:

“Para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples (...) Essa redução apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social. A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar.”<sup>43</sup>

O paralelo estabelecido por Marx entre, por um lado, a abstração das qualidades concretas do trabalho humano, e, pelo outro, processos que remetem ao território próprio às ciências naturais, demonstra, de modo a dissipar quaisquer possíveis ambiguidades de leitura, o sentido forte em que a abstração marxiana é dita objetiva – e, por conseguinte, supraindividual. Não se está, como poder-se-ia à primeira vista presumir, diante de uma operação mental que os participantes da troca – os possuidores de mercadoria – consciente ou inconscientemente levam a cabo de forma a assegurar a redutibilidade dos seus produtos a grandezas ou qualidades equiparáveis, tendo por resultado a fixação de um valor comum. A ideia de que os sujeitos avaliariam de modo deliberado as quantidades de trabalho incorporado às mercadorias alheias e que – à maneira do argumento da igualação mútua da vantagem em Adam Smith – seria esse o fator responsável por fazer com que os valores de troca e o tempo de trabalho coincidissem representa uma distorção grosseira das colocações de Marx sobre o tema. É bem verdade, contudo, que trata-se de um engano amplamente disseminado na literatura secundária, deslize ao qual o próprio Engels sucumbiu. No decorrer do próximo capítulo, investigar-se-á em detalhes como as concepções subjetivas do trabalho abstrato e do valor – acrescidas da hipótese de que os capítulos iniciais de *O Capital* teriam como objeto de estudos a “produção simples de mercadorias” – culminaram numa tradição interpretativa ortodoxa da teoria do valor, tradição essa cujos expressivos enganos hermenêuticos servem de obstáculo a uma assimilação satisfatória da profundidade do pensamento de Marx. Por ora, há de se relegar este assunto a um plano secundário.

Retomando. A abstração marxiana deve ser distinguida da abstração como concebida pela maior parte da tradição filosófica ocidental, na medida em que ela não

---

<sup>43</sup> Marx, 2008, p.55 – 56.

designa, como esta última, o processo cognitivo através do qual o sujeito particular despoja o objeto de suas propriedades contingentes ao apreendê-lo, entrando assim em contato com aquilo que constitui a essência da coisa. Marx, de fato, coloca-se muito além de qualquer empirismo na sua recusa a fazer da abstração do trabalho um mero ato psíquico imanente à consciência dos sujeitos; trabalho abstrato e valor, como Ruy Fausto<sup>44</sup> corretamente argumenta, são abstrações *reais*, e não meras generalizações fabricadas pelo sujeito de conhecimento.<sup>45</sup> Backhaus, um dos fundadores da *Neue-Marx-Lektüre*, vai no mesmo sentido, rejeitando que se possa tratar as categorias da teoria do valor marxiana à maneira de conceitos lógico-formais.<sup>46</sup> Qual seria, pois, o estatuto da realidade de tais conceitos? Por óbvio – e a despeito da analogia química empregada por Marx na passagem citada acima –, a abstração do trabalho, assim como os conceitos que dela derivam, não pode ser descrita como um processo pertencente ao universo físico-material: “Até hoje nenhum químico descobriu o valor de troca na pérola ou no diamante”<sup>47</sup>, sustenta Marx, afirmação muito coerente, uma vez que “sua objetividade de valor [isto é, a realidade da mercadoria enquanto valor] é puramente social”.<sup>48</sup> A fim de determinar, ao menos de modo preliminar,<sup>49</sup> os princípios sobre os quais ergue-se a compreensão marxiana da ideia de realidade social, convém retornar a *O Capital* – agora, no entanto, avançando significativamente no texto, à quarta e última subdivisão do primeiro capítulo: *O caráter fetichista da mercadoria e o seu segredo*.

Trata-se de um momento particularmente hermético do livro, no qual Marx põe-se a investigar “o caráter misterioso da forma-mercadoria”, o fato de que “tão logo [o produto do trabalho; nesse exemplo particular, a mesa] aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível”<sup>50</sup>. Mediante tais expressões de cunho literário, o autor refere-se à peculiar dimensão social de realidade que as mercadorias assumem *qua* valores, dimensão essa que difere tanto da existência concreta e

---

<sup>44</sup> Fausto, 1983, p.91.

<sup>45</sup> Posição respaldada por Giannotti (2013), para quem “essa abstração que captura a determinação do valor de troca é feita pelo próprio processo de troca – o pensamento apenas recolhe a distinção feita.”

<sup>46</sup> “De fato, o valor [segundo Marx] é algo pensado, mas não é um conceito no sentido da lógica formal: pode-se tão pouco apontar uma diferença específica quanto um correlato material.” (Backhaus, 1980,p.111)

<sup>47</sup> Marx, 2013, p.158

<sup>48</sup> *Ibid*, p.125.

<sup>49</sup> Salienta-se o caráter preliminar das considerações que vem na sequência porque os conteúdos ali tratados serão submetidos a uma análise muito mais rigorosa e exaustiva no terceiro capítulo, ao se apresentar a leitura que Rubin faz da teoria do fetichismo e a maneira como essa última serve como uma espécie de eixo metodológico central à sua interpretação inovadora da teoria do valor.

<sup>50</sup> Marx, 2013, p.145, 146.

inteiramente objetiva de entidades materiais como de atos e conceitos referentes ao âmbito subjetivo ou intramental. Repare em como Marx caracteriza aí a abstração do trabalho – e, por consequência, a existência formal da mercadoria como valor:

“Os homens não relacionam entre si os seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano do mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Pois na testa do valor não vai escrito o que ele é.” (Marx, 2013, p.149)

Não são os sujeitos que, ao engajarem-se na troca de mercadorias, efetuam conscientemente a redução das mesmas a tempo de trabalho humano indistinto – a abstração, e com ela o valor, é antes o resultado não intencional da conduta coletiva dos agentes no mercado, a quem, em sua perspectiva subjetiva, interessa apenas “a questão de quantos produtos alheios eles obtêm em troca de seu próprio produto.”<sup>51</sup> Em virtude desse aspecto da dinâmica socioeconômica capitalista, advém a necessidade de se considerar a abstração como um processo objetivo: os sujeitos, como defende Fausto, veem-se reduzidos a meros “suportes da relação de valor e do trabalho abstrato, que são logicamente os verdadeiros pontos de partida.”<sup>52</sup> A realidade da abstração marxiana - a sua *objetividade* - consiste, portanto, no fato de que ela realiza-se com a mesma automaticidade de um processo físico-material. O fundamento a explicar tal circunstância é a subsunção dos indivíduos às formas e estruturas sociais capitalistas, fenômeno que, como Marx engenhosamente o tematizou em sua teoria do fetichismo da mercadoria, faz com que as relações sociais entre os sujeitos tenham de manifestar-se como “relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.”<sup>53</sup> A teoria do fetichismo, de resto, será examinada posteriormente, através da leitura proposta por Rubin.

A discussão sobre o caráter objetivo da abstração é o momento oportuno para se investigar um ponto da teoria do valor de Marx que fez surgir intermináveis controvérsias entre os críticos: o fato de que, ao tratar da relação entre o trabalho abstrato e o valor, Marx outorga ao primeiro o título de substância. Ora, com que significado o autor emprega a noção de substância e de que maneira esta articula-se com as demais categorias do seu projeto de crítica da economia política? Pode-se encontrar

---

<sup>51</sup> Ibid, p.149.

<sup>52</sup> Fausto, 1983, p.100.

<sup>53</sup> Marx, 2013, p. 146.

na literatura uma interpretação em igual medida prevalente e simplória, que acusa Marx de ter deduzido, da constatação de que o único atributo comum às mercadorias como classe é a incorporação de trabalho, que tal atributo deve por necessidade possuir o caráter forte de substância. Estar-se-ia, deste modo, cometendo um grave equívoco categorial ao se postular a substancialidade do trabalho abstrato, uma vez que, para se designar certa propriedade como substância, exige-se mais do que a sua mera generalidade.<sup>54</sup> Como consequência, “se imputa a Marx um pensamento metafísico e tautológico: a teoria do valor [segundo tal linha de crítica] se reduz a uma *tautologia metafísica*.”<sup>55</sup>

Essa leitura, em cujos traços centrais transparece a mesma superficialidade formalista que já se havia vislumbrado na interpretação de cunho (exclusivamente) analítico da passagem dos valores de troca ao valor, passa muito longe de captar as intenções de Marx ao mobilizar a categoria de substância, como se se tivesse chegado até ela através de um raciocínio cuja formulação tendenciosa pré-determinava a resposta visada. Na realidade, o uso feito por Marx da categoria de substância remete diretamente à objetividade do processo de abstração do trabalho e de constituição do valor. Se a troca de mercadorias comporta uma dimensão subjetiva – pois são os possuidores de mercadoria, agindo de acordo com as prescrições de sua própria vontade, que fazem acontecer os atos de troca – ela é também, “na medida em que os valores de troca aparecem como determinações dadas (*appear to be given*) a cada possuidor de mercadoria, um processo social geral que tem lugar por trás das costas dos indivíduos.”<sup>56</sup> Como descrever a supraindividualidade de tal fenômeno se não por meio da substancialização do conteúdo do valor, ou seja, da tese de que há ou subsiste algo nas mercadorias em si que explica as condições em que se dá a troca e a produção – sendo esse algo o próprio trabalho em sua forma social capitalista? Fausto põe em destaque esse ponto, reforçando, aliás, que tem-se aí um afastamento radical entre Marx e os economistas clássicos:

“Por trás do *quantum* de tempo de trabalho, é necessário evidentemente pensar uma qualidade, e essa qualidade é preciso tomá-la em sentido forte. (...) É necessário fazer do trabalho abstrato uma coisa-social substância – porque o valor não é um *quantum* que os agentes estabelecem subjetivamente

---

<sup>54</sup> Uma exposição sucinta sobre essa variedade de crítica – e como Bohm-Bawerk, Joan Robinson e Castoriadis a reproduzem, cada um à sua maneira – é empreendida por Fausto, 1983, p. 99 - 100.

<sup>55</sup> Fausto, 1983, p.100.

<sup>56</sup> Elson, 1979, p.156.

(...), mas algo que se impõe socialmente, e que é ao mesmo tempo quantidade e qualidade, para chegar a uma definição do capital em termos de movimento-sujeito.”<sup>57</sup>

A categoria de substância serve, além disso, a um segundo propósito. Mediante o seu emprego, as várias transformações formais a que a mercadoria vê-se submetida ao longo do processo de circulação – a venda, na qual ocorre a conversão das mercadorias em uma soma de dinheiro (realização do valor); a compra de meios de produção e de força de trabalho, para que, com o mesmo valor de antes, se dê início a um novo ciclo produtivo – podem ser integradas em um quadro explicativo unificado e coerente. Desta maneira, por entre as várias metamorfoses da mercadoria perdura, argumenta Marx, uma mesma qualidade ou forma social que mantém-se inalterável, perene; as formas particulares que tal substância assume em momentos determinados do processo de troca – seja enquanto dinheiro, bens materiais, força de trabalho, etc – representam não mais que simples manifestações dessa unidade subjacente, isto é, do valor.<sup>58</sup> A utilização marxiana do conceito de substância insinua, nesse sentido, uma aproximação metodológica com as ciências naturais. Assim como para a física “luz, calor e movimento mecânico são considerados como [fenômenos] substancialmente equivalentes, como formas que são intercambiáveis enquanto instanciações de uma substância comum (...), [isto é], como formas de energia”<sup>59</sup>, o processo capitalista de troca necessita do recurso à substância-valor para ter a sua complexa diversidade formal decifrada, dado que, por meio dela, pode-se apreender as interconexões entre, por um lado, os aspectos qualitativo e quantitativo da troca, e, pelo outro, o caráter social do trabalho na economia capitalista e a organização produtiva geral.

À vista de tudo o que se falou sobre o trabalho abstrato, não resta dúvida de que ele é peça central da teoria do valor de Marx. Como, entretanto, deve-se pensar a sua especificidade? O que conecta o trabalho abstrato ao modo de produção capitalista, e de que maneira ele se relaciona com o trabalho concreto? Em estreita correspondência com a delimitação dos dois aspectos contraditórios que marcam a existência da mercadoria, o valor e o valor de uso, Marx distingue, respectivamente, entre as formas abstrata e concreta (ou útil) do trabalho. Tais determinações referem-se a aspectos distintos – e

---

<sup>57</sup> Fausto, 1983, p.100.

<sup>58</sup> “Chegar-se-á, subsequentemente, à conclusão de que o valor da mercadoria é algo que não apenas a distingue ou a relaciona com outras mercadorias, mas é uma qualidade que também a diferencia da sua própria existência como uma coisa, como um valor em uso.” (Marx, 1971, p. 128)

<sup>59</sup> Elson, 1979, p.158.

frontalmente opostos – que todo trabalho realizado sob condições capitalistas exhibe, aspectos esses que, por consequência, de maneira alguma se deve confundir com tipos específicos ou classes independentes de trabalho. Isso é dito com todas as letras por Marx numa iluminadora passagem contida na primeira edição de *O Capital*, como Rubin bem nota:

“Segue-se do que dissemos que uma mercadoria não possui duas formas diferentes de trabalho, mas um *único e mesmo trabalho* é definido de maneiras diferentes e mesmo opostas, conforme esteja relacionado ao *valor de uso* das mercadorias como o seu *produto*, ou ao *valor mercantil* como a sua *expressão material*.”<sup>60</sup>

O conceito de trabalho concreto designa, portanto, o aspecto do trabalho responsável pela criação da mercadoria enquanto valor de uso: na medida em que se considera o trabalho em seu caráter concreto, tem-se em vista uma atividade na qual o sujeito, mediante o auxílio das ferramentas e dos meios de trabalho, efetua a modificação da matéria-prima segundo uma finalidade pré-estabelecida, de modo a conferir-lhe certas propriedades materiais que a convertem num objeto útil, num bem de consumo. A ideia de trabalho concreto remete invariavelmente a formas determinadas de trabalho: exemplos são a alfaiataria, a pesca, a mineração, a tecelagem, a agricultura, o artesanato.

Se com relação ao trabalho concreto o caso é de compreensão relativamente simples, não se pode afirmar o mesmo sobre o trabalho abstrato. Num primeiro momento, Marx limita-se a defini-lo como trabalho humano em geral, abstraído das qualidades particulares que caracterizam as diferentes variedades de trabalhos úteis. Mas essa explicação tem um caráter meramente negativo, posto que simplesmente afirma o que o trabalho abstrato não é. Encontram-se, nas várias formulações do projeto marxiano, definições à primeira vista conflitantes do que seria o trabalho abstrato. No primeiro capítulo da segunda edição de *O Capital*, Marx parece identificar a forma abstrata do trabalho com a generalidade fisiológica a que se pode reduzir todos os trabalhos particulares, isto é, com o “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanas”<sup>61</sup>. Tal seria o resultado a que se chega quando descarta-se todas as propriedades que particularizam os diferentes trabalhos como trabalhos produtores de valores de uso; sobraria apenas o “dispêndio geral (sem forma) de energia humana.”<sup>62</sup>

<sup>60</sup> (Kapital, I, 1867, p.13 - apud Rubin, 1987, p.163)

<sup>61</sup> Marx, 2013, p.121.

<sup>62</sup> Saad-Filho, 1997, p.463.

Por outro lado, em *Contribuição a Crítica da Economia Política* e noutros textos, o conceito de trabalho abstrato não é formulado nos termos de um simples dispêndio de energia humana abstraído da sua forma particular de manifestação, mas sim como o “resultado da sociabilização dos trabalhos privados-concretos através da troca”.<sup>63</sup> Trata-se de “um conceito historicamente determinado; o dispêndio informe de energia humana envolvido na produção de mercadorias”<sup>64</sup> Surge então o questionamento: como relacionam-se essas duas concepções, entre as quais parece haver uma espécie de conflito? Na leitura de Ruy Fausto, o trabalho abstrato comporta sim a dimensão de trabalho em geral, ou seja, trabalho despojado de toda determinidade útil. Essa generalidade, entretanto, resulta da abstração do trabalho *qua* processo objetivo, processo esse engendrado pelo advento histórico da economia de mercado e das relações sociais capitalistas. A chave para se compreender a aparente incongruência entre as definições de trabalho abstrato expostas – e que também lança luz sobre as várias contradições que perpassam *O Capital*, causadoras de tanto espanto nos que não possuem familiaridade com o seu método – seria a adesão de Marx à ideia hegeliana de posição<sup>65</sup>: o conceito de trabalho abstrato, não obstante designe também a generalidade do trabalho num sentido fisiológico, de modo algum limita-se a tal aspecto; o ponto decisivo – imprescindível para que haja trabalho abstrato no sentido empregado por Marx – é a ocorrência, na própria realidade social e histórica, de um movimento que estabelece as condições sociais objetivas – no caso, as instituições e as relações sociais capitalistas - responsáveis por efetuar a redução das formas concretas de trabalho a trabalho abstrato, a trabalho humano indistinto. Sendo assim, “a generalidade em sentido fisiológico (...) não constitui o trabalho abstrato: ela é apenas a realidade natural pressuposta à (posição) deste. A realidade social faz com que valha o que era apenas uma realidade natural.”<sup>66</sup> De resto, a concepção fisiológica do trabalho abstrato - na medida em que identifica o trabalho abstrato com “o gênero dos trabalhos concretos” - denota comprometimento com uma leitura subjetivista e associal da abstração marxiana e, conseqüentemente, do trabalho abstrato; perde-se assim toda a circunscrição histórica

---

<sup>63</sup> Grespan, 1994, p.44.

<sup>64</sup> Saad-Filho, 1997, p. 463.

<sup>65</sup> “*Marx supõe que a posição da coisa – e a posição da coisa é a existência social da coisa – é essencial para que ela seja o que é. Para que o valor (tempo de trabalho, trabalho como generalidade abstrata) seja valor (ou o trabalho abstrato seja o trabalho abstrato), é essencial que, além dessas determinações, haja posição, ou que essas determinações sejam determinações postas, socialmente existentes.*” (Fausto, 1983, p.105)

<sup>66</sup> Fausto, 1983, p.92.

do conceito, além, é claro, da possibilidade de se investigar o modo como o capitalismo condiciona a existência das categorias de valor e de trabalho abstrato, pois, como argumenta Rubin, o conceito de trabalho abstrato “expressa as características da organização social do trabalho numa sociedade mercantil-capitalista.”<sup>67</sup>

## 2. A análise da forma do valor

Com uma exceção ou outra, tudo o que expôs-se até aqui diz respeito às duas subdivisões iniciais do primeiro capítulo de *O Capital*, as quais correspondem ao que poder-se-ia chamar de etapa da análise do valor. Determinou-se que o valor da mercadoria é constituído por trabalho abstrato, e que, portanto, as relações de troca entre os sujeitos exprimem, sob a aparência da mera permuta de objetos úteis, um tipo de relação social entre os seus trabalhos. Marx, todavia, não se dá por satisfeito com esse procedimento; ele busca, por meio da análise da forma do valor, explicar o porquê de a interrelação entre os trabalhos dos sujeitos vir a manifestar-se precisamente através da forma específica do valor de troca ou do preço. Para cumprir com essa finalidade, ele embarca na construção de um quadro conceitual que seja capaz de tornar inteligível o modo como isso ocorre, ou seja, que possa descortinar o caminho que conduz do valor – a substância-trabalho – ao dinheiro – “o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor”.<sup>68</sup> Trata-se, segundo Marx, de:

“(...) realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro.”

Transparece, na passagem acima citada, que a análise da forma do valor representa o ponto de afastamento entre a teoria do valor de Marx e aquelas que haviam sido avançadas pelos economistas clássicos, sobretudo por Ricardo. Conquanto os clássicos tenham corretamente definido a quantidade de trabalho despendida como o fator determinante por trás das proporções em que as mercadorias são trocadas, faltou-lhes conectar o trabalho socialmente necessário com a sua expressão reificada no dinheiro. Como afirma Marx, “Todas as mercadorias podem ser reduzidas ao trabalho como o seu elemento comum. O que Ricardo não investiga é a forma específica em que o trabalho manifesta-se como o elemento comum às mercadorias. Por isso ele não compreende o

---

<sup>67</sup> Rubin, 1987, p.156.

<sup>68</sup> Marx, 2013, p.116.

dinheiro.”<sup>69</sup> A teoria do valor marxiana é, pois, uma teoria do valor monetária, uma vez que apreende o dinheiro como um desdobramento – qualitativamente mais complexo, é bem verdade, mas cujos atributos fundamentais derivam-se da relação simples de valor – do valor das mercadorias.

Deve-se agora prosseguir à reconstrução da análise da forma-valor. Colocando em prática o projeto delineado, Marx define como ponto de partida do argumento a investigação da *forma de valor simples*,<sup>70</sup> ou seja, da relação de troca individual e genérica estabelecida entre duas mercadorias quaisquer: “ $x$  mercadorias A =  $y$  mercadorias B, ou  $x$  mercadorias A tem o valor de  $y$  mercadorias B.” Essas mercadorias desempenham funções distintas – e poder-se-ia dizer opostas – no quadro da relação de valor: “O valor da primeira mercadoria se apresenta como valor relativo, ou encontra-se na forma de valor relativa. A segunda mercadoria funciona como equivalente, ou encontra-se na forma equivalente.”<sup>71</sup> Marx atribui à mercadoria na forma-relativa a função de, por meio da relação com outro objeto útil, expressar o seu próprio valor. A mercadoria na forma-equivalente, por sua vez, “não expressa o seu valor; apenas fornece o material para a expressão do valor de outra mercadoria.”<sup>72</sup>

A diferenciação entre os dois elementos – ou polos, na terminologia marxiana – que juntos constituem a relação de valor serve como um modelo básico a estruturar todo o percurso da análise da forma do valor. É importante lembrar que, em conformidade com o seu método dialético de investigação, Marx não confere à forma-relativa e à forma-equivalente uma existência autônoma que transcenda os limites da relação de valor; não apenas isso, mas trata-se de um equívoco pensar que os campos de significação desses conceitos não se sobreponham, que se possa demarcar com precisão lógico-matemática onde um começa e o outro termina. Como observa Elson sobre o método marxiano, “(...) os determinantes [isto é, os conceitos ou as categorias marxianas de análise] não são variáveis independentes, mas simplesmente aspectos, abstrações unilaterais que se escolhe como meio de analisar a forma.”<sup>73</sup> Ainda no que toca aos pressupostos do argumento, cabe reforçar que a expressão de valor somente

---

<sup>69</sup> Marx, 1971, p.138.

<sup>70</sup> “A relação mais simples de valor é, evidentemente, a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria distinta dela, não importando qual seja.” (Marx, 2013, p.125)

<sup>71</sup> Ibid, p.126.

<sup>72</sup> Ibid.

<sup>73</sup> Elson, 1979, p.142.

estabelece as condições para que a igualdade qualitativa das mercadorias manifeste-se objetivamente; a unidade substancial que, ao abranger as mercadorias, converte-as em entidades equivalentes – o valor –, precede e serve como condição de possibilidade para a expressão de valor.

Mas como se dá a expressão de valor? Qual a justificativa dada para o seu caráter relacional? A relação de troca da mercadoria na forma-relativa com a mercadoria-equivalente tem por efeito fazer com que o valor da primeira – a natureza social e abstrata do trabalho que está nela objetivado – seja expresso (ou representado) pela forma material – isto é, pelo valor de uso – da segunda. Com isso percebe-se o porquê de a mercadoria ela própria, ou em relação consigo mesma, não poder exprimir o seu valor. Em suas propriedades materiais, que a definem como produto do trabalho concreto do sujeito, não há qualquer vestígio de valor; este é constituído por relações sociais, requerendo, por consequência, um acontecimento social para aflorar – a troca:

“Ser um valor significa possuir o *status* de um objeto social, *status* esse que precisa, portanto, ser mediado pela sua igualação com outra mercadoria, imediatamente distinta da própria, porém (em virtude da sua origem comum no trabalho universal da sociedade) de *substância social idêntica*.”<sup>74</sup>

Desta maneira, o valor da mercadoria adquire o que Marx classifica como uma existência independente, atrelada a (ou melhor, identificada com) a forma material do equivalente.

A expressão de valor implica, ademais, no estabelecimento de uma dinâmica análoga entre o trabalho envolvido na produção da mercadoria na forma de valor relativa e o trabalho que objetivou-se no equivalente. Se o equivalente havia se tornado a forma do valor da mercadoria-relativa, o trabalho concreto e particular do produtor da mercadoria-relativa tem, mediante a equiparação com o trabalho concreto do produtor de equivalente, a sua qualidade de trabalho humano abstrato desvelada, posta em destaque. Entretanto, essa natureza abstrata do trabalho - considerada em si - não é condição suficiente para uma representação socialmente válida do valor. Como última característica da expressão de valor a ser exposta por Marx, tem-se o fato de que a generalidade abstrata do trabalho precisa encontrar expressão numa coisa material, num objeto, porquanto “A força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor. Ela se torna valor em estado cristalizado, em

---

<sup>74</sup> Arthur, 1979, p. 75.

forma objetiva”<sup>75</sup> O equivalente, em sua relação com a mercadoria – e, num plano categorial mais avançado, o dinheiro –, cumpre justamente tal necessidade: “ele vale como uma coisa na qual se manifesta o valor ou que, em sua forma natural palpável, representa valor.”<sup>76</sup>

A forma-equivalente da mercadoria é definida por Marx como “a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria.”<sup>77</sup>; ou seja, atribui-se a condição de equivalente a uma dada mercadoria A em vista da circunstância de que os demais possuidores de mercadorias servem-se do valor de uso de A como substrato no qual expressar o valor dos produtos do seu trabalho. Trata-se, pois, de pensar a forma-equivalente a partir da imanência da própria expressão de valor contida no ato de troca, sem que se efetue recurso às propriedades úteis da mercadoria ou a qualquer fator que transcenda os limites internos do processo de troca. Posto isso, Marx examina uma série de intrigantes determinações que sobrevêm à mercadoria uma vez que esta torna-se um equivalente, determinações que são sintomáticas das contradições dialéticas embrenhadas na estrutura conceitual da relação de valor. Primeiramente, há o fato de que o valor de uso da mercadoria-equivalente “se torna a forma de manifestação do seu contrário, do valor.”<sup>78</sup> Marx argumenta que o valor de uso do equivalente passa a de fato representar - ou até mesmo ser – o valor da mercadoria que lhe confronta na forma-relativa, advindo daí, logicamente, as colocações marxianas de que, para efetivar-se como valor, a mercadoria tem de distinguir-se de si mesma: a forma de valor (ou forma social) da mercadoria A é – em um sentido robusto – o valor de uso da mercadoria B. Em segundo lugar, o trabalho responsável por produzir o equivalente vê-se submetido a transformações qualitativas correspondentes. Ele passa, em sua particularidade útil, a expressar o caráter abstrato e indistinto do trabalho; isto ocorre pois a sua utilidade, ao invés de estar associada à confecção de um bem de consumo qualquer, consiste em “fazer um corpo que reconhecemos como valor e, portanto, como massa amorfa de trabalho.”<sup>79</sup> Da mesma maneira, produzir a mercadoria-equivalente, conquanto seja, como todas as outras formas concretas de trabalho no capitalismo, uma atividade levada a cabo por produtores privados, eleva-se à condição de “trabalho imediatamente social”,

---

<sup>75</sup> Marx, 2013, p. 128.

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Marx, 2013, p.132.

<sup>78</sup> Ibid, p. 133.

<sup>79</sup> Ibid, p.134.

trabalho cujos produtos podem ser trocados sistemática e universalmente por todas as outras mercadorias, em completa abstração da especificidade material das mesmas.

Embora a análise de Marx tenha até este momento sido construída com base na forma de valor simples, as limitações estruturais desta última obstruem o desenvolvimento pleno da expressão de valor da mercadoria, pois, como afirma o autor:

“A expressão numa mercadoria qualquer B distingue o valor da mercadoria A de seu próprio valor de uso e, com isso, coloca esta última numa relação de troca com uma mercadoria qualquer de outro tipo, em vez de representar sua relação de igualdade qualitativa e proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias.”<sup>80</sup>

A forma de valor simples fracassa tanto em conferir à mercadoria na forma-equivalente a característica de ser diretamente permutável por qualquer outro valor de uso, quanto em produzir uma expressão do valor da mercadoria que possa subsistir para além do âmbito do ato de troca individual. Ela conflita, deste modo, com os critérios a que toda expressão de valor deve forçosamente atender, sendo esse o motivo a impulsionar a transição dialética às formas desdobrada e universal de valor. A passagem entre tais formas particulares de valor não deve ser interpretada como o deslocamento da análise a um *novo* objeto de estudos, mas antes como um aprofundamento ou enriquecimento do quadro categorial que serve de ferramenta à investigação do *mesmo* objeto – no caso, o valor de troca ou dinheiro.<sup>81</sup>

A *forma de valor desdobrada* distingue-se da forma simples na medida em que possibilita que o valor da mercadoria seja representado numa quantidade sem fim de valores de uso diferentes, não limitando-se mais à figura do equivalente individual; agora todas as mercadorias, a depender das intenções dos seus possuidores, podem vir a desempenhar a função de equivalente. Não obstante a forma de valor desdobrada apresente grandes avanços em relação à forma simples – ela permite perceber que o valor da mercadoria mantém-se o mesmo ao longo das suas várias expressões distintas, assim como coloca a mercadoria na forma-relativa “em relação social não mais com

---

<sup>80</sup> Ibid, p.138.

<sup>81</sup> Convém referenciar a famosa passagem dos *Grundrisse* em que Marx esboça os contornos do seu método: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.” (Marx, 2011, p.77 – 78) As formas simples, desdobrada e universal do valor representam, logo, as etapas sucessivas que a investigação percorre até obter uma reconstituição fidedigna dos muitos aspectos que caracterizam a existência do valor de troca.

apenas outro tipo de mercadoria, mas com o mundo das mercadorias”<sup>82</sup> –, falta-lhe “qualquer forma de manifestação unitária”<sup>83</sup> do valor e do trabalho abstrato.

Marx avança então ao exame da *forma universal de valor*, a qual, em contraste explícito com a forma desdobrada, designa uma relação de valor em que o conjunto inteiro das mercadorias existentes num dado sistema econômico expressa o seu valor por meio do valor de uso de uma única e mesma mercadoria, o equivalente universal. Se na forma desdobrada de valor confrontavam-se com a mercadoria na forma-relativa uma quantidade infindável de equivalentes particulares, agora o contrário é verdadeiro: certa mercadoria ocupa – sozinha e soberana – o posto de equivalente, de modo que todas as outras mercadorias, na medida em que intencionam expressar os seus valores, veem-se compelidas a fazê-lo através da referência à figura de tal equivalente – que recebe, em virtude disso, a alcunha de universal. Poder-se-ia questionar como se dá o processo que faz de um determinado objeto – que aparentemente em nada sobressai no que diz respeito aos demais – o equivalente universal. A resposta de Marx é muito clara, e, como argumentam vários intérpretes<sup>84</sup>, representa uma severa crítica às teorias convencionalistas ou nominalistas do dinheiro: a função de equivalente somente passa a ser exercida com exclusividade por uma certa mercadoria como resultado de uma longa trajetória histórica, onde as ações sociais dos indivíduos culminam, inadvertida e gradualmente, com o estabelecimento de um padrão único para a medida dos valores.<sup>85</sup>

A expressão de valor sofre, com o desenvolvimento da forma de valor universal, transformações qualitativas de vasto alcance, que finalmente a aproximam das propriedades que caracterizam a existência da forma-dinheiro. A forma universal é, com efeito, descrita por Marx como "a primeira que relaciona efetivamente as mercadorias entre si como valores, ou que as deixa aparecer umas às outras como valores de troca."<sup>86</sup> Como justificar essa colocação? Ora, a expressão de valor na forma universal representa o valor da mercadoria por meio da sua equiparação com o equivalente universal, sendo este último caracterizado como o meio do qual todas as outras mercadorias também

---

<sup>82</sup> Marx, 2013, p.139.

<sup>83</sup> Ibid, p.140.

<sup>84</sup> Por exemplo, Elson (1979), Arthur (1979) e Backhaus (1980).

<sup>85</sup> A gênese do equivalente universal – e, mais especificamente, do dinheiro –, como Marx estabelece em seções posteriores de *O Capital*, relaciona-se intrinsecamente com o desenvolvimento da circulação de mercadorias: “O cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si, e, desse modo, transformados em mercadorias. (Marx, 2013, p.161.)

<sup>86</sup> Marx, 2013, p.142.

utilizam-se para exprimir os seus valores. Deste modo, conquanto as mercadorias em sua forma material, assim como os trabalhos úteis associados à sua produção, sejam de natureza irreconciliavelmente distinta, a circunstância de que todas elas equiparam-se necessariamente à mesma mercadoria no processo de troca torna possível que as expressões dos seus valores sejam comensuráveis entre si. Nesse caso, os valores manifestam-se como coisas qualitativamente idênticas, pois assumem todos a forma do equivalente universal, podendo ter as suas grandezas instanciadas num padrão comum e universalmente reconhecido. Se, por exemplo, a mercadoria A expressa o seu valor em casacos e a mercadoria B o faz através do linho, então os valores de A e B permanecem separados por um abismo, dado que casaco e linho são objetos diferentes. Por outro lado, na hipótese de os valores de A e B estarem ambos representados no equivalente universal - no ouro, por exemplo -, os trabalhos contidos em A e B têm o seu caráter abstrato geral exprimido em quantidades definidas de um mesmo objeto, sendo, portanto, as suas grandezas passíveis de comparação direta. Jaz aí, aliás, o segredo da permutabilidade geral entre mercadorias no modo de produção capitalista: as mercadorias particulares, conquanto não sejam passíveis de troca *direta* umas pelas outras, visto que os seus possuidores trazem consigo desejos e necessidades de consumo díspares, adquirem, quando transformadas, através da venda, na mercadoria que “encontra-se (...) na forma da permutabilidade direta por todas as outras mercadorias”<sup>87</sup>, o equivalente universal, a capacidade *indireta* de serem sistematicamente permutáveis entre si.

O valor encontra assim uma "forma socialmente válida"<sup>88</sup> de expressão. Trata-se de um atributo constitutivo da categoria marxiana de valor, posto que, no sistema de Marx, o valor da mercadoria não pode existir senão numa forma em que seja imediatamente reconhecido como tal de maneira unânime pelos participantes do processo de troca. Marx argumenta que o equivalente universal, sendo o objeto em que todas as mercadorias representam os seus valores, vê-se transformado – por estar dessa maneira se equiparando às formas concretas de trabalho nelas objetivadas – na “encarnação visível, na crisalidação (*Verpuppung*) social e universal de todo o trabalho humano”, ou seja, na “figura de valor comum a esse mundo.”<sup>89</sup> Nesse sentido, a forma universal de valor põe a descoberto a correspondência entre a contradição interna da

---

<sup>87</sup> Ibid, p.144.

<sup>88</sup> Ibid.

<sup>89</sup> Ibid.

mercadoria – a sua dupla existência como valor e valor de uso – e a relação que a troca estabelece entre os dois polos da expressão de valor, as formas relativa e equivalente; assim como as mercadorias individuais, ao fazerem do equivalente universal um substrato para a expressão dos seus valores, barram-no da forma-relativa e o convertem em puro valor, essas mesmas mercadorias, defrontando-se com uma materialização concreta do valor, passam a apresentar-se como meros valores de uso. Depreende-se disso que a mercadoria na forma relativa passa a ser identificada com o valor de uso e o equivalente universal com o valor. Como sustenta Grespan, “cada uma das duas mercadorias relacionadas pela troca continua sendo unidade de valor de uso e valor. Mediante essa relação [de troca] entre elas, porém, justamente se distinguem os termos de sua ‘oposição interna’, como se em cada mercadoria se apresentasse apenas um deles (...)”.<sup>90</sup>

A função que o equivalente universal desempenha ao servir como forma de manifestação unitária e exaustiva do trabalho social abstrato coincide perfeitamente com as atribuições definidoras da *forma-dinheiro*. O que distingue esta última do equivalente universal é a circunstância de que “por meio do hábito social, a forma da permutabilidade direta e geral amalgamou-se definitivamente à forma natural específica”<sup>91</sup> da mercadoria convertida em dinheiro. Com isso, as mercadorias passam a expressar os seus valores mediante a equiparação com quantidades de dinheiro; essas quantidades monetárias, na medida em que refletem o valor das mercadorias, apresentam-se como o *preço* das mesmas. Cabe mencionar que, embora os exemplos oferecidos por Marx ao longo da exposição possam transmitir a ideia de que a forma-dinheiro estaria intrinsecamente vinculada aos metais preciosos – particularmente ao ouro -, essa associação revela mais sobre as condições históricas da sociedade em que o autor viveu, onde o ouro de fato aparentava exercer com exclusividade tal função, do que sobre a sua teoria. Certa mercadoria assume a forma de dinheiro pois obtém, em virtude de uma série de contingências históricas, um monopólio social sobre a representação de valor. Por outro lado, Marx parece comprometer-se com a tese de que o dinheiro precisa ser obrigatoriamente uma mercadoria; investigar esse problema, todavia, é uma tarefa que cai fora da alçada do trabalho atual.

---

<sup>90</sup> Grespan, 1994, p.50.

<sup>91</sup> Ibid, p.145.

## Capítulo 2 – A interpretação tradicional da teoria do valor de Marx

O presente capítulo tem como finalidade investigar as ideias e os pressupostos que caracterizam a interpretação tradicional da teoria do valor de Marx. Não há dúvida de que trata-se de uma tarefa ousada e laboriosa, pois os obstáculos são múltiplos. Antes de mais nada, deve-se mencionar a circunstância de que está longe de haver um consenso acerca do que constituiria o marxismo tradicional; não é claro quais autores pertenceriam a tal corrente ou mesmo se o emprego do termo é legítimo. Conquanto a ambiguidade na literatura esteja fundada numa real dificuldade em precisar as particularidades da leitura tradicional, considera-se fato indisputável a existência de uma série de princípios interpretativos que receberam assentimento quase hegemônico entre os intérpretes da teoria do valor marxiana no século XX. Pretender-se-á, pois, no que se segue, reconstruir em linhas gerais o quadro teórico da leitura tradicional, rastreando o curso do seu desenvolvimento e aclarando o significado e as implicações de suas ideias centrais. A exposição, precedida por uma breve contextualização biográfica das dificuldades relativas à publicação de *O Capital*, percorrerá as seguintes etapas: apresenta-se primeiramente o ponto do pensamento econômico de Marx do qual emanam as controvérsias interpretativas e filosóficas relativas à teoria do valor, qual seja, a passagem dos valores aos preços de produção mediante a formação de uma taxa geral de lucro; em segundo lugar, a tentativa de Engels de sanar as dificuldades suscitadas por meio da ressignificação do objeto de estudos da teoria – não o capitalismo, mas a produção simples de mercadorias – é examinada em detalhes, posto que marca a gênese da leitura tradicional; por fim, explora-se o modo como Maurice Dobb e Paul Sweezy deram prosseguimento ao caminho inaugurado por Engels e o elevaram à sua mais sofisticada formulação, acrescentando-lhe teses inéditas, entre as quais destaca-se a centralidade da problemática da exploração à teoria do valor.

O esforço de reconstituição da interpretação tradicional que será apresentado a seguir ampara-se nos escritos de Saad-Filho (1997), Elson (1979), Elbe (2018), Postone (2014), Fausto (1983), Heinrich (2014) e Backhaus (1980). Tendo em vista haver divergências consideráveis entre as suas leituras e diagnósticos, cabem algumas palavras introdutórias sobre o que retirou-se de cada comentador. Saad-Filho e Elson debruçam-se o histórico de interpretação da teoria do valor a partir de um enfoque mais diretamente econômico, apresentando, de forma muito esquemática, os eixos da leitura tradicional. Elbe não apenas fornece um panorama histórico da recepção da teoria do

valor de Marx como também localiza a origem da leitura tradicional em Engels; ademais, salienta a natureza pré-monetária e subjetivista da leitura tradicional do valor. Do mesmo modo, Heinrich crítica o pendor historicizante da interpretação engelsiana do método de Marx e a ideia de produção simples de mercadorias. Backhaus, por sua vez, desenvolve com maior profundidade o caráter necessário do dinheiro no quadro da teoria do valor marxiana, revelando o modo como a leitura tradicional apaga as diferenças entre a teoria do valor de Marx e a dos clássicos. O exame crítico de Postone do marxismo tradicional demonstra grande eficácia em esclarecer as discontinuidades entre Marx e Ricardo e em criticar certo reducionismo econômico da leitura tradicional; entretanto, considera-se que o autor, ao desconsiderar a dimensão econômica do projeto marxiano, estende em demasia o campo de aplicação de tal conceito; algo semelhante aplica-se a Elson.

### **1. O conturbado histórico de nascimento e publicação d'*O Capital***

Em vida, Marx foi capaz de dar um acabamento final, preparando-o para publicação, apenas ao Livro I de *O Capital*. Embora suas ideias sobre os principais problemas a serem tratados nos dois últimos livros estivessem em fase avançada de desenvolvimento, dispondo ele de manuscritos que, editados por Engels, viriam a público no final do século XIX, não lhe foi possível empreender a trabalhosa tarefa de finalizá-los. Pode-se apontar uma série de razões que contribuíram para tal desfecho, entre as quais destacam-se: a fragilização da saúde do pensador, induzida pelo ritmo de trabalho incessante a que aderira desde a sua juventude; a necessidade de intervir ativamente nos debates políticos da época e de auxiliar na constituição das organizações trabalhistas europeias; as dificuldades de ordem econômica, que muitas vezes lhe obrigavam a negligenciar o trabalho teórico em favor de peças jornalísticas e outras atividades de importância apenas secundária à sua pesquisa; por fim, o próprio fato de que o autor, sempre à procura de conferir ao seu objeto de estudos – o capitalismo – o tratamento mais amplo e exaustivo possível, permitiu-se embarcar na investigação de temas que, conquanto fossem de relevância inegável ao projeto perseguido em *O Capital*, atrasaram a divulgação de resultados já obtidos e que serviriam de complemento às ideias do livro I.

Assim, os livros II e III de *O Capital*, reconstituídos por Engels a partir de versões iniciais e lacunares, foram publicados, respectivamente, em 1885 e 1894. O

ponto sobre o estado inacabado do material com base no qual se compôs a versão final é especialmente relevante no que toca ao terceiro volume, como relata Engels:

“Em regra, o início de cada seção estava elaborado de forma bastante cuidadosa e, na maior parte do tempo, estilisticamente acabada. Mas, ao avançar, maiores eram o caráter de esboço da elaboração e as lacunas que esta apresentava, bem como o número de digressões sobre pontos secundários que surgiam no curso da investigação e cujo lugar definitivo ficava dependente de um ordenamento ulterior; tanto mais longos e intrincados se tornavam os períodos em que se expressavam as ideias anotadas *in statu nascendi* [em estado nascente]”<sup>92</sup>

Não é de se espantar, pois, que o contexto conturbado de publicação do Livro III tenha prejudicado a apreensão, por parte dos leitores, das sofisticadas ideias que Marx ali propunha. Para além das incertezas relativas ao modo de se estruturar o material não sistematizado na ausência de feedback do autor, há de se salientar que Marx teria presumivelmente revisado e, em alguns casos, reformulado por completo, a exposição de vários dos seus argumentos e demonstrações caso houvesse sido possível fazê-lo; basta lembrar as mudanças, tanto em relação à forma de se abordar o conteúdo quanto no que toca à profundidade e clareza dos argumentos que se pode vislumbrar entre os *Grundrisse* (1858), formulação embrionária do projeto de crítica da economia política, e a versão definitiva do Livro I de *O Capital* (1867).

## **2. Fonte da controvérsia: a transformação dos valores em preços de produção**

O aparente choque entre teoria do valor e teoria dos preços de produção representa seguramente o que há de mais controverso em *O Capital*.; trata-se, afinal, do que motivou Engels a avançar a interpretação que mais tarde consolidou-se como tradicional. Antes de se adentrar os detalhes da última, há, portanto, necessidade incontornável de se expor em linhas gerais a forma como Marx efetua a transição das temáticas dos livros I e II ao livro III. Os primeiros, que destinam-se a investigar, respectivamente, os processos capitalistas de produção e circulação, pressupõe haver relação direta entre a proporção em que as mercadorias são trocadas no mercado – o seu preço - e a quantidade de trabalho que foi despendida em sua produção. Entretanto, como no último se incorpora ao quadro da análise as relações de distribuição do valor, a coisa muda de figura. A partir de então, para além do valor adiantado em capital

---

<sup>92</sup> ENGELS, Friedrich. Prefácio, p.32. Em: *O Capital: Livro III* - São Paulo: Boitempo, 2017

constante e capital variável e do mais-valor produzido, o preço da mercadoria passa a ser função também da taxa geral de lucro que vigora na esfera econômica em questão.

Suponha-se que, para produzir uma dada mercadoria M, o capitalista desembolse R\$80 em matéria-prima, meios de produção, espaço de trabalho e demais elementos do capital constante, bem como R\$20 em capital variável, isto é, remuneração pela uso da força de trabalho por uma quantidade de horas pré-determinada. Tome-se como hipótese que, nesse caso, a taxa de mais-valor esteja definida em 50%, circunstância essa que indica que, embora o valor da força de trabalho seja apenas de R\$20, ela gera, à medida que é consumida no processo de produção pelo capitalista, um valor excedente (mais-valor, na terminologia marxiana) de R\$20. Assim, o capital adiantado de R\$100, ao final do processo de produção, transmutou-se, mediante a apropriação do mais-valor realizado pelos assalariados sob seu jugo, em mercadorias que valem R\$120. Poder-se-ia expressar o valor da mercadoria resultante de tal processo por meio da fórmula  $M = c + v + m$ , ou seja, o valor da mercadoria equivale à soma do capital constante, do capital variável e dos mais-valor. Fosse o valor da mercadoria M realizado na esfera da circulação, através de sua venda, o capitalista receberia um lucro de R\$20, equivalente à magnitude do mais-valor que foi agregado à mercadoria durante sua produção. Assim, parece natural afirmar que, no âmbito da teoria do valor, o lucro é sempre idêntico à quantidade de mais-valor apropriada pelo capitalista no processo de produção. Logo, tendo conhecimento da taxa de mais-valor, seria possível deduzir a magnitude do lucro de um dado capital com base na grandeza do seu elemento variável.

Pois bem, através desse exemplo demonstrou-se o esquema empregado por Marx nos primeiros livros de para a investigação dos fenômenos econômicos: os valores-de-troca das mercadorias – expressos em dinheiro – são, via de regra, determinados em sua plenitude pelas quantidades de trabalho nelas cristalizadas – pelos valores. Desvios entre quantidade de trabalho e preço mostram-se possíveis somente no caso de haver um descompasso momentâneo entre oferta e demanda, situação contingente, que não pode perdurar no longo prazo.

No livro III verifica-se uma mudança no quadro teórico que pauta a investigação. Uma forma preliminar de caracterizá-la seria dizendo que a correspondência entre valores e preços, antes suposta como sendo total e livre da influência de fatores adicionais, é submetida a uma relativização por Marx. Tal

circunstância encontra explicação nas considerações com as quais o próprio autor dá início à obra. Já na primeira página, se é confrontado com a afirmação de que a finalidade do livro é “descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo.”<sup>93</sup>. Assim, prossegue ele, “as configurações do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se passo a passo da forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção.”<sup>94</sup> Como se pôde entrever, ao contrário dos dois primeiros livros, em que a investigação marxiana buscava esmiuçar as especificidades dos processos capitalistas de produção e circulação apartadas de seu necessário vínculo com o todo, agora tem-se como objeto de estudos o capitalismo tal como se apresenta em suas manifestações mais concretas e diretamente perceptíveis. Aspectos pertencentes à essência do modo de produção capitalista e que haviam sido anteriormente ignorados, com vista a permitir um tratamento mais sintético e intuitivo das suas etapas constituintes – produção direta e circulação -, serão doravante examinados de perto. Dentre tais características, cujo grande número faz com que seja indesejável expô-las todas aqui, algumas afiguram-se como de especial relevância à temática do valor. Destaca-se a concorrência, tanto entre capitais individuais como no que toca à disputa entre as diferentes esferas produtivas, fenômeno que, ao implicar na formação de uma taxa geral de lucro que abarca o sistema capitalista em seu conjunto, parece fazer ruir os pressupostos sobre os quais se assenta a teoria do valor.

Chega-se assim ao ponto em que Marx dá início ao trabalho teórico construtivo levado à cabo no volume III. Trata-se de compatibilizar a teoria do valor-trabalho, segundo a qual as mercadorias são trocadas em conformidade com os seus valores, com a lei da igualdade dos lucros, pressuposto central ao funcionamento da economia capitalista, aceito de forma unânime e sem o qual toda a dinâmica do processo de reprodução da sociedade burguesa entraria em colapso. É preciso desenvolver tal contradição em seus contornos gerais, de forma a explicitar o porquê de os dois elementos citados serem, à primeira vista, irreconciliáveis.

Um bom ponto de partida pode ser encontrado no axioma que goza da mais ampla aceitação por entre aqueles que se debruçaram sobre o exame das características

---

<sup>93</sup> MARX, Karl. O Capital: Livro III, p.53. São Paulo: Boitempo, 2017

<sup>94</sup> Ibid, p.53

definidoras do capitalismo, qual seja, a lei da igualdade dos lucros.<sup>95</sup> Ela assevera que, a capitais adiantados de uma mesma magnitude, quais sejam as esferas econômicas em que eles se mostrem atuantes, devam sempre corresponder parcelas de lucro quantitativamente idênticas, isto é, da mesma grandeza. Cabe mencionar que ignoram-se aqui as distorções geradas por ramos produtivos nos quais predominam monopólios, posto que o impedimento ao livre fluxo de capitais e à entrada de novos capitalistas em cena interfere no funcionamento da lei. A regra, portanto, como ver-se-á no decorrer da análise, depende de uma série de condições para se ver cumprida. De qualquer modo, como se mencionou, há, em geral, dependência do montante de lucro apossado por um capital quando da venda dos seus produtos para com o valor adiantado por ele na produção, e somente para com tal fator. Caso a coisa ocorresse doutra forma, havendo disparidade duradoura por entre capitais investidos em zonas distintas da produção, ter-se-ia de supor que capitalistas, integrantes da classe cujo atributo específico de conduta é precisamente o foco monomaniaco em se obter a maior e mais rápida valorização do seu capital a despeito de todas as demais circunstâncias, optariam pela aplicação consciente e sistemática de seus capitais em áreas produtivas onde as condições para a valorização dos mesmos – expressas na taxa de lucro em vigor – se mostram menos favoráveis. Ora, o cenário descrito, que depende dos detentores de capital em conjunto violarem as imposições de racionalidade do sistema, não apenas é totalmente implausível, como também contradiz aquilo que se pode aduzir do material empírico.

O choque entre a lei da igualdade dos lucros e a teoria do valor-trabalho emerge ao se considerar como capitais de composição orgânica distinta, isto é, que divergem na proporção entre trabalho morto – capital constante – e trabalho vivo – capital variável – de que são constituídos, poderiam apropriar-se de quantidades equivalentes de lucro na esfera da circulação. A dificuldade diz respeito ao fato de que, conforme a teoria do valor-trabalho, apenas a força de trabalho humana em atividade exibiria a capacidade de gerar novos valores, recaindo ao trabalho já objetificado nalguma mercadoria, em oposição, somente o papel de transferir o seu próprio valor, à medida que o objeto se vê transformado no processo de trabalho, ao produto final de tal processo. Sendo assim, capitais num ramo onde o transcurso da atividade produtiva exige altas proporções de maquinária técnica especializada, havendo, portanto, em relação ao capital constante

---

<sup>95</sup> Ibid, p. 188: “(...) não resta dúvida de que, na realidade, se prescindirmos de diferenças irrelevantes, acidentais, e que se compensam reciprocamente, a diferença entre as taxas médias de lucro não existe nem poderia existir sem que isso implicasse na abolição de todo o sistema de produção capitalista.”

adiantado, um montante diminuto de força de trabalho empregada, gerariam quantidades igualmente diminutas de mais-valor. Conclusão muito natural, em vista da circunstância de que, estando a taxa de mais-valor (de exploração do trabalho) dada, o mais-valor produzido por um capital guarda direta relação com o tamanho do seu elemento variável. Por outro lado, esferas produtivas onde se verifica um predomínio dos gastos com força de trabalho em relação aos adiantamentos necessários de capital constante, produziram, em comparação com aquelas onde a composição orgânica do capital é mais elevada, somas mais abundantes de mais-valor. É claro, caso se opere com a suposição de taxas idênticas ou parecidas de mais-valor, suposição que se mostra adequada não apenas tendo em vista os fins pragmáticos de explanação, mas também devido ao efeito homogeneizante que a produção capitalista desencadeia em tudo que toca. A partir do que se apresentou, pode-se afirmar com segurança que capitais de composição orgânica distinta, ainda que da mesma magnitude, produzem necessariamente quantidades distintas de mais-valor; e que, por consequência, fosse o lucro igual ao mais-valor, constatar-se-ia disparidade nas taxas de lucro por entre as esferas da economia capitalista. Como afirma Marx, “o mais-valor (...), na maioria dos casos não coincide com o lucro”<sup>96</sup>, sendo o mesmo apropriado “graças à taxa média geral de lucro”, e não em conformidade com o mais-valor que o capital gera em seu movimento. Delineia-se assim, nos primeiros capítulos de O Capital III, os contornos do problema: lei da igualdade dos lucros e teoria do valor-trabalho parecem ser mutuamente excludentes, e, apresentando-se a primeira como indispensável a qualquer tentativa de tornar inteligível o objeto de estudos, a segunda encontrar-se-ia em maus bocados. Como Marx resolve tal impasse?

Naturalmente, a resolução do conflito passa pelo reconhecimento de que, em conformidade com a mudança no grau de abstração sob qual o o capitalismo é abordado, a teoria do valor-trabalho deve ser submetida a certos ajustes, de modo a torná-la capaz de de apreender as distorções geradas pela forma tortuosa em que se dá o processo de distribuição do mais-valor entre, por um lado, as diferentes esferas produtivas, assim como, para além disso, por entre os capitais comercial e financeiro. Há, também, de se incluir nesse esquema a parcela de mais-valor que é apropriada pelo proprietário fundiário sob a forma de renda da terra. Assim, conquanto o valor seja criado apenas no âmbito do processo de produção, no qual o capitalista industrial se

---

<sup>96</sup> Ibid, p.75

apropriada do mais-valor criado pelo consumo produtivo da força de trabalho – direito assegurado pelo código jurídico burguês –, a acumulação bem-sucedida por parte das demais subclasses de capitalistas depende da produção gerar mais-valor suficiente para sustentar tais formas parasitárias de existência do capital. Todavia, as complexidades acima descritas fogem do escopo deste trabalho.

Marx argumenta que a concorrência entre capitais, alimentada pelo irrefreável impulso de valorização que lhes é característico, tem como resultado não apenas tornar as taxas de lucro no interior de cada esfera produtiva homogêneo, mas também de gerar uma equalização disseminada por entre a totalidade das taxas de lucro particulares. Chega-se assim a uma explicação sobre os mecanismos responsáveis por fazer da lei da igualdade dos lucros aspecto indissociável da economia capitalista desenvolvida. Esferas em que a taxa de lucro é superior à taxa média tornam-se receptoras de capital oriundo daquelas onde as condições de valorização são menos amistosas; conforme a esfera mais rentável for sendo saturada pelo capital recém chegado, sua taxa de lucro tenderá necessariamente a decrescer, em virtude do excesso de oferta e da competitividade intensificada no seu interior. Em simultâneo, o fenômeno contrário ocorre com as esferas menos lucrativas; tendo havido transferência de parte do seu capital para paragens mais rentáveis - fato que resultou na queda da taxa de lucro dessas últimas -, tem-se elevação na taxa de lucro das esferas menos lucrativas, aproximando-as da média. Uma vez estabelecida a taxa de lucro geral, deve-se considerar que a parcela de mais-valor apropriada por um capital de determinada grandeza se define com base no seu patamar. Eis a gênese do lucro. Em correspondência à conversão do mais-valor em lucro, os valores passam a aparecer como preços de produção, termo esse que designa a junção do preço de custo – capital adiantado para a produção das mercadorias – à parcela de lucro correspondente à magnitude do capital. Marx coloca a questão da seguinte forma:

Os preços que se formam extraindo a média das diferentes taxas de lucro das diversas esferas da produção e agregando-a aos preços de custo das diversas esferas da produção são os preços de produção. Seu pressuposto é a existência de uma taxa geral de lucro, e esta, por sua vez, implica que as taxas de lucro, tomadas isoladamente em cada esfera da produção, já se encontrem reduzidas a um número igual de taxas médias.<sup>97</sup>

Expôs-se, nos parágrafos precedentes, o roteiro empreendido por Marx nas duas primeiras seções do terceiro livro de *O Capital*. Perseguindo o objetivo de adequar o seu

---

<sup>97</sup> Ibid, p.192

quadro teórico do valor-trabalho à concretude do capitalismo real, desenvolveu-se uma teoria dos preços de produção que, se não implica na rejeição da teoria do valor marxiana, ao menos circunscreve os seus limites de aplicabilidade à economia capitalista considerada a um elevado nível de abstração. Onde os clássicos fracassaram em tornar a teoria do valor-trabalho compatível com a lei dos retornos iguais, ou quiçá sequer tentaram, Marx assumiu a tarefa e a concluiu com autoproclamado êxito.<sup>98</sup>

### **3. Engels: método “lógico-histórico” de Marx e produção simples de mercadorias**

Como é bem sabido, a operação argumentativa de Marx que foi relatada em seus pormenores na seção anterior é o eixo central das controvérsias sobre a correta interpretação da teoria do valor marxiana. Embora em momento algum o filósofo germânico tenha manifestado a opinião de que a teoria do valor-trabalho teria sido suplantada pela teoria dos preços de produção, considerando-a antes a base racional – e a única possível! – de toda a Economia Política, outros assumiram posição diversa sobre o tema.

Foi respondendo a críticas surgidas logo após a publicação do Livro III, e, em certo sentido, tentando aclarar aquilo que havia permanecido ambíguo devido à já mencionada incompletude dos manuscritos originais, que Engels lançou as bases da interpretação da teoria do valor de Marx que é reivindicada pelo marxismo tradicional. Não seria um exagero afirmar que as teses daí retiradas formaram consenso que, com exceção de certos autores obscuros e que não formaram escola, predominou pela maior parte do século XX, chegando até os dias de hoje. Tal hegemonia se explica não apenas pela circunstância de que certas passagens do texto parecem apontar diretamente a ela, mas também por a mesma ter recebido âmparo institucional dos movimentos e partidos operários, os quais, desde sua inepção, sempre tomaram como importantíssimo ponto de referência as obras de Engels, equiparando-o, nesse quesito, à figura de Marx.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Fausto (1983, p.117 - 120) apresenta uma reflexão interessante sobre como os economistas clássicos haviam pensado a relação entre a lei da igualdade dos lucros e a teoria do valor-trabalho; o autor atribui a Marx o mérito de ter sido o único a desenvolver a questão até as suas implicações últimas, optando por incorporar a contradição ao seu discurso uma vez que a estrutura última da realidade capitalista também seria contraditória.

<sup>99</sup> Sobre as conexões entre a interpretação tradicional, Engels e os movimentos comunistas do século XX, ver Elbe (2018).

Em seu ensaio *Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital* (2017), Engels se põe a tarefa de lançar luz sobre mal-entendidos relativos à teoria do valor marxiana, convicto de que lhe seria possível preencher as lacunas deixadas por Marx em sua exposição. Em especial, a parte que versava sobre os vínculos entre teoria do valor-trabalho e teoria dos preços de produção pareceu suscitar variados questionamentos por parte dos intérpretes. Por exemplo, se as mercadorias, exceto sob hipóteses maximamente restritivas, não podem vir a ser trocadas por seus valores no capitalismo real, então qual seria o sentido de se postular uma teoria do valor? Não se estaria antes provando a sua invalidade? Esse é a posição de Achilles Loria – representante da assim chamada economia vulgar –, rebatida por Engels logo no começo do ensaio. Outros críticos, entretanto, apresentaram questionamentos que o autor considerou mais pertinentes. Sombart, por exemplo, a despeito da caracterização excessivamente tecnicista que faz da teoria do valor, teria “conseguido ver nos escritos de Marx o que neles foi realmente dito (...)”<sup>100</sup>, não sendo, todavia, capaz de captar a dimensão histórica da coisa. Conrad Schmidt, por sua vez, a considerou como “uma simples ficção, ainda que teoricamente necessária.”<sup>101</sup>. Assim se desenha o contexto em que Engels apresenta a sua infame interpretação lógico-histórica do método marxiano, da qual também brotou o conceito de produção simples de mercadorias, clichê perene do marxismo tradicional. Embora tal caminho interpretativo provoque, como será mais tarde apresentado, um empobrecimento da vasta complexidade do pensamento marxiano, sua prevalência hegemônica entre os teóricos do marxismo tradicional justifica a decisão de submetê-lo a um exame mais detido.<sup>102</sup>

Poder-se-ia julgar que a leitura de Engels é motivada pelo desejo de pôr ênfase na correspondência entre a teoria do valor marxiana e a realidade econômica que ela intenta descrever. Na opinião do autor, o conceitual marxiano de valor-trabalho não se limitaria a ser um mero pressuposto metodológico de natureza instrumental, que, conquanto se apresente como ferramenta valiosa no trabalho de pesquisa do

---

<sup>100</sup> ENGELS, Friedrich. Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital, p.955. Em: O Capital: Livro III -São Paulo: Boitempo, 2017

<sup>101</sup> Ibid, p.956.

<sup>102</sup> “Conforme Backhaus, as obras-chave para se compreender a recepção da teoria do valor de Marx e a historicização do seu método de apresentação seriam a resenha de Engels da Contribuição para a Crítica da Economia Política e o seu ‘Suplemento’ ao terceiro volume de O Capital. A ideia da teoria do valor como uma teoria pre-monetária e pré-capitalista da troca, assim como a ideia do método de apresentação como um espelhamento lógico de um processo histórico, teriam as suas raízes nesses dois escritos.” (Riccardo Bellofore e Tommaso Riva, 2018, p.391)

investigador, não encontra referência em processos ou fenômenos sociais efetivos. Para definir com clareza a especificidade da posição do autor, uma remissão à epistemologia de Weber não seria de todo indesejável. Arrisca-se dizer que, para Engels, as categorias marxianas apresentam um estatuto exatamente oposto ao dos tipos ideais weberianos, concebidos pelo sociólogo como objetos que o teórico constrói em seu esforço de pesquisa e reflexão, e que, em linha com a sua hostilidade ao positivismo, não seriam integralmente redutíveis ao material empírico do qual surgem.<sup>103</sup> Engels, em marcado contraste, considera que a teoria do valor de Marx aponta diretamente para a natureza ontológica do universo social e histórico, sendo possível encontrar, para cada um dos seus elementos teóricos constituintes, um aspecto que a ele corresponda na experiência. Com isso em mente, ele afirma que “aí não se trata apenas de um processo puramente lógico, mas também de um processo histórico e seu reflexo explicativo no pensamento, da persecução lógica de seus nexos internos.”<sup>104</sup>

À luz desta citação, pode-se inferir que Engels, aparentemente afetado pelas críticas de que a teoria do valor de Marx não seria capaz de explicar os motivos pelos quais as mercadorias não podem ser trocadas pelos seus valores no capitalismo, embarca num projeto que visa recuperar a sua pretensa legitimidade empírica. O autor coloca-o em prática recorrendo ao artifício de atribuir à teoria um escopo histórico de aplicação restrito. Segundo ele, a solução para os problemas descritos passaria por considerar que “a lei do valor marxiana tem validade geral; desde que as leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias, portanto, até o tempo em que esta experimenta uma modificação por meio da introdução da forma de produção capitalista.”<sup>105</sup>

O que, entretanto, deve-se compreender por produção simples de mercadorias? Trata-se, pois, de uma concepção em que encontram-se entrelaçadas determinações lógico-conceituais e uma exposição histórica de vasta amplitude, sendo a finalidade desse segundo aspecto, como foi há pouco mencionado, o descortino de correlatos históricos concretos para os elementos constituintes da teoria do valor de Marx. Embora

---

<sup>103</sup> “Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, apenas resta a forma do tipo ideal (...) Trata-se de um quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade autêntica (...) Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada” (WEBER, Max, 2003, p. 109.)

<sup>104</sup> Engels (2017), p. 956.

<sup>105</sup> Ibid, p.960.

Engels, cabe reforçar, não diferencie os planos lógico e histórico da ideia, é importante fazê-lo, posto que autores subsequentes, reconhecendo na pretensão de se estabelecer um “espaço histórico” próprio para a teoria do valor marxiana uma recaída nas inclinações do empirismo mais vulgar, conservaram aquilo que se poderia chamar de o núcleo racional por trás da ideia de produção simples de mercadorias: ao invés de uma mirabolante descrição historiográfica dos fundamentos da produção de mercadorias anterior ao capitalismo, como propunha Engels, tratar-se-ia de se estabelecer as condições gerais que determinam a produção de mercadorias como tal, abstraindo das distorções que as particularidades de cada sistema produtivo – e tem-se aí em vista o capitalismo – geram sobre a mesma.<sup>106</sup> Em comum com a leitura engelsiana, teria-se que o objeto de estudos da teoria do valor de Marx não é o capitalismo; que poder-se-ia apreender o sentido pleno das categorias desenvolvidas por Marx nos três primeiros capítulos de *O Capital*, tais como troca, mercadoria, valor e forma-valor, trabalho abstrato, entre outras, ao mesmo tempo que ignora-se o seu condicionamento por parte da realidade capitalista e a sua dedução dialética. Em síntese: ainda que a concepção exclusivamente lógica ou teórica da ideia de produção simples de mercadorias seja um tanto mais sofisticada que a ideia tal como foi apresentada por Engels, a sua adoção implica numa leitura que em igual medida turva a compreensão da teoria do valor marxiana. Considera-se, todavia, que, como o atual capítulo destina-se a uma exposição dos pressupostos teóricos fundamentais do marxismo tradicional, o momento de aprofundar o seu exame crítico há de vir posteriormente.

Como atributo específico da produção simples de mercadorias, ou seja, aquilo que permite-se dizer que em tal formação social os valores-de-troca seriam determinados pelos valores, aponta-se a circunstância de que os produtores gozariam de posse direta por sobre os meios de produção. Com isso, encontrar-se-iam ausentes as relações sociais capitalistas, uma vez que essas últimas definem-se pelo emprego de trabalho assalariado e pela apropriação sem contrapartida de parte do seu produto. Ora, o trabalho assalariado – ao menos em sua forma capitalista – só se faz surgir no caso de haver separação entre o trabalhador e as condições materiais necessárias para que ele venha a exercer a sua atividade de trabalho, justamente o tipo de coisa que a produção simples de mercadorias restringe. À luz do conjunto de particularidades que se

---

<sup>106</sup> Entre os autores que enfatizam a dimensão teórica da ideia de produção simples de mercadorias, poder-se-ia citar Sweezy, Dobb, Meek e demais integrantes da interpretação tradicional; autores de correntes distintas, como Susanne de Brunhoff, também convergem em tal ponto.

apresentou, pode-se concluir com confiança que a produção simples de mercadorias, em termos conceituais, determina-se pela ausência de relações sociais capitalistas. De onde se retira que, conquanto os sujeitos desempenhem o papel de produtores de mercadorias, direcionando certa parcela do produto do seu trabalho à troca, a necessidade engendrada pelo capital de haver lucros idênticos para capitais da mesma grandeza – fato esse responsável pela conversão dos valores em preços de produção – não se mostraria presente. Tanto valores e preços como mais-valor e lucro haveriam de encontrar-se em harmoniosa coincidência sob as condições desenhadas.

Uma vez delineados os contornos do conceito de produção simples de mercadorias, torna-se simples apresentar a tentativa efetuada por Engels de estabelecer correspondência entre o quadro teórico do valor em Marx e objetos e processos históricos. Ou seja, se antes expôs-se o lado lógico do tema, segue agora o seu paralelo histórico. A questão toma a seguinte forma: em quais momentos históricos poder-se-ia constatar a vigência das condições antes esboçadas? A resposta de Engels, como se poderia inferir da exposição conceitual, vai no sentido de identificar a troca e produção de mercadorias ocorridas antes do surgimento do capitalismo com a concepção de produção simples de mercadorias, espaço histórico no qual os dispêndios de trabalho haveriam de regular quantitativamente o desfecho da troca. Esse seria o caso pois, antes de o capitalismo transformar a circulação de mercadorias no fundamento absoluto do metabolismo social, a produção organizava-se em torno de unidades familiares camponesas, que dispunham de posse sobre os escassos meios de trabalho empregados na sua labuta. Como afirma Engels, “a família, ou o grupo familiar, é, no essencial, autossuficiente...”. Ademais, os mesmos “produzem em suas próprias terras quase tudo de que tem necessidade, obtendo de fora apenas uma pequena parte dos objetos de que precisam em troca de seus próprios produtos excedentes.”<sup>107</sup> Em síntese, a troca antes do capitalismo seria um fenômeno esporádico e que existia à margem do modo de produção vigente, atuando como complemento pontual nalguns casos específicos. Numa das passagens que explicita de forma mais nítida o teor historicizante da interpretação de Engels, lê-se que:

“Portanto, a lei marxiana do valor tem validade econômica geral para um período que se estende desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. Mas a troca de mercadorias tem origem numa época anterior a toda a história escrita; numa

---

<sup>107</sup> Ibid, p.958.

época que, no Egito, remonta a pelo menos 3500, talvez 5.000, e na Babilônia, a 4.000, talvez 6.000 anos antes de nossa era; a lei do valor vigorou, pois, por um período de cinco a sete milênios”<sup>108</sup>

Servindo-se da mesma linha explicativa, Engels considera a transformação dos valores em preços de produção a partir da perspectiva de um processo histórico realmente ocorrido, como um procedimento argumentativo cuja finalidade não seria outra que a de oferecer uma compreensão da “transformação da produção simples de mercadorias em produção capitalista de mercadorias”<sup>109</sup> (p.961) Digno de nota é o fato de autor ter considerado que “isso apresenta enormes dificuldades teóricas, mas na prática... realiza-se com extrema rapidez e facilidade.”<sup>110</sup> Torna-se evidente, uma vez mais, que a interpretação historicista de Engels não é senão um esforço desesperado de conferir à teoria do valor fundamento empírico direto, claro que motivada, é bem verdade, por uma apreensão insuficiente das nuances abstratas de maior sofisticação presentes na obra de Marx.

Por fim, há necessidade de se esclarecer um ponto que apresenta-se como particularmente problemático na leitura de Engels, e que diz respeito ao modo como se compreende a estrutura interna da teoria marxiana do valor, isto é, aquilo que toca à determinação do sentido dos conceitos e às interrelações que entre eles subsistem. Para acessar tal nível de considerações, as quais via de regras não são externadas pelo autor, é imprescindível dirigir o olhar para as justificativas que ele propõe sobre o porquê de os valores-trabalho atuarem como elementos que regulam a troca. De início, há de se lembrar que os produtores simples de Engels – camponeses e artesãos, em essência – são autossuficientes e dispõem de domínio sobre os meios de trabalho; todo valor que através do trabalho agregam ao seu produto retorna-lhes quando da sua venda. Nesse contexto, defende o autor, “o pouco que tal família precisava ... obter por meio da troca ou da compra resumia-se principalmente a objetos de produção artesanal...”<sup>111</sup>. Para além do evidente fato de que a troca de mercadorias exibia significância periférica em formações sociais passadas, pode-se ver aí que Engels decide por realçar a natureza quantitativa e qualitativamente limitada do universo de produtos trocados em tal estágio. Sendo assim, ele afirma que tais mercadorias eram “ coisas cuja fabricação não era de modo nenhum estranha ao camponês e que ele só não produzia porque ou não

---

<sup>108</sup> Ibid, p.961.

<sup>109</sup> Ibid, p.961.

<sup>110</sup> Ibid, p.968.

<sup>111</sup> Ibid, p.958.

dispunha de matéria-prima ou o artigo comprado era de melhor qualidade ou muito mais barato.”<sup>112</sup>. Isso significa que, caso as circunstâncias favorecessem uma tal escolha – por exemplo, se os artesãos elevassem o preço do seu produto para além do trabalho que lhe seria exigido para produzi-lo – o produtor poderia prescindir da troca e fabricar o que antes afigurava-se como mercadoria de outrem. Poder-se-ia falar, pois, na existência de competição entre os produtores, cuja dinâmica havia de se orientar pelas forças da oferta e da demanda.<sup>113</sup>

A etapa decisiva, contudo, vem a seguir. Aos produtores simples não apenas apresenta-se a perspectiva efetiva de produzir com as próprias mãos as mercadorias que a troca lhes supria; ademais, eles “eram capazes de calcular, umas em relação às outras, com bastante exatidão, os custos de produção em matérias primas, materiais auxiliares e tempo de trabalho, pelo menos no que diz respeito aos artigos de uso cotidiano em geral.”<sup>114</sup>. Ora, o argumento de Engels sobre os mecanismos responsáveis pela operação da lei do valor toma a seguinte forma: havendo um número restrito de mercadorias em circulação e dispondo os produtores, em tal contexto, de conhecimento acurado das quantidades de trabalho necessárias à produção das mesmas, segue-se que os produtores aproximam-se da troca com a intenção de só permitir a alienação do seu produto no caso de que lhes fosse fornecido ao menos um equivalente como restituição, afinal, “quem acreditaria que o camponês e o artesão fossem estúpidos ao ponto de trocar o produto de dez horas do trabalho de um pelo produto de uma hora de trabalho de outro?”<sup>115</sup>.

Não resta dúvida de que Engels concebe a lei do valor como sendo algo que emerge a partir de determinações efetuadas de modo consciente e deliberado pelos próprios participantes da troca. Na medida em que ambos comparam as quantidades de trabalho gastas na produção de mercadorias, verificar-se-ia a abstração das qualidades particulares que caracterizam os trabalhos em jogo como trabalhos concretos, posto que se está buscando reduzi-los a grandezas comparáveis. A abstração nesse caso seria, como fica claro, um procedimento que se dá à nível subjetivo, ou seja, uma vivência psicológica concreta dos sujeitos, e, portanto, evento passível de comprovação empírica.

---

<sup>112</sup> Ibid, p.958.

<sup>113</sup> Como será desenvolvido a seguir, mediante o exame das ideias de Sweezy, a forma como Engels busca explicar o funcionamento da lei do valor é tributária do argumento dos caçadores de Adam Smith.

<sup>114</sup> Ibid, p.969.

<sup>115</sup> Ibid, p.959.

O valor, por sua vez, afigurar-se-ia como conceito que resulta de cálculos que os agentes realizam no momento da troca, equiparando formas particulares e qualitativamente distintas de trabalho e descortinando o seu caráter subjacente de trabalho abstrato, aqui entendido como trabalho em sua simples generalidade. Em síntese, o valor acaba sendo enquadrado em termos subjetivistas e psicologizantes, circunstância essa que resulta na eliminação de sua natureza como substância e *coisa* social, determinação de importância sem paralelos ao projeto de crítica da Economia Política.<sup>116</sup> Uma última consequência que poderia-se notar, ainda mais tendo em vista sua relação com ideias que serão apresentadas no próximo capítulo, é que tal leitura acaba por dissociar a constituição do valor enquanto categoria de seus vínculos necessários com conceitos relacionados, como equivalente universal, e, centralmente, dinheiro. Como há de ser visto, engendra-se assim um desvio interpretativo que conduz a, entre outros problemas, que se assimile a teoria do valor de Marx à de Ricardo.

#### **4. Apogeu do marxismo tradicional: Sweezy e Dobb**

A corrente tradicional de interpretação da teoria do valor de Marx, da qual Engels poderia ser dito pai fundador, prosperou na maior parte dos círculos acadêmicos e políticos ao longo do século XX. Embora possa-se apontar diferenças significativas entre as leituras de cada um dos seus representantes, considera-se que, no que toca aos pontos de importância central, há semelhanças suficientes para legitimar um tratamento generalizado de suas ideias e pressupostos. Escolhe-se, pois, com a finalidade de se ofertar uma ilustração de como os sucessores de Engels desenvolveram e enriqueceram o caminho interpretativo por ele inaugurado, examinar a teoria do valor marxiana tal como a mesma encontra-se caracterizada nas obras de Maurice Dobb e Paul Sweezy. A continuidade entre o trabalho dos dois marxistas anglófonos – trabalho esse que exerce até os dias de hoje considerável influência sobre o debate político-econômico de língua inglesa – e as concepções avançadas por Engels se faz sentir do começo ao fim, o que não significa, todavia, que o esforço interpretativo de Dobb e Sweezy seja carente de méritos ou não resulte de um olhar crítico. Ainda que em muitos quesitos a sua leitura passe por cima de sutilezas conceituas imprescindíveis, como há de ser visto no que se segue, destacam-se nela tentativas – em muitos casos brilhantes – de engajar com as

---

<sup>116</sup> Fausto (1983, p. 100 – 102) põe em relevo o significado forte de se conceber o valor como coisa ou substância social, demonstrando como isso representa uma mudança metodológica em relação ao pensamento dos economistas clássicos.

críticas dirigidas à Marx por expoentes do pensamento econômico ortodoxo e de, a partir disso, demarcar as diferenças que fazem da teoria marxiana uma construção teórica incomensurável com o primeiro, demonstrando capacidade de responder a indagações que transcendem o estreito escopo dos fenômenos de mercado. De resto, como Saad-Filho bem assinala, o marxismo tradicional não está totalmente equivocado em enfatizar o aspecto da exploração, porquanto “isso coincide com as próprias preocupações de Marx, e ressalta algumas de suas contribuições mais distintivas: é também útil à crítica das estruturas de circulação e de distribuição.”<sup>117</sup>

Convém começar com aquilo que Dobb e Sweezy consideram ser o objeto de estudos da teoria do valor de Marx, e que os une a Engels: a ‘produção simples de mercadorias’.<sup>118</sup> Por se considerar que as reflexões de Sweezy acerca desse ponto mostram-se superiores, deixar-se-á de lado, por hora, a opinião de Dobb.

#### **4.1 Produção simples de mercadorias: um retorno a Adam Smith**

Sobre o tema do primeiro capítulo de *O Capital*, Sweezy defende que “Marx começa com a análise da ‘produção simples de mercadorias’, isto é, uma sociedade em que cada produtor é dono dos seus meios de produção e satisfaz as suas necessidades múltiplas por meio da troca”<sup>119</sup>. Para o marxista norte-americano, em se tratando do ponto de partida das suas investigações teóricas, Marx e os economistas clássicos teriam lançado mão do mesmo artifício argumentativo, qual seja, um estado hipotético de produção mercantil em geral, ainda não maculado pela introdução de relações sociais capitalistas: a produção simples de mercadorias. O fator responsável por distinguir esta última do capitalismo seria a perspectiva de que a força de trabalho – em essência, os próprios trabalhadores – venha a apresentar-se como mercadoria, pois, como argumenta Sweezy, “a compra e venda da força de trabalho é a *diferença específica* do capitalismo.”<sup>120</sup> Contudo, é evidente que a teoria do valor de Marx contém reflexões acerca da natureza qualitativa do valor que mostram-se ausentes nos clássicos. Qual seria então o ponto de afastamento entre eles? Sweezy localiza-o na circunstância de

---

<sup>117</sup> Saad-Filho (1997, p.460)

<sup>118</sup> Como o seguinte excerto de Sweezy (1962, p.53) torna explícito: “Para se empregar uma expressão moderna, a lei do valor é essencialmente uma teoria do equilíbrio geral desenvolvida primeiramente com relação à produção simples de mercadorias e mais tarde adaptada ao capitalismo.” (p.53)

<sup>119</sup> Sweezy (1962, p. 23)

<sup>120</sup> Ibid, p.56. Cabe mencionar que Dobb (2012, p. 50) entende a questão de modo idêntico: “A produção capitalista teve a sua raiz histórica precisamente na transformação da atividade produtiva humana em mercadoria. A força de trabalho alienou-se como algo a ser comprado e vendido, adquirindo por conseguinte valor.”

que Marx teria apreendido a produção capitalista como “uma forma historicamente condicionada, que em sentido algum pode ser considerada uma manifestação direta da natureza humana.”<sup>121</sup>, descartando – em contraste com Smith - que haja convergência entre a divisão social do trabalho, fundamento da riqueza coletiva humana, e o processo de troca. Para Smith, a produção capitalista seria a única possível, em virtude dos seus estreitos laços com a natureza humana, sendo-lhe pertinente apenas a investigação de ordem quantitativa. Para Marx, tratar-se-ia de uma forma entre muitas outras, devendo ela, por consequência, ter as suas especificidades analisadas, sobretudo no que toca ao modo como condiciona as relações sociais. Na medida em que se reconhece o caráter historicamente relativo ou passageiro da produção capitalista, abre-se, pois, o caminho para que a Economia Política passe também a analisar os fenômenos socioeconômicos de um ponto de vista qualitativo.

No que segue a tais considerações, Sweezy também pôde demonstrar como a concepção de produção simples de mercadoria apresenta uma estrutura conceitual idêntica ao argumento “que se deriva do exemplo do princípio da equalização da vantagem numa economia de castores e cervos, avançado por Adam Smith.”<sup>122</sup>. Indagando sobre os mecanismos que poderiam fazer com que as quantidades de trabalho determinassem os valores-de-troca, Sweezy reproduz a famosa passagem do economista escocês, na qual este último identifica “sob quais condições a proporções de troca correspondem com exatidão às proporções de tempo de trabalho: isso se daria, pois, apenas naquele estado incipiente e rudimentar da sociedade que precede tanto a acumulação de capital como a apropriação de terra.”<sup>123</sup>

Convém expor em linha gerais o célebre argumento de Smith e as considerações com que Sweezy o acompanha. O economista escocês imagina uma situação cujo paralelo com a produção simples de mercadorias é quase que completo, sendo a coincidência entre ambas tamanha que Sweezy é levado a declarar que “Os caçadores de Adam Smith são o que Marx haveria chamado de produtores simples, cada um caçando com as suas próprias armas relativamente simples ... e satisfazendo as suas necessidades mediante a troca do seu excedente de caça (*surplus catch*) com o produto

---

<sup>121</sup> Ibid, p.25.

<sup>122</sup> Elson (1979, p. 118).

<sup>123</sup> Citada por Sweezy (1962, p.45).

dos demais caçadores.”<sup>124</sup>. Tal situação e o estágio da produção simples de mercadorias apresentam as mesmas peculiaridades: a atividade de trabalho dos produtores simples – no caso, dos caçadores – requer apenas alguns poucos meios de trabalho, os quais encontram-se sob sua posse direta; não há emprego da força de trabalho alheia por parte dos produtores, estando, portanto, ausentes as condições para o advento do trabalho assalariado e para o acúmulo de capital; a troca de mercadorias se dá de forma imediata entre os produtores, sem que haja o intermédio do dinheiro.

Como já foi visto, em tal contexto haveria uma tendência a que as proporções pelas quais as mercadorias são trocadas venham a ter como centro de gravidade o tempo de trabalho necessário à sua produção<sup>125</sup> – e lembre-se aqui que Marx atribui a Smith o mérito de ter sido o primeiro dos economistas a reconhecer o trabalho dissociado das suas formas úteis particulares como sendo o trabalho de relevância para a Economia Política. Pois bem, o que garante que essa tendência venha a se efetivar na prática? A explicação de Smith sobre esse ponto – endossada por Sweezy em se tratando do funcionamento da lei do valor – repousa sobre a concorrência entre produtores, sendo muito remanescente dos argumentos de Marx sobre o processo de formação da taxa geral de lucro.<sup>126</sup> Tomando como exemplo a relação de troca entre castores e veados, ter-se-ia que, no caso de vigorar um descompasso entre os valores de troca e as quantidades de trabalho requeridas para a produção da mercadoria, se desencadearia um movimento tal que os produtores da mercadoria cuja perspectiva de intercâmbio é menos favorável – suponha-se que nessa situação particular sejam os castores, e que o seu valor-de-troca tenha momentaneamente caído abaixo do seu valor-trabalho – abdicariam da sua ocupação e passariam a produzir a mercadoria contrária, posto que, em virtude das ‘condições de mercado’ vigentes, caçar veados e trocá-los por castores apresentaria-se como alternativa menos dispendiosa que caçá-los diretamente. À medida que ocorre esse deslocamento entre as esferas da produção, “a oferta de veados expandirá e a de castores irá contrair”<sup>127</sup>, até que se restabeleça o equilíbrio na relação de troca entre castores e veados, de modo que valor-de-troca e valor-trabalho coincidam em magnitude. Por fim, a ocorrência de tal ajuste aproximativo entre o trabalho necessário e

---

<sup>124</sup> Ibid, 46.

<sup>125</sup> “Se entre uma nação de caçadores, por exemplo, matar um castor custa o dobro de trabalho que matar um veado, um castor deve naturalmente ser trocado por ou valer dois veados.” (apud Smith, Sweezy, 1962, p.45)

<sup>126</sup> Argumento que teve os seus contornos descritos na seção II do presente capítulo.

<sup>127</sup> Ibid, p.46.

os valores de troca tem como condição *sine qua non* que os produtores disponham de capacidade – seja em relação ao gênero de habilidades exigidas ou à falta de barreiras jurídicas ou materiais – de transitar entre os vários tipos de trabalho caso as condições de mercado o façam necessário. Sweezy coloca a questão da seguinte forma: para que as mercadorias sejam trocadas pelos seus valores, deve ser “permitido às forças da oferta e da demanda competitiva operarem livremente.”<sup>128</sup>

Se se interpreta o primeiro capítulo de *O Capital* e, conseqüentemente, a teoria do valor de Marx, como algo que visa ao estudo da produção de mercadorias pré-capitalista, incorre-se no equívoco de equiparar a teoria do valor marxiana com a dos economistas clássicos. Isto se dá, pois, como foi visto, pressupor um estágio de produção simples de mercadoria como o objeto da teoria do valor de Marx faz com que as condições para a operação plena da lei do valor marxiana sejam concebidas à maneira do argumento de Adam Smith sobre os caçadores de castores e veados, os quais, como o próprio Sweezy assevera, desempenhariam um papel análogo ao dos produtores simples de Engels. Por a construção do quadro teórico do valor se dar sem incorporar a gênese do dinheiro à sua estrutura, o marxismo tradicional, no âmbito do valor, encontrar-se-ia preso a uma teoria do valor pré-monetária, como argumentam Heinrich (2013), Backhaus (1980) e outros, fato que resultaria na negligência de um dos principais aspectos da crítica de Marx à Economia Política, a saber, a função do dinheiro como possibilitador do intercâmbio generalizado de mercadorias.

À luz das determinações relativas ao conceito de produção simples de mercadorias, é fácil prosseguir ao exame dos demais princípios interpretativos da leitura tradicional da teoria do valor de Marx. Poder-se-ia primeiramente apresentar uma consequência que decorre diretamente do supracitado conceito, e que resulta num esgotamento da profundidade das categoria econômicas que constituem a teoria do valor marxiana: trata-se, pois, da circunstância de que, ao se compreender os três primeiros capítulos de *O Capital*, assim como as categorias e análises que são neles desenvolvidos – mercadoria, valor, trabalho abstrato, dinheiro, forma-valor, etc – como se designassem condições históricas concretas anteriores ao capitalismo ou a hipótese lógica de uma economia mercantil apartada da influência do capital<sup>129</sup>, acaba-se por conferir aos conceitos da teoria do valor algo como validade transhistórica. Decorre disso a ideia de

---

<sup>128</sup> Ibid, p.46.

<sup>129</sup> Como o fazem Sweezy (1962, p.56) e Dobb (1973, p.147)

que a teoria do valor marxiana não estaria já em seu princípio direcionada à investigação do capitalismo; que, ademais, “as relações (contingentes) entre o mais-valor e as categorias que analiticamente o precedem poderiam ser seguramente ignoradas, e que poder-se-ia abordar a forma especificamente capitalista de exploração de modo direto”<sup>130</sup>. Ora, a ordem de sucessão das categorias marxianas, especialmente no que toca ao começo *d’O Capital*, foi objeto de meticuloso planejamento por Marx; sendo assim, o entendimento pleno do conteúdo de cada capítulo só pode ocorrer a partir do momento em que se apreende a forma muito peculiar segundo a qual se dá a transição entre as categorias.<sup>131</sup>

#### **4.2 Maurice Dobb e a centralidade da exploração aos intérpretes tradicionais**

A problemática da exploração aparece, no panorama das leituras tradicionais de Marx, como sendo o fim último a que se destina a construção da sua teoria do valor-trabalho. Ainda que, como já mencionou-se, isso tenha sido uma questão que indubitavelmente ocupou posição privilegiada nas considerações de Marx, reduzir a especificidade da teoria do valor marxiana ao tratamento inovador das complexidades da exploração capitalista é algo descabido, tendo em vista que representa uma ruptura de paradigma em relação aos clássicos. Assim como ocorre com a concepção de produção simples de mercadorias e com a interpretação transhistórica das categorias marxianas, a decisão de ler a teoria do valor de Marx a partir da ótica da exploração faz com que a mesma venha a ser concebida como uma variante particular – distinguindo-se por alterações não mais que pontuais – da teoria do valor de Ricardo, a despeito da ampla série de discontinuidades que os separam. Visando descortinar as minúcias de tal aspecto da interpretação tradicional, nada melhor do que reconstruir brevemente o argumento do autor responsável por uma das mais elucidantes reflexões sobre o tema: Maurice Dobb.

O ponto de partida de Dobb em sua tentativa de apresentar os contornos gerais do pensamento econômico de Marx é a determinação do substrato histórico-filosófico que condiciona a escolha do autor por localizar na esfera da produção a origem dos fenômenos estudados pela Economia Política – devendo a disciplina, na visão do economista inglês, limitar-se à análise do processo de formação dos preços relativos e

---

<sup>130</sup> Saad-Filho (1997, p.460)

<sup>131</sup> Heinrich (2013) tece iluminadores comentários sobre o método de Marx e preconiza a importância vital de se incluir o desenrolar da exposição em *O Capital* como fator central em qualquer leitura rigorosa.

ao estudo dos fatos causalmente relevantes por trás da estrutura da distribuição de renda. Marx parte, argumenta o autor, da ideia de uma “dialética do desenvolvimento”, cujos elementos participantes seriam o “Homem” e a “Natureza”; o Homem, em contraposição aos demais seres que integram o universo natural, apresentaria a distintiva capacidade de transformar os recursos naturais que tem ao seu dispor através do ato de trabalho. Por tal razão, lhe é possível adequar os objetos com que se depara – a própria natureza, pois – de forma a melhor satisfazer as suas múltiplas e sempre crescentes necessidades imediatas. Todavia, encontra-se inscrita em tal dinâmica a necessidade de um movimento na direção reversa; conforme a Natureza vai sofrendo um conjunto de mutações conscientemente dirigidas, também o seu estado modificado acaba por alterar o mundo que o Homem habita – as possibilidades de ação que se lhe apresentam e, ademais, a constituição de sua própria consciência, passam a condicionar-se inexoravelmente pelo resultado dos trabalhos passados. Prosseguindo em tal linha, Dobb aponta que a dialética marxiana (aqui muito superficialmente descrita) consolida-se numa concepção materialista de história somente quando incorpora-se ao seu quadro “a invenção e o uso de instrumentos produtivos que sejam simultaneamente objetificações duradouras de trabalho [passado] e auxílios produtivos ao trabalho”<sup>132</sup>. Com isso, estabelecer-se-ia a possibilidade da ação coordenada de diversos indivíduos na atividade produtiva – o correlato à nível social do trabalho com que se fundou a dialética –, sendo o desenrolar do processo histórico apreendido com base na configuração de tal dinâmica, sobretudo a partir da transformação nas forças produtivas – embora, como o autor deixa claro, as relações sociais também influam de maneira aguda no processo.

Tendo como pano de fundo tal contexto teórico, o enfoque da Economia Política de Marx encontrar-se-ia direcionado, desde o princípio, “a abordar o tema a partir do ângulo das condições de produção”<sup>133</sup>, isto é, a erigir as suas investigações sobre o modo como os sujeitos produzem e reproduzem os seus meios de subsistência e, num sentido mais amplo, as suas condições de vida; mostra-se essencial, portanto, atentar à relação que, na dinâmica produtiva concreta, as diversas classes sociais mantêm entre si, sendo o critério central da análise o domínio sobre os meios de trabalho e produção, e a capacidade decorrente dos grupos sociais dominantes de ditarem as condições sob as

---

<sup>132</sup> DOBB, Maurice - *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*, p.144. London: Cambridge University Press, 1973.

<sup>133</sup> *Ibid*, p.144.

quais deve transcorrer o trabalho dos subalternos, e de, em virtude de tal controle, se apropriarem de certa parcela do seu produto.

Desta maneira, Dobb argumenta corretamente que a exploração em Marx “não é algo metafísico ou simplesmente um juízo ético”, mas “uma descrição factual de uma relação sócioeconômica”<sup>134</sup>. Tratar-se-ia, pois, de um fato histórico indisputável, que inere à estrutura social uma vez que verifica-se a sua divisão em classes. Para Dobb, pode-se chegar à certeza de que a relação entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista – capitalistas e trabalhadores - apresenta caráter exploratório a partir da simples constatação de que os meios de produção são propriedade exclusiva dos primeiros, ao passo que, aos segundos, reserva-se o destino de vender sua força de trabalho para poder assegurar a própria sobrevivência.

Ora, em formações sociais anteriores ao capitalismo, a exploração social fundava-se no domínio político e jurídico que uma classe detinha sobre as demais, como evidencia a situação dos negros escravizados ou dos servos medievais. Todavia, no capitalismo inexistem amarras que vinculem diretamente capital e trabalho assalariado; ambos apresentam-se como sujeitos livres e possuidores dos mesmos direitos, entrando em relação um com o outro através de uma troca (aparentemente) voluntária entre mercadorias equivalentes. Como compreender a exploração num caso onde parecem inexistir mecanismos que a perpetuem? A teoria do marxiana do valor, na visão de Dobb, teria sido talhada para responder a tal pergunta. Como coloca o autor:

“O problema consiste não em prová-lo [o fato da exploração no capitalismo], mas em reconciliá-lo com a lei do valor: trata-se de explicar como isso poderia acontecer no reino da competição e da ‘mão invisível’ do economista, onde tudo troca-se segundo os seus valores naturais”<sup>135</sup>

A teoria do valor de Ricardo é vista por Dobb como a ferramenta que Marx considera adequada à resolução de tal problema, não apenas por tratar da vida econômica com base nas condições de produção, mas também porque a ideia de valor-trabalho – como determinante dos valor de troca e discretamente distinto do mesmo – poderia ser mobilizada para dar conta da exploração capitalista já na fase da produção direta, antes que os desvios relativos à forma-preço entrassem em cena.

---

<sup>134</sup> Ibid, p.145.

<sup>135</sup> Ibid. p. 146.

Não obstante o seu robusto potencial analítico, para que a teoria do valor de Ricardo fosse capaz de acomodar a exploração capitalista ao quadro da troca de equivalentes, foi preciso que Marx acrescentasse-lhe uma distinção conceitual imprescindível, qual seja, a diferenciação entre força de trabalho – sendo o direito à sua utilização por um tempo determinado aquilo que o trabalhador efetivamente cede na relação com o capitalista - e trabalho – o que o trabalhador produz sob o jugo do capitalista. Conquanto a relação capital-trabalho obedecesse ao princípio da troca de equivalentes, pois o valor da força de trabalho e do salário pelo qual o capitalista a compra coincidiriam, a primeira possui a singular capacidade de produzir mais valor do que a sua reprodução exige, isto é, ela pode criar novos valores. Ter-se-ia, pois, que o capitalista apropria-se do excedente produzido ao longo da jornada de trabalho – o mais-valor – uma vez que, em virtude da natureza da relação entre ambos, ele dispõe de posse irrestrita sobre o trabalho objetificado em mercadorias. Sendo assim, “a possibilidade e as dimensões do mais-valor dependem do valor da primeira [força de trabalho] ser menor que o valor criado como *output* pelo trabalho que ela torna possível”<sup>136</sup>

Como o desenvolvimento da argumentação de Dobb pôde deixar claro, o autor interpreta a teoria do valor de Marx em linhas essencialmente ricardianas. Marx teria definido como ponto de partida do seu projeto a teoria do valor-trabalho tal qual a mesma havia sido previamente formulada por Ricardo, coubendo-lhe a simples tarefa de, a partir de uma distinção pontual mas astuta, tornar compreensível os mistérios da “forma especificamente capitalista de exploração” e da origem do lucro; em ambos os casos, Marx dirige o foco da investigação ao processo produtivo, no qual ocorre a apropriação do produto excedente de uma classe por outra. Há ainda outros aspectos da exposição de Dobb que pretendem aproximar Marx de Ricardo: ao longo de várias páginas, o autor esforça-se por inserir Marx no contexto da recepção póstuma dos escritos de Ricardo, sobretudo no que concerne a discussão entre os seus diversos sucessores sobre o problema do lucro e da exploração<sup>137</sup>; afigura-se como de maior relevância, por fim, a circunstância de que Dobb sequer oferece uma tentativa de se determinar a dimensão semântica e histórica *sui generis* das categorias centrais à teoria do valor marxiana, sendo, ao invés disso, recorrentes as alusões aos supostos correlatos

---

<sup>136</sup> Ibid, p.151.

<sup>137</sup> Ibid, p.137 – 143.

ricardianos dos conceitos de Marx, como se o projeto de crítica da Economia Política do segundo não houvesse, como o nome já o diz, em muitos casos subvertido o seu uso original.

### 4.3 A concepção fisiológica do trabalho abstrato

Antes de se prosseguir ao capítulo final, há um ponto da leitura de Dobb e Sweezy cujo tratamento viu-se adiado pela necessidade de se expor a centralidade da exploração, e que, por ser importante no que se segue, urge ser retomado aqui – trata-se da caracterização transhistórica do trabalho abstrato. A recusa de Dobb a encarar o tema em seus principais escritos poderia ser pensada como denotando assentimento à ideia de continuidade imediata entre a compreensão do trabalho formador de valor em Marx e Ricardo; tratar-se-ia do trabalho humano em sua generalidade fisiológica, dado que o único atributo comum que pode-se achar entre os vários trabalhos concretos é a sua dimensão de gasto de nervos, músculos, etc. Sweezy, à primeira vista, parece incorrer na mesma posição: “Trabalho abstrato ... como o próprio uso de Marx atesta, equivale à trabalho geral, aquilo que é comum a toda atividade produtiva humana”<sup>138</sup>. Ainda seguindo pelo mesmo caminho, o argumento no qual Marx estabelece que as mercadorias, para além de sua forma material como valor de uso, são também valores, é lido como envolvendo a mera abstração das qualidades particulares do produto do trabalho, havendo, ademais, analogia completa com a transição do trabalho concreto à sua existência abstrata.

Contudo, Sweezy não encerra a sua exposição por aí e passa a enfatizar – de forma acertada – que a abstração de que Marx fala é uma abstração objetiva. Mas como dever-se-ia interpretar a objetividade de tal processo? A resposta do autor vai no sentido de relacionar a concepção abstrato do trabalho com as condições sociais específicas que a consolidação da economia capitalista cria, sobretudo quando da ascensão da grande indústria e da produção em larga escala: o trabalho adquire uma mobilidade sem precedentes, sendo a forma particular que ele assume determinada pelas necessidades sociais e pelas perspectivas de valorização do capital; em essência, institui-se a indiferença quanto aos aspectos qualitativos do trabalho no plano do social, de modo que o mesmo passa a ser relevante apenas em termos de *quantidade*. Engendrar-se-ia, a partir de então, a realidade do trabalho humano como “uma força de trabalho social

---

<sup>138</sup> Sweezy, 1962, p.30.

agregada passível de transferência de um uso ao outro conforme as necessidades sociais.”<sup>139</sup>

Ainda que a posição de Sweezy acerca do trabalho abstrato distinga-se positivamente no interior da corrente tradicional, uma vez que reconhece tanto o caráter objetivo da abstração marxiana como a unidade do conceito de trabalho abstrato, o autor permanece preso a um entendimento parcial das categorias em jogo. Para começar, a dimensão fisiológica e naturalista do trabalho abstrato continua a ser, em última instância, o aspecto predominante do conceito, de forma tal que, segundo Sweezy, o trabalho abstrato seria “passível de mensuração em termos de unidades de tempo.”<sup>140</sup>. Percebe-se, à luz disso, que, não obstante tal categoria seja concebida como sendo fruto de um processo social, para Sweezy, poder-se-ia tratá-la no plano da teoria como mero trabalho humano indefinido quanto à sua qualidade. Não há no texto de Sweezy uma explicação clara de como isto poderia se dar; tampouco reflete-se sobre as razões que levam o trabalho abstrato a receber a alcunha de substância do valor. Por Sweezy aderir à ideia de produção simples de mercadorias e compreender o valor-trabalho à maneira dos caçadores de Adam Smith, arrisca-se dizer que para ele a determinação do valor envolve uma remissão consciente dos sujeitos aos gastos de trabalho como critério regulador da troca.

Concluindo: Sweezy considera a relação entre trabalho abstrato e modo de produção capitalista sem assinalar o papel decisivo que o processo de troca desempenha em sua constituição, e, por consequência, deixa escapar a referência necessária ao dinheiro como medida dos valores; resulta assim que os dois termos permaneçam separados por um abismo, sem que a determinidade histórica do trabalho abstrato venha a ser captada por inteiro, ou que a abstração marxiana seja concebida como algo verdadeiramente objetivo e extra-individual.

---

<sup>139</sup> Ibid, p.32.

<sup>140</sup> Ibid, p.33.

### Capítulo 3 - A interpretação de Rubín da teoria do valor de Marx e a análise da forma do valor

A brilhante interpretação avançada por Rubín em *A Teoria Marxista do Valor*, estudo originalmente publicado em 1924, representa seguramente um marco na tradição marxista de pensamento. Em meio à repetição dos consensos tradicionais acerca da teoria do valor marxiana, Rubín propõe uma leitura sistemática e rigorosa das densas reflexões contidas no primeiro capítulo de *O Capital*, aproximando-se pela primeira vez – sem que esforços de igual alcance tenham sido vislumbrados até o debate alemão dos anos 60 sobre o tema – de retratar com justeza os meandros da teoria do valor.<sup>141</sup>

O afastamento entre Rubín e a leitura tradicional emerge já em relação às considerações metodológicas mais elementares: ao passo que, como foi visto no capítulo anterior, Sweezy e Dobb preconizavam a herança da Economia Política de Ricardo e a concepção materialista da história de Marx como chaves para se compreender a teoria do valor, o economista soviético define como eixo central de sua interpretação “a teoria do fetichismo”, sendo ela “a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor.”<sup>142</sup> Trata-se de um ponto de partida que seria impensável no plano das leituras tradicionais, uma vez que nelas a quarta (e última) seção do primeiro capítulo - intitulada *O Caráter Fetichista da Mercadoria e o seu Segredo* - sequer tem os seus conteúdos articulados com o restante da exposição da teoria do valor. Dobb, por exemplo, não achou necessário dedicar uma única linha ao assunto nos seus escritos. Sweezy, embora reconhecendo que o modo de socialização capitalista acaba por encobrir as relações sociais que subjazem às categorias de pensamento e às formas sociais burguesas, não ousou tematizar sobre os vínculos entre tal fenômeno e o conceito de valor.<sup>143</sup>

#### 1. A leitura rubiniana do fetichismo de mercadorias

Que a teoria do fetichismo da mercadoria seja vista como proporcionando acesso privilegiado às dimensões sociais e históricas da teoria do valor marxiana deve-se ao fato de que o autor a interpreta como “uma teoria geral das relações de produção na

---

<sup>141</sup> Além de a visão geral do contexto interpretativo marxiano que empreendeu-se no capítulo anterior sugerir tal ideia, Elbe (2018) defende de forma explícita o diagnóstico apresentado.

<sup>142</sup> Rubín (1987), p.19.

<sup>143</sup> Como pode encontrar-se em Sweezy (1963), p.34 – 40.

sociedade mercantil-capitalista.”<sup>144</sup> Poder-se-ia, pois, na visão de Rubin, encontrar em tal seção do texto de Marx não somente uma especificação das particularidades estruturais do modo de produção capitalista responsáveis por condicionar o surgimento de certo gênero de relações entre os sujeitos, mas sobretudo um exame qualitativo minucioso da forma objetificada que tais relações sociais tem de necessariamente assumir no caso de serem mediadas por produtos do trabalho, sendo o exemplo paradigmático de tal fenômeno a categoria do valor. Não se está mais a lidar, como no caso dos intérpretes tradicionais, com a mera ideia de que o caráter de fetiche da mercadoria faz surgir ilusões quanto à representação subjetiva dos processos em que os agentes da produção capitalista estão envolvidos, ilusões essas que desvaneceriam à medida que adota-se uma perspectiva crítica em relação às mesmas, descortinando o conteúdo humano por trás da pretensa materialidade das categorias econômicas. Ao invés disso, Rubin propõe uma versão mais robusta de tal tese, argumentando que “na economia mercantil<sup>145</sup>, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas.”<sup>146</sup> Partindo de uma tal posição, ter-se-ia que as relações sociais na economia mercantil não perdem o seu caráter de objeto uma vez que a sua constituição humana tenha sido revelada; que a objetividade das formas sociais capitalistas, conquanto deva ser reduzida em último caso à ação de indivíduos, não pode ser tematizada sem que se leve em conta a interrelação entre os sujeitos e os produtos dos seus trabalhos.

Tem-se aí o quadro geral da leitura de Rubin do fetichismo da mercadoria: as relações sociais de produção, no contexto da economia mercantil, não podem aflorar de modo direto ou imediato, porquanto o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos se dá pelo intermédio de objetos. Logo, na medida em que o objeto adquire uma determinada forma social, ele não pode ser considerado simples símbolo ou aparência de relações mais fundamentais. Será preciso, na sequência da exposição, determinar com maior clareza o que exatamente significa dizer que as relações sociais entre os produtores de mercadoria veem-se expressas em objetos; ademais, o próprio conceito de

---

<sup>144</sup> Rubin (1987), p.16.

<sup>145</sup> Rubin, não obstante o caráter inovador de sua abordagem, conserva em certas partes da sua obra a ideia engelsiana de “produção simples de mercadorias”. Ainda que a validade da linha de raciocínio do autor não pareça estar atrelada a tal pressuposto, há de manter-se uma atitude crítica em relação a esse ponto. Saad-Filho (1997), como será exposto na sequência, considera que as reflexões de Rubin, muito pelo apego à herança de Engels, não descrevem de forma fidedigna as complexidades do trabalho assalariado no capitalismo.

<sup>146</sup> Ibid, p.20.

forma social, absolutamente indispensável para Rubin, permanece ainda obscuro na presente etapa da explicação, e, como tal, exige ser aprofundado, tanto no que toca ao modo como determinações sociais “aderem” a objetos materiais, assim como em relação à dinâmica dialética que a partir de então se institui entre formas sociais e sujeitos.

Antes de mergulhar a fundo na análise rubiniana dos aspectos qualitativos das relações sociais capitalistas, cabe apresentar as causas econômico-estruturais que fazem com que estas últimas assumam um caráter reificado ou fetichizado – aquilo que Rubin elenca como “bases materiais do fetichismo de mercadorias”:

Assim, os seguintes elementos podem ser encontrados na estrutura da economia mercantil: (1) células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas isoladas, *formalmente independentes* umas das outras; (2) elas [as empresas], estão *materialmente relacionadas* umas com as outras, como resultado da divisão social do trabalho; (3) a vinculação direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na troca, e isto, *indiretamente*, influencia sua atividade produtiva.<sup>147</sup>

Antecipando o caminho que será mais tarde percorrido pelos autores associados à *Neue-Marx-Lektüre*, Rubin propõe que a natureza singular das relações sociais entre os produtores de mercadorias funda-se na circunstância de que o trabalho de cada um, embora seja levado à cabo de forma completamente autônoma em relação ao dos demais produtores, encontra-se situado no interior “de um organismo produtivo cujas partes se relacionam e condicionam mutuamente.”<sup>148</sup> Portanto, ainda que o produtor disponha de pleno poder para determinar o que vai produzir, confronta-lhe a necessidade incontornável de confeccionar produtos que venham a suprir alguma carência alheia, pois, como já foi dito, todo sujeito, querendo ou não, apresenta-se como elo integrante da divisão social do trabalho. Entretanto, ao que parece, na sociedade burguesa inexistem mecanismos que possam definir qual das funções exigidas pelo processo de reprodução social cada indivíduo há de realizar. À título de contraste, Rubin cita os casos de uma economia planificada, onde haveria harmonia pré-estabelecida entre relações de produção e processo produtivo, e da divisão técnica do trabalho dentro de uma empresa capitalista, na qual a distribuição de trabalho e de produtos entre os seus vários setores obedece a uma regulamentação prévia racionalmente concebida, não assumindo a forma da troca de equivalentes.

---

<sup>147</sup> Ibid, p.23.

<sup>148</sup> Ibid, p.21.

Pois então, como deve ser compreendida a socialização do trabalho na economia mercantil? A resposta de Rubin é clara: na ausência de coordenação prévia da produção, os produtores entram em contato uns com os outros somente no processo de troca, de onde retira-se o corolário subsequente de que o único parâmetro para aferir-se a utilidade social de um determinado trabalho seria a venda do seu produto. Ademais, nesse contexto, a influência da sociedade sobre a atividade de cada produtor autônomo far-se-ia sentir apenas de forma indireta, à medida que os preços das mercadorias, enquanto indicadores das condições de mercado e de produção, atuariam como critérios predominantes a orientá-los na decisão do que produzir. Sendo assim, a interrelação do trabalho dos produtores – a sua vinculação social – efetua-se exclusivamente por meio das condições de troca dos seus produtos, fato esse que encontra-se expresso no valor das mercadorias. Como diz Rubin, “o movimento do preço das coisas no mercado não é apenas o reflexo das relações de produção entre as pessoas: é a única forma possível de sua manifestação numa economia mercantil.”<sup>149</sup> Antes de prosseguir, é importante mencionar que as considerações tecidas por Rubin até agora aplicam-se à economia mercantil, concebida à maneira de Sweezy e Dobb como hipótese metodológica de uma economia de produtores simples. Rubin crê que tais apontamentos mostram-se igualmente pertinentes quando dirigidos ao capitalismo, posto que, a despeito da dominação de classe, as relações entre os indivíduos continuam a assumir a forma da troca de mercadorias. Embora a legitimidade da passagem de nível envolvida em tal procedimento suscite discordâncias<sup>150</sup>, considera-se mais adequado analisá-las noutro momento.

À luz das causas materiais do fetichismo, torna-se possível melhor tipificar a natureza das relações sociais capitalistas. Em virtude de serem estabelecidas quando do ato de troca, pode-se afirmar que são de caráter impermanente e fluído, uma vez que se encerram com o findar de tal ato. De relevância mais tangível para os propósitos de desvendar a sua reificação é que, primeiramente, elas surgem “entre determinadas pessoas voluntariamente, dependendo das vantagens para os participantes; a relação *social* assume a forma de uma transação *privada*.”<sup>151</sup>; em segundo lugar, “une

---

<sup>149</sup> Ibid, p.24.

<sup>150</sup> O já mencionado artigo de Saad-Filho (1997) e Elson (1979) avançam críticas que convergem.

<sup>151</sup> Ibid, p.30.

indivíduos particulares (...) e limita-se a transferência de coisas; as relações entre as *pessoas* adquirem a forma de igualação de *coisas*.”<sup>152</sup>

Impõe-se agora a tarefa de investigar o conceito de forma social, demonstrando a sua centralidade à interpretação que Rubin faz da Economia Política de Marx. Antes de tudo, Rubin sustenta que a teoria marxiana do valor caracteriza-se por seu pendor sociológico singular, sendo em tal medida “uma inteiramente *nova formulação metodológica dos problemas econômicos*”<sup>153</sup> Ela deve, pois, ser lida a partir da distinção entre dois aspectos do processo social de reprodução<sup>154</sup>, os quais, conquanto complementares e em estreita conexão um com o outro, exibem autonomia suficiente em sua dinâmica própria para legitimar tratá-los em isolado: de um lado o aspecto técnico-material, que concerne às forças produtivas e ao desenvolvimento da produção de riquezas; do outro, a sua forma social, “a totalidade das relações de produção entre os homens”<sup>155</sup>, ou seja, a forma – historicamente condicionada e específica – em que os sujeitos organizam-se com vista a concretizar o metabolismo social. Um dos grandes méritos de Marx teria sido precisamente separar os dois planos de análise, definindo como objeto de estudos da Economia Política o processo de reprodução capitalista em sua dimensão social e historicamente condicionada, claro que, não devendo-se esquecer, tomando como pressuposto (e apenas enquanto tal) as determinações referentes ao âmbito técnico.

Ora, a ideia de “forma social da coisa” não passa de um desdobramento da forma social do processo de produção. Uma vez que a função de estabelecer relações entre os sujeitos na economia mercantil-capitalista não pode ser desempenhada pelos mesmos - posto que, como produtores privados e autônomos, só lhes é possível entrar em contato no momento fugaz da troca - cabe aos produtos dos seus trabalhos a incumbência de

---

<sup>152</sup>

<sup>153</sup> Ibid, p.56.

<sup>154</sup> Rubin ampara-se na seguinte passagem do *Capital III* “Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana como um processo que, operando-se em condições histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com elas, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações mútuas, isto é, sua determinada formação sócioeconômica.” (MARX, 2017, p. 881). Poder-se-ia também remeter ao Capítulo 5 do Livro I: “Assim, como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo [a produção sob o aspecto técnico-material] nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra.” (MARX, 2013, p. 261)

<sup>155</sup> Ibid, p.27.

exercê-la. Para além da sua existência material como valores de uso, as coisas passam, desde tal momento, a adquirir uma forma social, sendo essa última determinada pelo papel específico que desempenham na concretização das relações sociais mercantis. O termo forma social designa, em suma, nada mais que o conjunto de propriedades que a coisa incorpora em virtude de mediar a socialização dos trabalhos privados; as formas sociais “são inerentes, não às coisas enquanto coisas, mas as coisas que fazem parte de um determinado ambiente social, ou seja, as coisas através das quais as pessoas entram em certas relações de produção umas com as outras.”<sup>156</sup>

Como se viu, os conceitos de forma social e função social encontram-se intimamente relacionados na leitura de Rubin, e poder-se-ia dizer que juntos bastam para definir o estatuto das categorias marxianas. Para exemplificar as complexas ideias expostas, mostra-se desejável examinar a explicação do autor sobre a forma-capital. Tome-se como ponto de partida os objetos que são os referentes materiais do conceito de capital, quais sejam, o dinheiro e os meios de produção. Fica claro que, na medida em que se os trata enquanto simples objetos úteis, os enérgicos movimentos do capital permanecem impenetráveis; sua capacidade de ampliar-se e de constantemente mudar de forma naturalmente escapa à análise. Isto acontece pois se está tratando de determinações concernentes à relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados, a qual, devido às peculiaridades do modo de produção capitalista, pode ser expressa somente através de produtos do trabalho. Acontece que, por agirem como protagonistas na constituição das relações entre os sujeitos, tais objetos adquirem uma determinada forma social – no caso, a forma-capital. Doravante, todas as propriedades que originam-se da relação entre os sujeitos – no caso do capital, o movimento ininterrupto em direção a uma valorização sempre renovada – passam a ser vistas como atributos dos meios de produção e do dinheiro.

Assim, para Rubin, haveria um perfeito espelhamento entre a estrutura da teoria do valor marxiana e a ordem da realidade capitalista, uma vez que a “sequência lógica das categorias econômicas segue-se do caráter das relações de produção expressas pelas categorias”<sup>157</sup> Não trata-se, todavia, como em Engels, de se postular uma correspondência entre os conceitos da teoria do valor e o desenvolvimento histórico do capitalismo; as categorias da Economia Política, para Rubin, organizam-se conforme a

---

<sup>156</sup> Ibid, p.52.

<sup>157</sup> Ibid, p.45.

complexidade das relações sociais que descrevem, de modo tal que a posição da cada categoria no quadro geral da teoria determina-se por sua importância explicativa ao sistema capitalista concebido em sua média ideal, para aproveitar uma expressão de Marx, e não tendo a pretensão de figurar como correlato conceitual da gênese histórica. A partir de tal esboço metodológico, a centralidade da categoria de valor ao pensamento de Marx torna-se clara: “A relação básica entre pessoas enquanto produtoras de mercadorias que trocam os produtos do seu trabalho”, ou seja, a relação social mais fundamental da sociedade burguesa, “confere aos produtos a propriedade específica de intercambialidade que parece então ser uma propriedade natural dos produtos: a particular forma de valor”<sup>158</sup> Em outras palavras, as mercadorias possuem valor somente porque a troca é o meio através do qual os trabalhos privados são socializados na economia mercantil, e, na medida em que todas as relações produtivas assumem a forma de uma transação privada – uma troca de equivalentes - então o valor é a categoria primária a partir da qual todas as demais – lucro, juros, renda - devem ser explicadas.<sup>159</sup>

Como arremate final à interpretação de Rubin da teoria do fetichismo, resta apresentar sua solução ao problema do vir-a-ser das formas sociais. Ei-la. De começo o autor, engajado na tentativa de assimilar o labiríntico nexos entre sujeitos e coisas, chega a um resultado à primeira vista paradoxal: se, sob uma perspectiva, as relações sociais capitalistas, por estabelecerem-se de modo indireto e através dos produtos do trabalho, “conferem uma determinada forma social, ou características sociais, às coisas”<sup>160</sup>, por outro lado, em função do fato de que “a propriedade sobre coisas é uma condição para o estabelecimento de relações de produção diretas entre as pessoas, parece que a coisa mesma possui ... a *virtude*, de estabelecer relações de produção.”<sup>161</sup> Ou seja, ao mesmo tempo que as formas sociais seriam simples decorrências de relações sociais reificadas, ter-se-ia que tais relações só podem acontecer no caso de as formas já estarem lá, atreladas às coisas, desde o princípio. Trata-se, pois, de uma legítima contradição: haveria um elemento (a forma social da coisa) cuja existência deve ser pressuposta para

---

<sup>158</sup> Ibid, p.45 - 46

<sup>159</sup> “Todos os conceitos básicos do sistema econômico parecem variações lógicas do conceito de valor. O dinheiro é um valor que serve como equivalente geral. O capital é um valor que cria mais-valia. Os salários são o valor da força de trabalho. Lucro, juro e renda são parte da mais-valia.” (Rubin, *ibid*, p.106)

<sup>160</sup> Ibid, p.35.

<sup>161</sup> Ibid, p.34

que o processo responsável por produzi-lo (relação social por meio de coisa) venha a ocorrer.

Consoante à tradição hegeliano-marxista de que faz parte, Rubin reconhece ser muito natural que os dois aspectos conflitantes das relações sociais capitalistas não possam ser integrados num mesmo quadro teórico coerente, posto que “a contradição só pode ser resolvida no processo dialético de produção social.”<sup>162</sup> A constituição das formas sociais revela-se como fruto de um longo desenvolvimento histórico, no qual as relações entre os sujeitos vão vagarosa e gradualmente convertendo-se em relações entre produtores de mercadorias mediadas por coisas. Num primeiro momento, quando tal gênero de socialização é ainda incipiente e as relações reificadas aparecem de modo esporádico, sendo a troca secundária em relação às outras formas de vinculação intersubjetiva, Rubin argumenta que os produtos do trabalho assumem uma forma social somente nos limites internos da troca. A forma social da coisa, por conseguinte, teria uma existência efêmera, não podendo o objeto sozinho instigar a criação de laços sociais.<sup>163</sup>

À medida que a troca de mercadorias se consolida como meio hegemônico do relacionamento entre os sujeitos e os seus trabalhos, a dinâmica entre sujeitos e objetos sofre uma mudança qualitativa – em certo sentido, poder-se-ia caracterizá-la como uma *inversão*. O arraigamento das relações mercantis – a sua conversão nalgo contínuo e cíclico – confere aos objetos nelas envolvidos uma forma social duradoura<sup>164</sup>, e não

---

<sup>162</sup> Ibid, p.36.

<sup>163</sup> Ruy Fausto (1983), ao encarar o problema relativo ao estatuto das formas sociais capitalistas – valor e trabalho abstrato, no caso – num espaço histórico pré-capitalista, desenvolve uma ideia que poderia ser assimilada à posição de Rubin sobre o tema. Segundo o marxista brasileiro, antes da emergência das relações sociais capitalistas e das estruturas econômicas que as acompanham, poder-se-ia falar na existência de valor e de trabalho abstrato apenas enquanto categorias em processo de constituição, ou seja, “no nível de sua pré-história.” Em tal condição, “um ser não existe enquanto sujeito; uma pré-história é exatamente a história do seu surgimento enquanto sujeito. Existem ... no nível da pré-história, determinações que exprimem mas que ao mesmo tempo não exprimem esse ser, isto é, certas determinações que exprimem este ser ... em forma *negativa*, em forma *contraditória*.” Tratar-se-ia da razão por trás da aparente contraditoriedade nas declarações de Marx sobre o tema, aquilo que o teria motivado a adotar um discurso dialético para dar conta das particularidades do seu objeto de estudos. Lança-se assim luz sobre o sentido preciso das contradições que Rubin tematiza nas passagens que se está analisando: as formas sociais, antes da gênese do capitalismo, não estão *postas* – no sentido hegeliano da expressão.

<sup>164</sup> Segue um trecho esclarecedor de *O Capital I*, em que Marx associa a origem da forma-mercadoria e, por conseguinte, da contradição entre os aspectos privado e social do trabalho, à universalização histórica da troca: “Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de

mais momentânea: “ (...) a partir desse momento é possível datar o surgimento dessa determinada categoria material como separada das relações de produção entre as pessoas, entre as quais surgiu, e às quais, por sua vez, afeta.”<sup>165</sup> Doravante, tanto a repetição das relações sociais mercantis assegura a reprodução das formas sociais das coisas, quanto as mesmas “começam, por sua vez, a influenciar as pessoas, moldando sua motivação e induzindo-as a estabelecer relações de produção concretas umas com as outras.”<sup>166</sup> Percebe-se, pois, o caráter dialético de tal dinâmica: a forma social das coisas, que não é algo outro que o resultado de ações individuais passadas, passa a delimitar o campo de escolhas que apresenta-se aos sujeitos, fazendo-os internalizar as suas determinações. Em tal medida, tem-se que “os indivíduos particulares são subsumidos ao tipo dominante de relação de produção.”<sup>167</sup>

O penetrante olhar de Rubin sobre como Marx conceitua a dialética entre formas sociais e sujeitos foi levado adiante por autores subsequentes, que viram em tal ponto um fator importante a explicar como o capitalismo, não obstante suas fortes tendências à crise, exibe uma persistência superior ao que o marxismo havia costumeiramente antecipado. Postone, por exemplo, a define como um dos eixos centrais na sua reconcepção do projeto marxiano:

(...) conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua.<sup>168</sup>

Heinrich, vinculando-a explicitamente à teoria do fetichismo, sustenta que Marx concebe a dominação capitalista – ao menos em suas obras maduras - como decorrência direta das relações sociais reificadas:

(...) a especificidade da forma de dominação capitalista é a sua mediação por coisas. A partir do momento em que as pessoas se relacionam com os produtos de seu trabalho como mercadorias e com os meios de produção

---

produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social.” (Marx, 2013, p.148)

<sup>165</sup> Ibid, p.37.

<sup>166</sup> Ibid, p.38.

<sup>167</sup> Ibid, p.38.

<sup>168</sup> Postone (2014, p.18)

como capital, elas constituem uma lógica objetiva particular das coisas através de suas práticas (as mercadorias devem ser vendidas, o capital deve ser valorizado) que então as confronta aparentemente como uma racionalidade objetiva. A dominação de classe capitalista é o resultado inconsciente e não planejado dessa lógica objetiva (...)<sup>169</sup>

## 2. A interpretação de Rubin da teoria do valor de Marx

Agora que se dispõe de amplo conhecimento sobre a base metodológica da interpretação de Rubin acerca teoria do valor de Marx, torna-se possível expô-la nos seus pormenores. A categoria marxiana de valor, segundo o marxista soviético, apresentaria três dimensões de significado: para se obter uma apreensão adequada do modo como Marx a emprega, argumenta Rubin, deve-se enquadrá-la em termos de sua magnitude, de sua forma e de seu conteúdo (ou substância).

### 2.1 Magnitude do valor: distribuição social do trabalho na economia de mercado

O papel do valor enquanto categoria passível de determinação quantitativa é de significância central para o funcionamento de uma economia de mercado, posto que, através de sua manifestação material como valor de troca ou preço, ele representa a única forma possível de se expressar a interconexão entre os diversos trabalhos privados. Nessa medida, o valor, como forma social da mercadoria, possibilita que os produtores independentes e autônomos, não obstante levem a cabo suas atividades produtivas visando exclusivamente aos próprios interesses, façam da produção capitalista uma atividade socialmente coordenada. Tudo isso já se havia mencionado quando da análise da teoria do fetichismo. Mas de que modo institui-se a ordem na economia mercantil, uma vez que nela as relações sociais não estão sujeitas à regulamentação prévia? Rubin responde à tal pergunta abstraindo, num primeiro momento, das consequências relacionadas à existência de relações capitalistas. Antes de mais nada, deve-se atentar para o fato de que a presença de *divisão social do trabalho* implica na necessidade inexorável de que haja também *distribuição do trabalho social*; ou seja, se o processo de produção visa suprir necessidades sociais, uma parcela do trabalho social total que corresponda às mesmas tem de ser dedicada a cada esfera produtiva. Por óbvio, tal correspondência entre demanda e trabalho social despendido – o que Rubin, à maneira da economia ortodoxa, nomeia “estado de equilíbrio” –, sofre constantes desvios num sistema que tem na troca o seu locus exclusivo de socialização.

---

<sup>169</sup> Heinrich (2014, p.36)

Num caso, os produtores acabam produzindo uma quantidade de mercadorias que excede a demanda por elas, e tem-se por conseguinte uma diminuição generalizada no seu preço; noutro, há subprodução, circunstância que conduz ao aumento do preço.

Ora, o valor, tal como Rubin o concebe, tem a função de determinar a distribuição social do trabalho numa economia de produtores privados; ele é o que garante – ainda que de forma anárquica – a harmonia entre as suas diferentes esferas:

O desvio dos preços de mercado relativamente aos valores é o mecanismo através do qual se eliminam a superprodução e a subprodução, e afirma-se a tendência ao reestabelecimento do equilíbrio entre os ramos da produção da economia nacional.<sup>170</sup>

Ao contrário dos intérpretes tradicionais da teoria do valor de Marx, que definiam o valor simplesmente como “trabalho incorporado (*embodied*) às mercadorias durante a sua produção”<sup>171</sup>, Rubin considera-o antes “o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado, e com o qual coincidiriam se o *trabalho social* estivesse proporcionalmente distribuído entre os ramos da produção.”<sup>172</sup> Consequentemente: “*O estado de equilíbrio entre dois ramos de produção corresponde à troca dos produtos com base em seus valores.*”<sup>173</sup> Trata-se de uma concepção do valor como forma social<sup>174</sup> que expressa relações produtivas entre sujeitos atomizados, mais precisamente, expressa o modo como a transferência de trabalho entre esferas ocorre quando levada a cabo por meio da troca. Na medida em que os preços das mercadorias deixassem de coincidir com o tempo de trabalho necessário à sua produção, supunha-se que elevando-se acima do último, seguir-se-ia forçosamente um decréscimo no volume de bens produzidos; tal decréscimo, que induz um movimento em direção à retomada do equilíbrio, resulta necessariamente de uma diminuição na quantidade do trabalho social agregado que tal esfera produtiva recebe.

Pois bem, apresentou-se que os valores, como centros de gravidade da modificação nos preços, tornam inteligível a distribuição de trabalho social numa

---

<sup>170</sup> Rubin, 1987, p.80.

<sup>171</sup> Saad-Filho, 1997, p.459.

<sup>172</sup> Rubin (1987, p.79)

<sup>173</sup> *Ibid*, p.93.

<sup>174</sup> Embora acessem o pensamento de Marx a partir de vias conflitantes, Rubin e Althusser concordam quanto à interpretação da teoria do valor: “A teoria do valor-trabalho de Marx ... só é inteligível como um caso particular de uma teoria que Marx e Engels chamaram de lei do valor, ou lei de repartição da quantidade de força de trabalho disponível segundo os diversos ramos da produção, repartição indispensável à *reprodução* das condições da produção.” (Althusser, 2013, p.51)

economia de mercado. Cabe, todavia, uma consideração subsequente. Para Rubin, os valores exercem o importante papel teórico de articular as flutuações nos preços – por consequência, a distribuição do trabalho entre esferas – com o desenvolvimento das forças produtivas, afinal, os valores tem como causa determinante de sua magnitude a produtividade do trabalho. A produtividade do trabalho, por sua vez, conquanto influa de modo decisivo na determinação do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada mercadoria – trabalho abstrato, ou seja, considerado a partir de sua forma social –, concerne ao trabalho em sua concretude material: é, pois, função das técnicas produtivas e do nível de desenvolvimento tecnológico dos instrumentos de trabalho que encontram-se à disposição dos produtores. Rubin tira a conclusão de que, portanto, “A teoria do valor de Marx está assim vinculada à sua teoria do materialismo histórico.”<sup>175</sup>

A investigação empreendida pelo autor até agora diz respeito à produção simples de mercadorias. Uma vez que, no capitalismo, são os preços de produção e não os valores que regulam os preços de mercado, há necessidade de se reconhecer que:

Ao invés do de esquema de uma economia mercantil simples: produtividade do trabalho – trabalho abstrato – valor – distribuição do trabalho social, temos para a economia capitalista um esquema mais complexo: produtividade do trabalho – trabalho abstrato – preço de produção – distribuição de capital – distribuição de trabalho social.<sup>176</sup>

A circunstância de a distribuição social do trabalho seguir a distribuição de capital justifica-se, muito naturalmente, pela separação entre os trabalhadores e as suas condições de trabalho. Por ser o capitalista a autoridade máxima no interior de cada unidade produtiva, a aplicação da força de trabalho orienta-se pela finalidade de valorizar o capital. Na medida em que isso, como viu-se antes, ocorre em conformidade com os níveis da taxa de lucro, são os preços de produção que, em última análise, condicionam a distribuição social de trabalho. Entretanto, como sustentar, em tal caso, o nexos entre distribuição de trabalho social e trabalho abstrato? Apesar dos fatores inéditos que imiscuem-se na relação, Rubin defende que continua havendo uma sequência lógica ininterrupta entre os termos antes citados, porquanto poder-se-ia demonstrar que os preços de produção – constituídos por preço de custo mais lucro médio – determinam-se a partir do trabalho abstrato: o preço de custo não representa

---

<sup>175</sup> Ibid, p.135.

<sup>176</sup> Ibid, p.241.

nada mais que os valores referentes aos capitais variável e constante adiantados, ao passo que o lucro médio tem a sua grandeza calculada com base na taxa geral de lucro, e essa última expressa a “relação entre a mais-valia total e o capital social total.”<sup>177</sup>

## 2.2 Forma do valor, dinheiro, trabalho abstrato e processo de troca

O valor só pode desempenhar o papel de regulador da distribuição de trabalho social porque, na condição de forma social do produto do trabalho, age como meio paradigmático para se expressar a relação entre produtores formalmente separados.<sup>178</sup> Como se viu anteriormente, a atividade produtiva dos últimos mostra-se social somente na medida em que, por visar a produção de objetos com valor de troca, necessita levar em conta as condições de mercado desde o princípio. Não obstante, Rubin considera que a inserção efetiva dos trabalhos no quadro da divisão social do trabalho – a confirmação de seu caráter social – tem como condição necessária que os seus produtos venham a ser vendidos. Em tal contexto, no qual os produtos do trabalho apresentam-se como mercadorias:

(...) o trabalho social necessário para a produção de um determinado produto não é expresso diretamente em unidades de trabalho, mas indiretamente, na forma-valor, na forma de outros produtos que são trocados por esse determinado produto.<sup>179</sup>

Sendo ela o correlato materializado das relações sociais entre produtores de mercadorias, poder-se-ia definir a forma-valor como:

“uma forma de intercambialidade ou uma forma social do produto do trabalho, consistente no fato de que ele pode ser trocado por qualquer outra mercadoria se esta intercambialidade está determinada pela quantidade de trabalho necessário para a produção dessa mercadoria.”<sup>180</sup>

Ao destacar a natureza do valor como forma-social, Rubin tem o propósito de contrapor-se ao que ele considera um equívoco grave e disseminado na recepção do pensamento de Marx, qual seja, a “falsa impressão de completa identidade entre trabalho e valor.”<sup>181</sup> Há uma distinção sutil mas imprescindível entre os dois conceitos: o trabalho dos sujeitos torna-se valor somente sob condições histórico-econômicas muito particulares, e, para influir no curso das relações sociais, precisa necessariamente

<sup>177</sup> Ibid, p.261

<sup>178</sup> “O aspecto quantitativo do conceito de valor, em cuja análise os economistas clássicos se concentraram predominantemente, é examinado por Marx com base na análise do aspecto qualitativo do valor.” (ibid, p.135).

<sup>179</sup> Ibid, p.129.

<sup>180</sup> Ibid, p.129 – 130.

<sup>181</sup> Ibid, p.126.

apresentar-se como uma propriedade da mercadoria, como algo que complementa a sua existência material, porquanto “O valor não é produto do trabalho, mas uma expressão material, fetiche, da atividade laboriosa das pessoas.”<sup>182</sup>

Poder-se-ia dizer que os partidários da interpretação tradicional da teoria do valor de Marx, ao reduzir o valor à ideia de trabalho incorporado, comprometem-se com a assimilação entre valor e trabalho socialmente necessário. A razão por trás disso é evidente: na medida em que postula-se uma continuidade irrestrita entre as obras de Marx e de Ricardo - com a “modesta” diferença da teoria do mais-valor -, toda a investigação relacionada à forma-valor é relegada ao esquecimento. Rubin considera que o afastamento entre Marx e os seus predecessores clássicos estaria relacionado justamente ao fato de que os últimos investigaram apenas magnitude e conteúdo, não ousando colocar os pés no terreno da forma: ambos, Smith e Ricardo, efetuaram a análise do conceito de valor, demonstrando que o seu conteúdo era o trabalho. Todavia, o movimento na direção reversa, o descortino dos motivos de o conteúdo assumir tal forma específica - as relações sociais reificadas e o seu fundamento nas condições materiais mercantil-capitalistas - escapou-lhes. Já em Engels o rompimento dos vínculos entre o valor e a sua forma mostra-se explícito: no quadro da produção simples de mercadorias, os objetos seriam trocados de modo direto entre os produtores, sendo o valor nada mais que as quantidades de trabalho necessário que os sujeitos *conscientemente* tomam como critério a guiar as suas ações no mercado. Como é caracterizado o trabalho nesse contexto? Ora, o trabalho dos produtores apresenta-se como concreto e a abstração das suas qualidades úteis é um mero ato mental, que não encontra correspondência em processos sociais objetivos, na circulação de mercadorias. As determinações do trabalho tampouco manifestam-se de modo latente no valor da mercadorias. Em última análise, sequer poderia-se considerar que o produto do trabalho assume em tal caso a forma-mercadoria, visto que, como fala Marx, “Na troca direta de produtos (...) O artigo de troca ainda não assume nenhuma forma de valor independente do seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes da troca.”<sup>183</sup> A mercadoria em sentido estrito – enquanto forma social consolidada, para retomar a ideia de Rubin - existe somente como unidade marcada pela tensão interna entre valor de uso

---

<sup>182</sup> Ibid, p.163.

<sup>183</sup> Marx, 2013, p.163.

e valor de troca. “Os produtos somente são mercadorias antes da troca, quando a produção já se faz tendo em vista a troca.”<sup>184</sup>

A falha dos intérpretes tradicionais em reconhecer a conexão intrínseca entre os conceitos marxianos de valor e dinheiro está estreitamente relacionada à confusão entre valor e trabalho necessário. Tal lapso teórico, segundo Backhus, teria como resultado enredar as leituras tradicionais da teoria do valor de Marx em dificuldades que as aproximam da falta de reflexão exibida pela economia neoclássica: “Teorias pré-monetárias do valor criam um sistema duplo de mensuração do valor: o primeiro baseando-se no padrão de medida que torna as mercadorias comensuráveis (trabalho ou utilidade); o segundo através do dinheiro.”<sup>185</sup>

Convém agora passar ao exame do núcleo conceitual da interpretação que Rubin faz da teoria do valor de Marx, deslocando o foco da investigação à maneira como o marxista soviético tematiza as articulações entre trabalho abstrato, processo de troca, dinheiro e a forma mercantil-capitalista de sociabilidade.

O estabelecimento das relações sociais entre os produtores de mercadorias se dá somente na medida em que os produtos dos seus trabalhos são, através do processo de troca, equiparados uns com os outros. Uma vez que, na economia mercantil-capitalista, a circulação de mercadorias engloba todas as áreas da produção e da vida social, o ato de troca não limita-se a criar vínculos apenas por entre os sujeitos que nele diretamente participam. Na medida em que todos são sujeitos livres e autônomos que, para travar contato uns com os outros, precisam participar da troca de mercadorias, poder-se-ia dizer que os diversos atos particulares de troca formam cadeias interligadas que, em última análise, vinculam a totalidade dos produtores no quadro do sistema econômico nacional ou global. Dois indivíduos, ao equipararem os seus produtos, estariam, argumenta Rubin, entrando em *relações produtivas indiretas* com todos os demais. Tal circunstância tornaria possível explicar porque, por exemplo, o desenvolvimento do complexo industrial chinês provocou (ao menos em parte) a derrocada das cidades manufatureiras no Meio-Oeste americano. Trabalhadores industriais chineses e operários de Michigan não mantêm qualquer tipo de contato. Entretanto, a ação conjunta dos primeiros desencadeou profundos efeitos sobre as condições de vida dos

---

<sup>184</sup> Fausto, 1983, p.94-95.

<sup>185</sup> Bellofiore, Riva, 2015, p. 29

segundos. Como se deu tal influência?<sup>186</sup> De modo indireto, puramente por meio das modificações nos preços das mercadorias, modificações cujos efeitos reverberaram na distribuição social de trabalho. E de que forma o trabalho dos produtores individuais concernidos pôde adentrar o plano social? Mediante a equiparação dos seus produtos.

Rubin está, pois, argumentando que a conversão do trabalho privado em trabalho social e a equiparação das mercadorias seriam processos coextensivos, ocorridos ambos no ato de troca. A equiparação das mercadorias desenrola-se, como é bem conhecido, através de um processo social objetivo, que abstrai das propriedades úteis das mesmas. Rubin, ao contrário dos intérpretes tradicionais, reconhece, sem deixar espaço para quaisquer dúvidas, a dimensão objetiva da abstração marxiana. “Não ... é necessário buscar um padrão prático de valor que torne *possível* a igualação dos produtos do trabalho no mercado. Esta igualação ocorre, na realidade, todos os dias, no processo de troca no mercado.”<sup>187</sup> Ademais: “Neste processo, surge espontaneamente um padrão de valor, a saber, o dinheiro, que é indispensável para essa igualação.”<sup>188</sup>

A figura do dinheiro desponta assim como uma das peças centrais da teoria do valor. Em sua função como equivalente universal, o dinheiro representa não apenas uma categoria que mantém relações próximas com o valor, mas algo que também o constitui; “o dinheiro é o ser-aí (*Dasein*), a forma de existência imediata do valor.”<sup>189</sup> Backhaus, ao tentar precisar a natureza da relação entre mercadoria e dinheiro – na qual o valor emerge – chega a sustentar que tratar-se-ia da “suprassunção (*Aufhebung*) econômica do Princípio de Identidade”<sup>190</sup> O filósofo alemão retrata a associação dialética entre valor e dinheiro remetendo às diferenças entre a medida de valor e a medida de uma propriedade material da coisa: se, na segunda, o padrão de medida deve ser visto como uma unidade estabelecida arbitrariamente, que não implica na identidade necessária entre unidade de medida e objeto medido, no primeiro caso, em se tratando de mensurar o valor da mercadoria a partir de quantidades de dinheiro, a soma monetária apresenta-se como forma de aparição da sua existência social na realidade, isto é, como forma fenomênica do valor – e a *única* forma que lhe convém. Em seus escritos sobre a

---

<sup>186</sup> O exemplo tem a despreziosa finalidade de ilustrar o argumento de Rubin. Abstrai-se das complexidades políticas e econômicas que possam esconder-se por trás de tal situação.

<sup>187</sup> Ibid, p.140.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> Fausto, 1983, p.94.

<sup>190</sup> Backhaus, p.109.

dialética da forma-valor, Chris Arthur<sup>191</sup> delineou como o método que Marx emprega no estudo das relações capitalistas de troca rompe com os preceitos da lógica formal, sobretudo no que toca ao Princípio de Identidade: a relação de valor não seria reflexiva, uma vez que a mercadoria não pode expressar o seu valor no seu próprio valor de uso; tampouco seria simétrica, pois, caso faça-se a reversão dos polos da troca – isto é, caso se substitua o equivalente pela forma-relativa e vice versa – ter-se-ia uma relação de troca inteiramente nova, numérica e qualitativamente distinta da primeira; por fim, como a permutabilidade geral concerne apenas ao equivalente geral ou dinheiro, o fato de que duas mercadorias possam ser ambas trocadas por este último não implica que elas sejam também diretamente trocáveis entre si.<sup>192</sup> O breve excuro sobre as profundidades da análise da forma-valor destinou-se a ilustrar a peculiaridade da relação entre mercadoria e dinheiro; não há aqui, contudo, espaço hábil para oferecer mais do que pinceladas sobre esse tema fascinante e de elevada complexidade.

Como Rubin integra o dinheiro e a análise da forma-valor à sua interpretação? Ora, que a equiparação de mercadorias possa imbuir de caráter social os trabalhos responsáveis por produzi-las – privados e concretos, não se deve esquecer - é algo que torna-se inteligível apenas à luz da posição distintiva que o dinheiro, em virtude de sua função como equivalente universal, ocupa no sistema marxiano. Sabe-se, a partir do que se expôs no primeiro capítulo, que a forma-equivalente proporciona à mercadoria que assume tal papel a propriedade de ser diretamente permutável pela mercadoria na forma-relativa. No que diz respeito ao equivalente universal, *todas* as mercadorias confrontam-lhe na forma-relativa, e, por conseguinte, ele caracteriza-se por ser universalmente trocável. Como consequência, declara Marx:

Sua própria forma natural é a figura de valor comum a esse mundo, sendo o linho [nessa passagem, Marx faz do linho o equivalente universal], por isso, diretamente permutável por todas as outras mercadorias. Sua forma corpórea é considerada a encarnação visível, a crisalidação (*Verpuppung*) social e universal de todo o trabalho humano . A tecelagem, o trabalho privado que produz o linho, encontra-se, ao mesmo tempo, na forma social universal, a forma da igualdade com todos os outros trabalhos.<sup>193</sup>

<sup>191</sup> Dialectics of the Value-Form, Chris Arthur, 1979.

<sup>192</sup> “Do mesmo modo que a forma de valor relativa em geral, o preço expressa o valor de uma mercadoria, por exemplo, 1 tonelada de ferro, permitindo que determinada quantidade de equivalente, por exemplo, 1 onça de ouro, seja imediatamente permutável pelo ferro, mas de modo algum em sentido inverso, de modo que o ferro seja permutável pelo ouro. A fim de exercer praticamente o efeito de um valor de troca, a mercadoria tem de se despojar de seu corpo natural, transformando-se de ouro apenas representado em ouro real (...)” (Marx, 2013, p.177)

<sup>193</sup> Marx, 2013, p.142.

Exibindo notável perspicácia, Rubin percebe que poder-se-ia explicar a função socializadora da troca com base no fenômeno descrito acima. Na medida em que determinada mercadoria é posta em relação de equivalência com o dinheiro – “a objetificação ou materialização do trabalho abstrato”<sup>194</sup> –, se a está igualando com a totalidade dos outros produtos do trabalho, na sua condição de trabalho humano tornado objeto. Mediante equiparação com o dinheiro – através de sua venda –, a mercadoria é inserida de uma só vez no quadro do trabalho social total, afinal, “a forma-dinheiro é apenas o reflexo, concentrado, numa única mercadoria, das relações de todas as outras mercadorias.”<sup>195</sup> O mesmo processo ocorre com o trabalho que produziu a mercadoria particular em questão: ao ser equiparado ao trabalho do produtor do equivalente universal – trabalho esse que, “embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias ... é trabalho imediatamente social.”<sup>196</sup> – “o trabalho mercantil do produtor isolado privado manifesta seu caráter de trabalho social.”<sup>197</sup> O processo de troca é, por consequência, condição de possibilidade para que os muitos trabalhos de produtores autônomos encadeiem-se num todo interdependente; sem ele, os mesmos permaneceriam insularizados, e a divisão social do trabalho ver-se-ia inviabilizada.

A definição dada por Rubin do conceito marxiano de trabalho abstrato segue-se diretamente das considerações anteriores. Poder-se-ia dizer que a abstração é o meio por excelência através do qual o trabalho dos sujeitos é alçado à condição de trabalho social na economia de mercado. O trabalho dos produtores de mercadorias, em se tratando do seu aspecto concreto e útil, carece de condicionamento social; é sempre o trabalho de um “proprietário privado de meios de produção, e um organizador autônomo da atividade econômica.”<sup>198</sup> Na sociedade burguesa - por oposição às formações sociais antiga, feudal e socialista - o trabalho em sua forma concreta é trabalho imediatamente privado, que torna-se social somente através da equiparação das mercadorias no processo de troca. E o que a equiparação dos produtos implica? Que as propriedades que caracterizam o trabalho concreto na sua capacidade de conferir aos objetos novas formas úteis são abstraídas, deixadas de lado; que o mesmo passa doravante a existir

---

<sup>194</sup> Rubin, 1978, p.119.

<sup>195</sup> Marx, 2013, p.164.

<sup>196</sup> Ibid, p.135.

<sup>197</sup> Rubin, 1987, p.142.

<sup>198</sup> Ibid, p.157.

como trabalho humano em geral. Rubin argumenta, pois, que a categoria marxiana de trabalho abstrato designa a forma peculiar que o movimento de socialização do trabalho tem de necessariamente assumir numa sociedade regida pelo mercado; a abstração das propriedades do trabalho e o desvelo do seu caráter social são duas faces do *mesmo* processo, e uma não pode ser pensada sem a outra. Logo, o estabelecimento de relações produtivas entre o sujeito e os demais integrantes da divisão social do trabalho estaria atrelada à supressão da forma concreta do seu trabalho, evento ocorrido no ato de troca, na medida em que se iguala o seu produto ao equivalente universal, “que age como forma fenomênica do trabalho universal.”<sup>199</sup> O autor assevera, portanto, a existência de um nexos essencial entre trabalho abstrato, dinheiro e valor: a gênese do trabalho abstrato – a substância do valor – é tributária da mediação social que o dinheiro realiza, enquanto condição *sine qua non* de contato entre produtores formalmente separados.

As consequências da leitura rubiniana do conceito de trabalho abstrato são de vasto alcance. A rejeição de que o trabalho possa figurar como social em sua forma imediata, enquanto trabalho particular do sujeito, exprime a subsunção dos indivíduos às relações sociais mercantis-capitalistas. “O trabalho abstrato não é apenas trabalho socialmente igualado, isto é, abstraído das propriedades concretas, trabalho impessoal e homogêneo. É trabalho que só se torna social como impessoal e homogêneo.”<sup>200</sup> Deste modo, uma definição rigorosa do trabalho abstrato marxiano passa, antes de mais nada, pela recusa de que se possa concebê-lo como trabalho humano em sua generalidade fisiológica ou como trabalho social. Já discutiu-se o porquê de a concepção fisiológica ser inadequada<sup>201</sup>, e o caso do trabalho social pode ser desenvolvido a partir dos pontos anteriores. Fundamentalmente, conquanto o trabalho social acomode até mesmo a igualação de trabalhos a nível social – Rubin recorre ao exemplo dos órgãos de planejamento no socialismo –, a abstração que constitui o trabalho abstrato se dá exclusivamente através da troca, e tem por resultado a expressão reificada das suas determinações sociais na forma-valor da mercadoria. Sendo assim, se está diante de uma ideia muito mais restritiva que a de trabalho simplesmente social; tratar-se-ia de

---

<sup>199</sup> Rubin, 1978, p.120.

<sup>200</sup> Rubin, 1987, p.158.

<sup>201</sup> “O trabalho abstrato compreende a definição de *formas sociais* de organização do trabalho humano” (Rubin, 1987, p.156)

“trabalho socialmente igualado na forma específica que [este] adquire na economia mercantil.”<sup>202</sup>

Uma tal definição garante a determinidade histórico-social da categoria, pois associa a necessidade da abstração do trabalho às particularidades estruturais da economia de mercado: é o processo de troca e, mais especificamente, a equiparação das mercadorias com o dinheiro, que, ao servir à imprescindível função de vincular socialmente produtores privados autônomos, faz do trabalho abstrato.<sup>203</sup> Convém dirigir o olhar, no entanto, para o modo como o autor concebe a relação entre troca e trabalho abstrato, sobretudo no que diz respeito a como o primeiro conceito é apreendido. Poder-se-ia presumir que a abstração do trabalho é dependente da troca no sentido de que, conforme a circulação de mercadorias fosse se apossando das diversas esferas da vida econômica e as relações sociais passassem a ser mediadas pela troca, haveria a conversão correspondente do trabalho dos sujeitos em trabalho abstrato; que, portanto, o desenvolvimento histórico da economia de mercado, na medida em que impõe à produção o dever de configurar-se tendo a troca como finalidade, faria com que o trabalho dos produtores assumisse uma forma social abstrata já na fase da produção direta, qualidade essa representada no valor da mercadoria. Por mais plausível – e condizente com as declarações de Marx - que esta alternativa possa parecer, o argumento de Rubin toma a via contrária: o marxista soviético propõe que a gênese do trabalho abstrato deva ser situada – temporal e logicamente - no ato de troca individual em que as mercadorias são vendidas, ou seja, quando da troca efetiva da mercadoria particular por dinheiro. Sendo assim, o trabalho do produtor não poderia ser classificado como abstrato ou social no momento da produção. Ao invés disso, caberia à “verificação no processo de troca” - ao demonstrar a utilidade social do trabalho mediante a troca do seu produto pelo equivalente universal – gerar a “inclusão do trabalho do indivíduo no mecanismo do trabalho da sociedade inteira.”<sup>204</sup> É importante

---

<sup>202</sup> Ibid, p.154.

<sup>203</sup> Sobre a delimitação histórica das categorias da teoria do valor marxiana e sua relação com os fundamentos econômicos do sistema capitalista, sustenta Backhaus: “Que na produção de mercadorias o trabalho social seja realizado apenas como o trabalho social de produtores privados, essa contradição fundamental expressa-se na contradição derivada de que a troca de atividades e de produtos deva ser mediada por um produto simultaneamente particular e universal.” (Backhaus, 1980, p.107) A contradição de que Backhaus fala é em muitos sentidos idêntica à distinção que perpassa a obra de Rubin, entre a forma social do processo de produção e a sua forma técnico-material; no caso da sociedade capitalista, ter-se-ia que ambos os elementos encontram-se em perpétua tensão, devido à inexistência de mecanismos que possam mantê-los ajustados um ao outro.

<sup>204</sup> Rubin, 1987, p.166.

registrar que Rubin reconhece que o trabalho sofre desde o princípio influência da sociedade e que, em tal medida, estar-se-ia autorizado a falar em abstração e valores “ideais”, “em potência” ou “latentes”<sup>205</sup> na fase da produção direta; todavia, a concretização de tais qualidades depende inexoravelmente da venda da mercadoria.

### 2.3 A crítica de Saad-Filho à leitura de Rubin

As críticas que são costumeiramente endereçadas à interpretação de Rubin concentram-se na sua peculiar concepção de trabalho abstrato, e exploram o modo como se dá a articulação deste com o processo de troca. Saad-Filho, embora favorável à ambição de se tematizar as conexões entre a teoria do valor de Marx e o desenvolvimento do dinheiro e de restringir o seu escopo de aplicação ao modo de produção capitalista, defende a existência de graves equívocos no projeto hermenêutico de Rubin. Ele argumenta que a decisão de privilegiar o momento da troca no que toca à abstração do trabalho e à constituição dos valores faria com que a esfera da circulação sobrepujasse – de forma indevida – a importância central que é atribuída por Marx ao processo de produção:

Se o trabalho se torna abstrato apenas através da venda do seu produto, e se a sua medida é a quantidade de dinheiro pela qual a mercadoria é trocada, então o trabalho abstrato é tanto *qualitativamente criado* como *quantitativamente determinado* no processo de circulação, sendo a sua existência dependente da venda. Ao invés de ser um aspecto do trabalho humano, o trabalho abstrato torna-se, paradoxalmente, uma característica dos produtos do trabalho que são trocados por dinheiro. (...) Em outras palavras, esta explicação (*account*) da determinação do valor não reflete a relação intrínseca entre os trabalhos que produzem mercadorias, mas a relação extrínseca entre os produtos e as quantidades de dinheiro pelas quais eles podem (ou não) ser trocados.<sup>206</sup>

Ter-se-ia como consequência a impossibilidade de se distinguir a criação de valor, fato ligado ao exercício da força de trabalho sob condições capitalistas de produção, da

---

<sup>205</sup> Se é levado naturalmente a estabelecer um paralelo com as funções do dinheiro como medida dos valores e como meio de circulação, expostas no terceiro capítulo de *O Capital*. Nalgumas passagens do texto, Marx de fato parece sugerir que antes da troca o valor das mercadorias existe apenas em ideia, isto é, ao ser estimado em quantidades figuradas de dinheiro. Por exemplo: “Desse modo, a realização do preço ou da forma de valor apenas ideal da mercadoria é, ao mesmo tempo e inversamente, a realização do valor de uso apenas ideal do dinheiro, a conversão de mercadoria em dinheiro e, simultaneamente, de dinheiro em mercadoria.” (Marx, 2013, p.182) Entretanto, afirma-se também que: “O preço, ou a forma-dinheiro das mercadorias, tal como sua forma de valor em geral, é distinto de sua forma corpórea real e palpável, ou seja, é uma forma apenas ideal ou representada” (ibid, p.170) Disso poder-se-ia depreender que a expressão de valor apresenta um caráter ideal, e que os valores poderiam ser medidos – e se há algo para ser medido, esse algo deve necessariamente existir – antes da troca efetiva; logo, não haveria um valor real a ser contrastado com a sua modalidade ideal. Contudo, trata-se de uma problemática de alta complexidade e que não pretende-se investigar a fundo nos limites modestos deste trabalho.

<sup>206</sup> Saad-Filho, 1997, p.465.

realização do valor, ocorrida quando da troca da mercadoria pelo equivalente universal. Ou seja, na medida em que é apenas na troca que ocorre a abstração do trabalho, os valores seriam tanto criados como realizados no momento específico da venda, não sendo possível, pois, haver divergência quantitativa entre valor criado e valor realizado. Trata-se de um ponto que, a depender da legitimidade da crítica de Saad-Filho, poderia impugnar a interpretação de Rubin, posto que Marx argumenta, de modo inquestionável, em defesa da autonomia (ao menos circunstancial) dos preços em relação aos valores:

A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca, entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou menos pelo qual ela [é] vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço.<sup>207</sup>

Em suma, Rubin é acusado por Saad-Filho de reduzir a determinação dos valores às condições próprias da esfera da circulação, de modo a ignorar o afastamento entre a grandeza de valor da mercadoria e a sua expressão monetária; no que toca à grandeza de valor, importa tão somente as condições em que se dá o trabalho assalariado no processo de produção, ao passo que sobre a expressão do valor na forma-preço, além do tempo de trabalho socialmente necessário, incidem também fatores como estado da oferta e demanda, tarifas, estrutura tributária.

O autor também arrisca um diagnóstico da imprecisão conceitual responsável por induzir Rubin a superestimar o papel da circulação na teoria do valor marxiana: a fonte última dos seus equívocos seria atribuir ao trabalho no capitalismo as mesmas exatas determinações que lhe são pertinentes no caso da produção simples de mercadorias. Os produtores simples, como já se discutiu à exaustão, “são autônomos (separados) e não empregam trabalho assalariado.”<sup>208</sup> Por consequência, o seu trabalho não pode ser dito social antes de que a troca o coteje com o trabalho do restante dos produtores e explicita a existência de demanda (ou não) pelo seu produto. Que a mercadoria seja trocada pelo dinheiro é, pois, a única forma efetiva de haver pressão social sobre o trabalho de indivíduos assim atomizados. As características estruturais do

<sup>207</sup> Marx, 2013, p.176 – 177.

<sup>208</sup> Saad-Filho, 1997, p.467

modo de produção capitalista impossibilitam, entretanto, que se pense o trabalho assalariado a partir da mesma lógica. Saad-Filho reaproxima-se dos autores tradicionais ao defender que a especificidade do capitalismo jaz na circunstância de que “a força de trabalho é uma mercadoria e o trabalho assalariado a forma social do trabalho.”<sup>209</sup> Logo, “a existência do mercado de trabalho reflete mudanças fundamentais na produção.”<sup>210</sup> estando, “sob o capitalismo todos os aspectos do processo de trabalho sujeitos a determinações sociais.”<sup>211</sup> Ora, quais seriam as propriedades que conferem ao trabalho assalariado um caráter social na fase da produção? Não só a sua inserção num quadro geral de produtores interligados, mas também o fato que, ao encontrar-se sob controle do capitalista, o trabalho do indivíduo serve às necessidades de valorização e passa a ser “diretamente controlado pelos agentes do capital e constantemente comparado com a competição.”<sup>212</sup> Sendo assim, conclui-se que o trabalho, em sua modalidade capitalista, é social e abstrato já no processo de produção.

À luz das razões apontadas, Saad-Filho propõe que o valor deva ser considerado como resultado do “trabalho assalariado desempenhado sob o comando do capital”<sup>213</sup>, em oposição a Rubin, para quem – segundo a crítica que se lhe está sendo dirigida – o ponto decisivo era a troca da mercadoria pelo equivalente universal. Saad-Filho pretende, desta maneira, conservar o nexo entre a forma social capitalista do trabalho – que é privado e social, concreto e abstrato – e a categoria de valor. Isso é importante, pois, se o trabalho abstrato e o valor fossem meros produtos da troca, então seguir-se-iam as mais disparatadas consequências, como, por exemplo, a recusa de que um sujeito, que cedeu a sua força de trabalho ao capitalista e exerceu trabalho excedente para o mesmo, tenha sofrido exploração capitalista, no caso de não ter sido possível encontrar compradores para os produtos nos quais o seu trabalho objetivou-se. Na concepção de Saad-Filho, contrariamente, houve produção de valor e de mais-valor na situação descrita, mesmo que não se o tenha realizado através da venda, posto que “o trabalho abstrato deve ser associado com o modo de trabalho e com a qualidade social do trabalho desempenhado, e não com o resultado da atividade.”<sup>214</sup>

---

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ibid.

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> Ibid.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid, p.478.

É bem verdade que Rubin, reconhecendo a suscetibilidade de sua leitura ao tipo de crítica apresentada<sup>215</sup>, buscou contornar as dificuldades que lhe assolavam através da distinção entre dois usos diversos feitos por Marx da categoria de troca ao longo de *O Capital*. Poder-se-ia vê-la caracterizada, por um lado, como uma simples “fase particular do processo de reprodução, alternando-se com a fase da produção direta”<sup>216</sup>. Estivesse Rubin conferindo destaque a esta concepção no interior de seu quadro interpretativo, os seus adversários – por admissão do próprio autor - teriam motivos legítimos para censurá-lo pelo erro de deslocar a abstração do trabalho e a criação de valor ao momento específico de venda da mercadoria. Pelo outro lado, haveria espaço para se conferir ao conceito de troca uma significação mais ampla, designando-o como “forma social do processo de reprodução”, ou mesmo “forma do trabalho social”<sup>217</sup>. Sendo assim, a troca referir-se-ia ao modo como, na economia de mercado, todos os aspectos fundamentais do metabolismo social, incluindo o trabalho dos sujeitos e a organização da produção, veem-se subordinados ao processo de troca e às suas determinações. É, pois, de acordo com o segundo significado do conceito que Rubin diz pensar a articulação entre trabalho abstrato, valor e troca:<sup>218</sup> a abstração do trabalho, na medida em que o desenvolvimento histórico da economia de mercado já alçou a troca à condição de forma social do processo de reprodução, seria um fenômeno ubíquo, que imprime um caráter social (e abstrato) inerente ou fixo ao trabalho dos indivíduos, presente seja na produção ou na circulação; conseqüentemente, também a mercadoria já assumiria a sua forma social de valor – ou algo parecido – na fase da produção direta.

Certamente não escapará à atenção de um leitor atento que o argumento acima descrito parece contradizer os princípios centrais da interpretação de Rubin. Não era a troca efetiva da mercadoria particular pelo dinheiro a forma exclusiva de socialização do trabalho entre produtores mercantis autônomos? Não se havia precisamente rejeitado que o processo de troca, enquanto categoria geral e historicamente constituída da economia capitalista, pudesse ser aquilo a que o autor referia-se ao condicionar a

---

<sup>215</sup> “Alguns críticos dizem que nossa concepção de trabalho abstrato pode levar à conclusão de que o trabalho abstrato só se origina no ato de troca, do que se segue que o valor também se origina no ato de troca. No entanto, do ponto de vista de Marx, o valor, e dessa maneira também o trabalho abstrato, deve existir no processo de produção. Isso implica numa questão bastante séria e profunda sobre a relação entre produção e troca.” (Rubin, 1987, p.163)

<sup>216</sup> Rubin, 1987, p.165

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> “Quando Marx repete constantemente que o trabalho abstrato é resultado apenas da troca, isso significa que é o resultado de uma dada forma social do processo de produção.” (Rubin, 1987, p.165)

abstração do trabalho à troca? A esses pontos poder-se-ia acrescentar a sua afirmação de que o trabalho na economia de mercado “é diretamente trabalho privado e concreto”<sup>219</sup> sendo social e abstrato somente a nível de potência; ou seja, é algo que pode tornar-se social, mas se - e somente se – houver a venda real do seu produto. Exemplos não faltam para se comprovar que a leitura de Rubin foi toda construída sobre a ideia de que é apenas a troca dos produtos que efetua a abstração das formas particulares de trabalho, e que, portanto, o apelo à concepção da troca como forma social do processo de reprodução deve ser considerado um procedimento ilícito. Como bem observa Saad-Filho, pondo em destaque a natureza imprópria da tentativa de solução relatada, “o próprio Rubin afirma que as relações sociais entre os produtores são estabelecidas através do ato, e não da estrutura social da troca.”<sup>220</sup> Fica claro o porquê de Rubin sustentar - mesmo após ter reconhecido o caráter social do trabalho ao longo da totalidade do processo de reprodução - que haveria uma ruptura <sup>221</sup> entre as determinações sociais que convém ao trabalho pré e pós-troca: a sua leitura é incapaz de apreender o trabalho em sua condição de atividade socialmente condicionada antes do ato de troca, restando a alternativa de conceder-lhe uma pseudo-existência social potencial, a qual não se pode de forma alguma confundir com a forma social – em sentido estrito – que ele por fim assume na esfera da circulação.

---

<sup>219</sup> Rubin, 1987, p.166.

<sup>220</sup> Saad-Filho, 2002, p.122.

<sup>221</sup> (...) esse caráter do produto do trabalho como valor [isto é, sua forma social antes da troca] não é ainda o caráter que ele adquire quando é de fato trocado por dinheiro, quando, nas palavras de Marx, seu valor ideal transforma-se em valor real e a forma social de mercadoria é substituída pela forma social de dinheiro.” (Rubin, 1987, p.166)

## Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, colocou-se em prática a tarefa de investigar os traços constitutivos da teoria do valor de Marx, investigação essa alicerçada na hipótese de que a especificidade deste paradigma teórico somente pode ser apreendida no caso de o terceiro item do primeiro capítulo de *O Capital*, a análise da forma do valor, ser devidamente articulado com o restante das suas teses e pressupostos. Cabe agora examinar os resultados a que se chegou durante o longo percurso travado

No primeiro capítulo, buscou-se proporcionar ao leitor uma familiaridade básica com o vocabulário categorial da teoria do valor marxiana e com os argumentos avançados no primeiro capítulo de *O Capital*. Tal etapa introdutória de maneira alguma contentou-se com meramente reproduzir aquilo que está escrito no texto original - afinal, fosse esse o caso, não seria mais que uma cópia defeituosa das palavras de Marx -, tendo, ao invés disso, montado um esforço deliberado de tentar reconstruir o contexto intelectual em que foram produzidos os argumentos do filósofo alemão, descortinando os seus interlocutores - como Bailey e Ricardo - e empregando passagens iluminadoras de *Teorias da Mais-Valia*, destacadas por comentadores como Elson, para enriquecer argumentos cuja compreensão torna-se muito difícil quando não se tem acesso às obras em que foram desenvolvidos com maior profundidade - o argumento da dedução do valor a partir da troca, por exemplo, necessita conhecimento, por parte do leitor, de que se está falando da troca como *circulação capitalista de mercadorias*, e não como mero ato isolado. O recurso aos metacomentários de Marx e à visão astuta dos intérpretes provou-se valioso, fornecendo as condições necessárias para que se pudesse revelar as bases titubeantes sobre as quais repousam as críticas que tentam assimilar o método marxiano em *O Capital* ao proceder lógico-matemático-empirista que guiava os economistas clássicos. Fica claro que Böhm-Bawerk e os seus partidários direcionaram os seus ataques não ao pensamento de Marx, o qual mostra-se profundamente sensível ao condicionamento histórico-social do seu objeto de estudos, mas a uma representação caricata e formalista do mesmo. Empregou-se o mesmo empenho crítico com vista a esclarecer outros dois aspectos do primeiro capítulo de *O Capital*, tão essenciais para o entendimento correto da teoria do valor que é uma lástima Marx não tê-los melhor elaborado: trata-se, por um lado, do fato de Marx conceituar a abstração do trabalho que produz o valor como uma *abstração objetiva*, como algo que inere à lógica contraditória do modo de produção capitalista, fato que coloca-o em conflito com toda uma tradição

filosófica antediluviana, para quem a abstração designa um apossar-se do conhecimento pelo sujeito; pelo outro, de que, esforçando-se por captar a natureza supraindividual do valor e dos fenômenos ocorridos na troca e na produção de mercadorias, Marx sustenta que o conteúdo do valor, o trabalho humano abstrato, seria uma *substância social*, isto é, uma “unidade que retira aos seus agentes a condição de sujeitos”,<sup>222</sup>

Assim foi preparado o terreno para que se expusesse em detalhes duas das mais populares correntes de interpretação da teoria do valor de Marx. Em primeiro lugar, empreendeu-se uma ampla jornada pelas origens da leitura tradicional, determinando a sua provável origem nas considerações com que Engels tentou suprimir a controvérsia relacionada ao caráter supostamente contraditório do Livro III de *O Capital*, obra na qual Marx introduz a transformação dos valores em preços de produção. Haveria aí nascido a concepção de “produção simples de mercadoria”, um estágio histórico hipotético ao qual Engels pretende confinar a validade da teoria do valor. As graves implicações deste modo de ler a teoria do valor, que não apenas passa por cima da sua evidente circunscrição histórica ao capitalismo, ignorando dogmaticamente todo o cuidado que Marx teve ao estabelecer que as suas categorias – tais como valor, trabalho abstrato, mercadoria – referem-se especificamente às formas sociais burguesas, mas que, além disso, encena um retorno à rudimentar teoria do valor-trabalho de Adam Smith, são analisadas na figura de Dobb e Sweezy. Em segundo lugar, contrasta-se as tendências vulgares da interpretação tradicional da teoria do valor, mergulhadas no mais evidente ahistoricismo, com a leitura de Isaak Illich Rubin, autor que lança luz sobre a originalidade assombrosa da teoria do valor de Marx ao buscar em seções antes negligenciadas do primeiro capítulo de *O Capital* a chave para se compreendê-la. O que assim emerge é um quadro teórico muito mais profundo e abrangente, capaz de articular com sofisticação as contradições primárias do modo de produção capitalista (e da sociedade burguesa) - o encadeamento tortuoso entre produção, troca e consumo numa sociedade de produtores privados – à espécie de relações sociais fetichizadas e viciosas que daí surgem.

Entretanto, nem tudo são rosas. Se as reflexões de Rubin aparentam ser suficientes para, em alguma medida, comprovar a imprescindibilidade da análise da forma do valor a qualquer interpretação minimamente rigorosa da teoria do valor de

---

<sup>222</sup> Fausto, 1983, p.93.

Marx, o esquema teórico geral apresentado pelo autor soviético mostra-se suscetível a objeções que colocam em dúvida a cogência do seu próprio projeto. Como a crítica bem embasada de Saad-Filho deixa claro, Rubín privilegiou quase que totalmente a esfera da *circulação* no que diz respeito ao processo de abstração do trabalho e de constituição do valor, “expulsando” da teoria do valor de Marx aquilo que deveria ser-lhe mais caro, a *produção*.

A despeito das deficiências mencionadas, os escritos de Rubín representam um enorme passo adiante para a compreensão do projeto levado a cabo por Marx em *O Capital*. Mediante a apresentação da sua leitura, tornou-se evidente que a categoria marxiana de valor exprime relações sociais reificadas, que consolidam-se numa forma social vinculada aos objetos – e isso acontece em virtude da estrutura de base do modo de produção capitalista, que socializa produtores privados autônomos pela via indireta do mercado, da troca de mercadorias. Como sustenta Backhaus, aprimorando algumas ideias que encontravam-se ainda embrionárias no texto de Rubín:

“A ‘coisa sensível-suprassensível’ designa uma realidade *sui generis* que não pode ser reduzida aos aspectos fisiológicos e técnicos do processo de trabalho e tampouco aos conteúdos da consciência ou do inconsciente humanos. A objetividade abstrata de valor (*Wertgegenständlichkeit*) é para Marx a objetividade social por excelência. Por ser esta dimensão da realidade simultaneamente subjetiva e objetiva, ela distingue-se de todas aquelas conexões sociais que são constituídas exclusivamente pela ação consciente.”<sup>223</sup>

Desta maneira, a *análise da forma do valor*, o procedimento através do qual Marx pôde apreender a elusiva objetividade de valor, descortinando assim a sua natureza, tem uma importância ainda mais elevada ao seu projeto de crítica da sociedade burguesa: fornece o modelo a partir do qual *todas* as relações, estruturas e formas sociais de existência capitalistas devem ser compreendidas.

---

<sup>223</sup> Backhaus, 1980, p.112.

## Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do Livro I d'O Capital (2013) Em: O Capital: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p.35 – 51.

ARTHUR, Chris. Dialectics of the Value-Form. (1979) In: Value: Representation of Labour in Capitalism. Humanities Press International, p. 67 – 81.

BACKHAUS, Hans-Georg. On the Dialectics of the Value-Form. (1980) In: Thesis Eleven, 1980. Páginas: 99 – 120

BELLOFIORE, R; RIVA, T. The Neue Marx-Lektüre: Putting the critique of political economy back into the critique of society. (2015) In: Radical Philosophy, nº189, Janeiro de 2015.

DOBB, Maurice. Theories of Value and Distribution since Adam Smith: Ideology and Economic Theory (1973) Cambridge University Press.

ELBE, Ingo. Between Marx, Marxism and Marxisms: Ways of Reading Marx's Theory. (2013) Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>. Data de acesso: 26/04/2021.

ELSON, Diane. The Value Theory of Labour (1979) Em: Value: Representation of Labour in Capitalism. Humanities Press International, p. 115 – 178.

ENGELS, Friedrich. Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital. (2017) Tradução de Rubens Enderle. Em: O Capital: Livro III - São Paulo: Boitempo, 2017

FAUSTO, Ruy. Marx: Lógica e Política. Tomo 1. (1983) São Paulo: Brasiliense.

GIANNOTTI, J.A. Considerações sobre o Método. (2013) Em: O Capital: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53 – 65.

GRESPLAN, Jorge. A Dinâmica da Crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx. (1994) Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

HEINRICH, Michael. Os Invasores de Marx: Sobre os Usos da Teoria Marxista e a Dificuldade de uma Leitura Contemporânea. (2014). Em: Crítica Marxista, nº 38, p. 29 – 40. Tradução de Leonardo Marques.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política (2008) Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo – Expressão Popular.

MARX, Karl. Grundrisse. (2011) Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider – São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital (2013) Tradução de Rubens Enderle – São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. (2017) Tradução de Rubens Enderle – São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. Theories of Surplus Value: Part III. (1971) Progress Publishers, Moscow.

MARX, Karl. Últimos Escritos Econômicos. (2020) Tradução de Hyury Pinheiro. São Paulo: Boitempo.

POSTONE, Moishe. Tempo, Trabalho e Dominação Social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx (2014) – Tradução de P.C Castanheiro e Amilton Reis. São Paulo: Boitempo.

RUBIN, Isaak Illich. Abstract Labour and Value in Marx's System. (1978) In: Capital & Class, p. 119 – 138.

RUBIN, Isaak Illich. A Teoria Marxista do Valor (1987) Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho - Editora Polis.

SAAD-FILHO, Alfredo (1997): Concrete and Abstract Labour in Marx's Theory of Value, Review of Political Economy, 9:4, 457-477

SAAD-FILHO, Alfredo (2002) The Value of Marx: Political Economy for Contemporary Capitalism - Routledge Publisher.

SWEEZY, Paul. The Theory of Capitalist Development (1962) Monthly Review Press.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais (2003)  
Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. Em: Max Weber: Sociologia – Editora  
Ática.